

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GEOGRAFIA**

DANIELLE GUIMARÃES SILVA COIADO

**A DINÂMICA TERRITORIAL EM TERRAS DO AGRONEGÓCIO (DEODÁPOLIS E
GLÓRIA DE DOURADOS NO MS): DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A
AGRICULTURA FAMILIAR**

**DOURADOS – MS
2024**

Danielle Guimarães Silva Coiado

A dinâmica territorial em terras do agronegócio (Deodápolis e Glória de Dourados no MS):
desafios e possibilidades para a agricultura familiar

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas (FCH), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo César Moretti

Dourados – MS
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C679d Coiado, Danielle Guimarães Silva

A dinâmica territorial em terras do agronegócio (Deodápolis e Glória de Dourados no MS): desafios e possibilidades para a agricultura familiar [recurso eletrônico] / Danielle Guimarães Silva Coiado. -- 2025.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Edvaldo Cesar Moretti.

Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Produção de alimentos. 2. Sistema agroalimentar. 3. Produção do espaço regional. 4. Territorialidade. I. Moretti, Edvaldo Cesar. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

Danielle Guimarães Silva Coiado

A dinâmica territorial em terras do agronegócio (Deodápolis e Glória de Dourados no MS):
desafios e possibilidades para a agricultura familiar

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas (FCH), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Aprovado em 21/11/2024

Banca Examinadora

Prof. Dr. Edvaldo César Moretti

Presidente e Orientador

Prof.^a Dr.^a Claudia Marques Roma

Membro Titular Interno

Prof. Dr. Bruno Ferreira Campos

Membro Titular Externo

Prof. Dr. Djoni Roos

Membro Titular Externo

Prof. Dr. Ângelo Franco do Nascimento Ribeiro

Membro Titular Interno

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela oportunidade da vida e guiança em minha caminhada.

A meu querido esposo Oscar Fernandes Coiado Junior, pelo indispensável apoio sem o qual, eu não teria me sustentado no doutorado, pelo companheirismo e conversas muito produtivas que me ampararam na conclusão do trabalho.

Aos meus queridos filhos Lucas, Vitória e Miguel pela compreensão, apoio, estímulo e se felicitando a cada etapa concluída.

Aos meus Pais, Medson Janer da Silva e Neli Guimarães Silva pelo estímulo e apoio no decorrer do doutorado, acreditando e oferecendo todo suporte necessário e fundamental.

A meus amigos Ângela Izabel e George por me apoiarem e oferecem o escritório muitas vezes que precisei de um local extra para o estudo e desenvolvimento da tese.

Ao Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti, pela confiança, apoio, paciência e orientação e pelos importantes momentos de aprendizagem e interação no Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA). Pelos préstimos dispensados no desenvolvimento da tese.

À Prof.^a Dr.^a Karoline Batista Gonçalves, pela confiança, apoio, paciência, orientação e pela correção (ABNT) do relatório de qualificação e da tese.

Ao Prof. Dr. Ângelo Franco por me receber no laboratório com as orientações quanto a tabulação e confecção dos mapas para a tese nos momentos de qualificação e preparação para a defesa.

A todos os professores e colegas dos quais eu, de alguma forma contei com qualquer tipo de contribuição neste trabalho, assim como pelas aulas recebidas durante os anos iniciais no doutorado.

Aos colegas e colaboradores Sônia Barbosa e Enio Alencar, que me atenderam conforme algumas solicitações necessárias no desenvolvimento da tese e que estavam sempre à disposição.

A Fabiana de Brito por todo apoio referente ao trabalho de campo e conversas produtivas sobre a produção familiar.

A todos os produtores e suas famílias que me receberam de prontidão sempre que foi realizado o trabalho de campo e coleta de dados.

A Antônio Iderlian P. de Souza pelo apoio na produção dos mapas de fluxo.

A todos os colaboradores técnicos, supervisores, coordenadores do SENAR, Sindicato Rural, AGRAER, Secretaria de Agricultura e setor de Georreferenciamento de Glória de Dourados e Deodápolis pela contribuição com fornecimento de dados secundários.

À Universidade Federal da Grande Dourados junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia por toda estrutura, corpo docente e secretaria acadêmica com excelente apoio e atendimento cedido pela Érika Gutierrez.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul - FUNDECT pelo auxílio financeiro concedido através de bolsa de estudo.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta etapa acadêmica. Quero aqui deixar registrado os meus mais sinceros agradecimentos.

O mundo é rico de possibilidades, cabe ao ser humano a transformação/aplicação dessas particularidades em realidades (Santos, 1999).

RESUMO

Em um território caracterizado pelo agronegócio, onde grande parte da riqueza é produzida pelos produtores de *commodities*, existem pequenas propriedades da agricultura familiar, que produzem alimentos para região e isso traduz em uma territorialidade. Pensando numa contextualização geográfica, como os produtores familiares tem se inserido no sistema agroalimentar local e escoamento da produção? Esta pesquisa teve como objetivo caracterizar o território e a territorialidade da produção e comercialização dos pequenos produtores de alimentos, em áreas urbana e rural de Deodápolis e Glória de Dourados no Mato Grosso do Sul e conexões de mercado. A intenção foi discutir a orientação nos seguintes eixos: Descrever a configuração do território e desenvolvimento da produção de alimentos nas áreas urbana e rural de Deodápolis e Glória de Dourados no MS; Caracterizar a produção de alimentos na área de pesquisa e sua classificação enquanto produto alimentício; Verificar a relação dos produtores com o escoamento da produção e sistema agroalimentar e como isso se produz enquanto territorialidade, e por fim; Analisar os possíveis impactos gerados nas relações de produção e desenvolvimento socioeconômico no ambiente de estudo. Para tanto, procedeu-se à pesquisa de campo com entrevistas, questionários, observações e pesquisas de mercado junto a 31 produtores sendo, 14 produtores com propriedades de pequena produção em Deodápolis, 17 produtores com propriedades em Glória de Dourados e o mercado receptor desses produtos. Desse modo, foi possível levantar o potencial produtivo na área de estudo com possibilidades de atender as relações de oferta e demanda, assim como perceber os gargalos e desafios existentes que resultam em um número maior de produtos vindos de outras regiões. Foi possível concluir que são necessárias ações estruturais de gestão pública local para este segmento agrícola, assim como mais iniciativas que demandem uma maior produtividade e logística de escoamento da produção para atender ao desenvolvimento propriamente dito.

Palavras-chave: Produção de alimentos. Sistema agroalimentar. Produção do espaço regional. Territorialidade.

ABSTRACT

In a territory characterized by agribusiness, where much of the wealth is produced by *commodity* producers, there are small family farming properties, which produce food for the region and this translates into territoriality. Thinking about a geographical contextualization, how have family producers been inserted in the local agri-food system and production flow? This research aimed to characterize the territory and territoriality of the production and commercialization of small food producers, in urban and rural areas of Deodápolis and Glória de Dourados in Mato Grosso do Sul and market connections. The intention was to discuss the orientation in the following axes: Describe the configuration of the territory and development of food production in the urban and rural areas of Deodápolis and Glória de Dourados in MS; Characterize the production of food in the research area and its classification as a food product; Verify the relationship of producers with the flow of production and the agri-food system and how this is produced as territoriality, and finally; Analyze the possible impacts generated in the relations of production and socioeconomic development in the study environment. To this end, field research was carried out with interviews, questionnaires, observations and market research with 31 producers, 14 producers with small production properties in Deodápolis, 17 producers with properties in Glória de Dourados and the receiving market of these products. In this way, it was possible to survey the productive potential in the study area with possibilities to meet the supply and demand relations, as well as to perceive the existing bottlenecks and challenges that result in a greater number of products coming from other regions. It was possible to conclude that structural actions of local public management are necessary for this agricultural segment, as well more initiatives that demand greater productivity and logistics of production flow to meet the development itself.

Keywords: Food production. Agri-food system. Production of the regional space. Territoriality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Limite administrativo de Deodópolis e Glória de Dourados – 2021.....	26
Figura 2- - Localização do município de Deodópolis no Mato Grosso do Sul.....	64
Figura 3- Localização do município de Glória de Dourados no Mato Grosso do Sul.....	66
Figura 4- Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND).....	67
Figura 5- Colheita de melancia, 7ª linha.....	68
Figura 6- Produção de Pitayas, 15ª Linha.....	68
Figura 7- Produção de hortaliças, Lagoa Bonita.....	69
Figura 8-Produção de cebolinha.....	69
Figura 9- Amarrando feijão de corda.....	69
Figura 10-Produção de abacaxi.....	69
Figura 11- Preparação do solo, 7ª linha.....	69
Figura 12-Produção de bananas, 9ª Linha.....	69
Figura 13- Produção de cebolinha, 7ª linha.....	70
Figura 14-Produção de morangos 7ª linha.....	70
Figura 15- Produção de Hortaliças em Deodópolis.....	70
Figura 16- Plantio de mamão (Guassulândia).....	71
Figura 17- Plantio de goiabas (Guassulândia).....	71
Figura 18 – Produção de morangos em Deodópolis.....	71
Figura 19- Produção selecionada a ser entregue para merenda escolar - PNAE.....	72
Figura 20- Entrega dos produtos no CRAS pelo PAA.....	73
Figura 21- Banca com hortaliças e processados.....	74
Figura 22- Banca com hortaliças e verduras.....	74
Figura 23-Feira de Glória de Dourados: produtores de hortaliças, legumes e processados.....	74
Figura 24- Feira de Deodópolis: produtores de hortaliças, legumes e processados.....	75
Figura 25- Mapa de Fluxo com a origem dos produtos conforme demandas de mercado.....	80
Figura 26- Centrais de Abastecimento de Mato Grosso do Sul – CEASA, Pavilhão da CECAF.....	82
Figura 27- Organização de produtos CECAF.....	82
Figura 28-Comercialização COOPLAF, espaço da CECAF.....	83
Figura 29- Ceasa em Campo Grande. Pavilhão do produtor.....	83
Figura 30- Comercialização no Pavilhão do Produtor.....	84
Figura 31- Mapa do fluxo de vendas dos produtores visitados.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Produção das Principais Culturas (em toneladas) – 1997-2024.....	32
Quadro 2- Principais Rebanhos e Produtos da Pecuária – 1995-2017.....	32
Quadro 3 - Síntese com diferenças e avanços da agricultura no Brasil após a década de 40.....	60
Quadro 4- Dados do Mercado para legumes.....	77
Quadro 5- Dados do Mercado de frutas.....	77
Quadro 6- Dados do Mercado de Verduras.....	77
Quadro 7- Fornecedores.....	78
Quadro 8- Situação do empreendimento em função da pandemia.....	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Forma de comercialização dos empreendimentos visitados.....	86
Gráfico 2- Escala de venda da produção.....	89
Gráfico 3- Distribuição da produção em escala municipal de 2023/2024.....	91
Gráfico 4- Tipo da produção dos empreendimentos visitados.....	92
Gráfico 5 - Forma de organização do empreendimento.....	95
Gráfico 6- Formas de Trabalho.....	95
Gráfico 7- Tipo da Produção.....	96

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
AGF- Aquisições do Governo Federal
ACAR- Associação de Crédito e Assistência Rural
ATER- Assistência Técnicas e Assistência Rural
APOMS- Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul
BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAIs - Complexos Agroindustriais
CAND- Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CNPQ- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
EGF - Empréstimos do Governo Federal
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FLV - Frutas, Verduras e Legumes
FUNDECT- Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul
MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MMA- Ministério do Meio Ambiente
ONU- Organização das Nações Unidas
ODS- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PAA- Programa de Aquisição de Alimentos
PAP- Planos Agrícola e Pecuário
PGPM- Política de Garantia de Preço Mínimo
PNAPO- Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
Programa ABC- Programa Agricultura de Baixo Carbono
PTC- Programa Territórios da Cidadania
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT- Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PSAF- Planos Safra da Agricultura Familiar
PIBIC- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNAA- Programa Nacional de Acesso à Alimentação
SEMA- Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SISNAMA- Sistema Nacional do Meio Ambiente
SMD- Sul de Mato Grosso

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 INTRODUÇÃO	17
2 A ORIGEM DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: UM RECORTE HISTÓRICO A PARTIR DOS MUNICÍPIOS DE DEODÁPOLIS E GLÓRIA DE DOURADOS	22
2.1 Estrutura agropecuária do estado de Mato Grosso do Sul	29
3 POLÍTICAS PÚBLICAS, ANÁLISE DO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	39
3.1 Década de 40 do século XX.....	46
3.2 Década 2000 a 2010 do século XXI	53
4 TERRITORIALIDADE DOS PRODUTORES DE HORTIFRUTI DE DEODÁPOLIS E GLÓRIA DE DOURADOS NO MS.....	63
4.1 Mercados privados em Deodápolis e Glória de Dourados.....	75
4.2 Mercados nos municípios do entorno	85
4.3 Análises e projeção do sistema agroalimentar	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106

APRESENTAÇÃO

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Realizei a graduação em geografia, com mestrado em desenvolvimento local pela Universidade Católica Dom Bosco em Campo Grande-MS. Participei por dois anos do PIBIC e recebi bolsas FUNDECT, CAPES, BNDES, CNPQ em algumas oportunidades ao longo de minha formação. Iniciei a graduação com participação em projetos de extensão procurando conectar minhas experiências com a universidade nos contextos acadêmicos e profissionais.

Durante a trajetória acadêmica e profissional temas da geografia tais como: produção do espaço, desenvolvimento com sustentabilidade, conceitos de espaço, lugar, território, territorialidade e gestão sempre estiveram presentes.

Nessa caminhada obtive experiências na docência e como agente de desenvolvimento no estado do Mato Grosso e Bahia. Hoje, no Mato Grosso do Sul, continuo galgando degraus na academia e compartilho em minha área de estudo no desenvolvimento de atividades junto à agricultura familiar, como agente de comercialização, atenta a um melhor desempenho de conexão entre o espaço rural e urbano de uma microrregião.

Quando mudei para Dourados-MS vi a possibilidade de realizar o doutorado na Universidade Federal da Grande Dourados, sendo esta de grande referência e contribuição em minha pesquisa e currículo acadêmico. Somado a isso, iniciei minha participação no Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA).

O desejo pela pesquisa surgiu na intenção de refletir sobre a situação da agricultura familiar e o contexto da inclusão e desenvolvimento em atividades no sistema de abastecimento agroalimentar, bem como sua territorialidade. Com olhar em questão para os agricultores conhecidos como “pequenos agricultores” entendemos que estes não são pequenos no sentido de serem menos significativos no viés do desenvolvimento, pelo contrário pequeno em relação às *commodities* e parcelas de área, porém grandes no contexto de suas contribuições e participação efetiva e necessária a produção de alimentos básicos, e fonte de renda e trabalho nas suas mais variadas escalas e multissetores da economia de uma nação.

A presente pesquisa tem o intuito de contribuir no processo de desenvolvimento e políticas públicas como também trazer elementos da relação ocorrida na área da pesquisa. Sendo assim, o olhar no contexto visto na geografia com o estudo do território e

territorialidade traz características e realidades preponderantes aos rumos estratégicos de ações para o desenvolvimento com base na agricultura familiar.

Contudo, o desenvolvimento desta tese não apenas conclui esta pesquisa, mas abre possibilidades para novas perspectivas em minhas aspirações tendo o brilhantismo e pilares da universidade pública como alicerce.

1 INTRODUÇÃO

O interesse no tema dessa pesquisa nasceu a partir de uma observação da dinâmica de atuação da agricultura familiar, na qual percebemos¹ ausência de sinergia entre o rural e o urbano, e uma demanda de grandes proporções de produtos que tem sua origem vindas de regiões distantes do mercado consumidor local. Assim, surgiu o interesse em compreender a dinâmica territorial dessas atividades incluindo o escoamento da produção e processo de comercialização nos municípios de Deodápolis e Glória de Dourados no Mato Grosso do Sul.

O estado do Mato Grosso do Sul possui uma presença forte e preponderante do plantio de soja, milho e algodão em grande escala, ocupando cada vez mais, grandes extensões de terra. Já a agricultura familiar, a qual foi relegada um plano inferior neste contexto, com dificuldade de acesso a créditos, representa uma grande porcentagem de produção de alimentos básicos ao suprimento e segurança alimentar da população mundial, de modo geral com cerca de 70% considerando o fornecimento de frutas, verduras e legumes também conhecido e popularmente falado entre mercado e produtores de frutas, verduras e legumes, também designado por FLV.

Considerando uma inter-relação de interesses conjugados e independentes, que representam as funcionalidades, os espaços rural e urbano, notamos conforme observações prévias e índices quanto a origem do fornecimento de produtos dentre frutas, verduras e legumes (FLV), que falta conexão entre as bases produtivas e o mercado local e regional.

Com base em uma prévia observação que realizamos como agente de comercialização em nossa área de atuação profissional, ficou nítido que, muitos desses produtores familiares além de estarem em áreas com boa localização, receberem assistência técnica e possuírem sua produção agrícola, ainda assim, desenvolvem um escoamento pouco expressivo. Já com base em relatos de alguns comerciantes locais existem algumas propriedades que, produzem alimentos de outros segmentos alimentícios e cadeias produtivas espalhados por estes municípios, objetos de estudo desta pesquisa.

Em relação à comercialização e escoamento dos produtos alimentícios de horticultura e fruticultura dos produtores familiares, estes segmentos agrícolas há tempos enfrentam grandes impasses e gargalos, de modo geral se apresentando num quadro de desigualdades

¹ A opção por utilizar a 1ª pessoa do plural nesta tese, advém do fato de que ela é uma construção feita pela autora com a contribuição de diversas, instituições, atores e sujeitos.

sociais e econômicas, não apenas em Deodápolis e Glória de Dourados, mas em escala nacional.

Ao observarmos o cenário da agricultura familiar no contexto trazido da crise gerada pela pandemia esta, no geral, interferiu no rearranjo espacial dos territórios e propriedades de produção em pequena e média escala, considerando tanto suas relações quanto os deslocamentos de fluxos, malhas aéreas, pessoas e demais elementos chave do desenvolvimento dentro de um sistema com grande predomínio do território em rede.

Tal situação se configurou de forma a levar a humanidade a repensar suas relações e experiências. Porém, nos municípios objetos de nossa análise a pandemia não alterou o processo de comercialização. Somado a isso, o processo de urbanização acelerada também vem despertando desafios ao se pensar no atendimento ao fluxo de pessoas e suas necessidades básicas, bem como se levarmos em consideração a desconexão entre o espaço urbano e rural.

Esta pesquisa objetiva caracterizar o território da produção e comercialização dos pequenos produtores de alimentos, em áreas urbana e rural de Deodápolis e Glória de Dourados no Mato Grosso do Sul e as conexões de mercado. Além disso, buscamos mapear sua territorialidade de produção e comercialização, conforme objeto da pesquisa. Com esses resultados visamos contribuir para o desenvolvimento com sustentabilidade e uma melhor visualização desse cenário produtivo no sistema agroalimentar nesses dois municípios.

A pesquisa tem como base os seguintes eixos: analisar a configuração do território e desenvolvimento da produção de alimentos nas áreas urbana e rural de Deodápolis e Glória de Dourados no MS; caracterizar a produção de alimentos na área de pesquisa e sua classificação enquanto produto alimentício; verificar a relação dos produtores com o escoamento da produção e sistema agroalimentar e como isso se produz enquanto territorialidade, e por fim; identificar os possíveis impactos gerados nas relações de produção e desenvolvimento socioeconômico no ambiente de estudo.

O desenvolvimento da pesquisa contou com fundamentos propostos por diversos pesquisadores, mas o eixo central teórico e de construção do trabalho foi baseado nos professores e pesquisadores Dr. Milton Santos, Dra. Denise de Souza Elias, Dr. Sergio Schneider e Dra. Yuna Chiffolleau. As proposições do Prof. Milton serviram como base para o estudo dos espaços da pesquisa e na conjugação do território, assim como, na análise do desenvolvimento e cooperação, em uma visão globalizada. Enquanto que na Prof.^a Denize Elias, encontramos elementos para entender a reestruturação produtiva da agricultura; agronegócio e (re)estruturação urbano-regional; relações campo-cidade; corporações do

agronegócio; cidades do agronegócio. Os estudos de cadeias curtas de comercialização e distribuição, foram baseadas nos conteúdos teóricos da Prof.^a Yuna Chiffolleau, Marsden e Sergio Schneider, que trabalham o rural e urbano no processo de integração, relações de proximidade, espaços de troca e mercados praticados pela agricultura familiar, produção e comercialização, na conjugação do processo mercadológico, em um processo da bioeconomia.

A hipótese pensada para esta tese é: em uma área com predomínio do agronegócio, onde grande parte da riqueza é produzida pelos produtores de *commodities*, existem pequenas propriedades da agricultura familiar, que produzem gêneros alimentícios e isso se traduz em uma territorialidade de muita importância, não só para seu local de origem, mas para todo o estado de Mato Grosso do Sul.

Considerando o processo metodológico, a pesquisa partiu de uma observação do desenvolvimento econômico e do mercado de frutas, verduras e legumes nas áreas rurais e urbanas amostradas de Deodápolis e Glória de Dourados, bem como a análise da configuração deste espaço no viés de escoamento da produção. Dessa forma, foi realizada uma coleta de dados secundários desde o início do trabalho com base em referenciais bibliográficos, documentais e estatísticos obtidos através de artigos, livros, teses, dissertações, documentos oficiais, relatos técnicos dos órgãos de apoio.

Em seguida foram coletadas fontes primárias ao realizar a pesquisa de campo com entrevistas, questionários, observações e pesquisas de mercado junto a 31 produtores, sendo: 14 produtores com propriedades de pequena produção em Deodápolis, 17 produtores com propriedades em Glória de Dourados e o mercado receptor desses produtos.

Os questionários foram elaborados, testados e aplicados a uma amostra do universo pesquisado como forma para se obter o perfil socioeconômico e produtivo dos objetos e sujeitos da pesquisa. Assim, objetivamos identificar a sua produção e formas de organização da dinâmica e cenário produtivo da área de estudo e objetos da pesquisa. Ao verificar o processo de territorialidade e a inclusão ou não desses produtores no mercado, identificamos os motivos da pouca expressividade do escoamento da produção dos produtores pesquisados.

Conforme, afirma Rodrigues Jiménez & Perez Jacinto (2017), os métodos de investigação buscam o aperfeiçoamento do conhecimento acerca da realidade através de formas específicas levando o pesquisador a diferentes critérios e classificação.

O método irá conferir credibilidade à pesquisa, mas não se deve considerá-lo como produto que não aceita mudanças. A metodologia não aparece como solução, mas como expediente de questionamento criativo para permitir opções mais seguras. A metodologia é instrumento para a pesquisa e não a pesquisa em si (Demo, 1995).

Em viés qualitativo a pesquisa fez uma interpretação dos dados coletados, por esta ser comprometida em avaliar manifestações sociais, e com ela procurar entender as alterações socioeconômicas e ambientais das atividades da comunidade rural de base ocorrida na área de pesquisa e sua influência nas alterações socioeconômicas das propriedades rurais da agricultura familiar, com uma possível reorganização espacial, provocada pelas inovações tecnológicas e conjunturais a cerca deste tempo.

O embasamento teórico buscou captar a atividade de produção de alimentos, os sistemas de produção, organização e reorganização no espaço e incrementos tecnológicos desenvolvidos no processo de produção de alimentos, nos quais, foram relevantes os aspectos da produção, comercialização e mercado e a logística da entrega dos produtos. Todos esses tópicos surgindo como questionamentos, de forma natural, incentivando o espírito científico na busca de uma análise dos dados coletados, e assegurando o sentido deste “delineamento” metodológico qualitativo.

Neste contexto, o método de pesquisa foi hipotético, indutivo-dedutivo, de caráter exploratório (incluindo pesquisa de campo). O caráter exploratório permitiu uma maior compreensão da realidade e ampliação dos fatos. O método de abordagem foi sistêmico, supondo análise integrada da área do objeto de estudo, tanto internamente nas interações socioeconômicas quanto no âmbito da contextualização no estado do Mato Grosso do Sul.

Os métodos do diagnóstico utilizados foram baseados nas observações qualitativas e quantitativas, sendo o objeto desta pesquisa, as pequenas propriedades rurais e urbanas produtoras de alimentos hortifrutis situados nos municípios de Deodópolis e Glória de Dourados. Já os sujeitos da pesquisa foram: entrevistas diretas com os 31 produtores familiares representantes da agricultura familiar local, profissionais da organização de apoio como Secretaria Municipal de Agricultura Familiar, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER). Levantamento bibliográfico e documental; observação do espaço e paisagem, levantamento da área em escala local e regional e registros por meio de fotos e mapas de forma a caracterizar a área periurbana e seu entorno.

Tanto na área urbana quanto na área rural de Deodópolis e Glória de Dourados foram encontradas áreas produtivas. Dentre essas estão produtores de hortifrutis representando a cadeia curta de produção tanto de forma convencional quanto orgânica e agroecológica.

As coletas de dados, foram realizadas através de entrevistas estruturadas e abertas, com elaboração de um esquema próprio de trabalho. Neste roteiro, incluímos perguntas diretas que buscam respostas objetivas dos atores sociais. Também foram realizadas perguntas

abertas buscando estimular um diálogo em torno das amostras postas pela pesquisa. As perguntas diretas foram feitas de forma que os entrevistados estivessem à vontade para responder.

O roteiro para o diálogo procurou estabelecer um entendimento da organização produtiva e comercialização dos produtos alimentícios dos produtores entrevistados compreendendo a importância da agricultura para eles, e suas relações de sustentabilidade cultural, social, espacial, econômica e ambiental para o entrevistado, assim como a contextualização de mercado obtendo dados para a caracterização da territorialidade, e consequente mapeamento desta área de estudo.

Uma vez que foi determinado o roteiro, também foi, apresentado e discutido com o orientador, antes de ser levado a campo, sendo tratado como um processo dinâmico e participativo, sem desconsiderar nenhuma informação.

Neste ponto, destacamos a amostragem da pesquisa definida segundo a percepção da representatividade das entrevistas e não por definição estatística. Desta forma, consideramos a representatividade e a qualidade dos depoimentos e não na quantidade de entrevistas que foram realizadas. As entrevistas foram realizadas, escritas e memorizadas e em seguida transcritas em formulário apropriado previamente estudado.

Pedro Demo (1995), já afirmava que uma avaliação qualitativa não produz propriamente papéis escritos, registros, levantamentos. Seu produto mais típico é o depoimento, o testemunho, a proposta, a reivindicação daquele que, participando do processo, adquire tal familiaridade, que a empreita passa a ser sua também.

Isso traduz, em uma busca da metodologia a qual leva a geografia a conexões com outras ciências sociais e uma crescente introdução de métodos e técnicas sociais que já pelos anos 80 tinham grande aceitação em disciplinas como antropologia, psicologia, sociologia, etc. A metodologia do trabalho desenvolvido, teve um rumo bem definido, pelas suas entrevistas e levantamento de dados em geral de forma a compreender as situações locais e não levar uma ideia para o local, e sim pegar a ideia do local de forma participativa, compartilhada buscando soluções e transformá-la, ou seja, torná-la produtiva.

Isso posto, a seção 2 será abordado a origem da agricultura no estado de Mato Grosso do Sul fazendo um recorte histórico a partir dos municípios de Deodópolis e Glória de Dourados. Na seção 3 contextualizaremos as políticas públicas, analisando o contexto da agricultura familiar das últimas oito décadas sob um olhar geográfico. Na seção 4, será analisado a territorialidade dos produtores de hortifruti dos municípios de Deodópolis e Glória de Dourados demonstrando as mudanças ocorridas neste espaço de produção.

2 A ORIGEM DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: UM RECORTE HISTÓRICO A PARTIR DOS MUNICÍPIOS DE DEODÁPOLIS E GLÓRIA DE DOURADOS

O Estado de Mato Grosso do Sul, apresenta uma economia calcada principalmente na produção e exportação de *commodities* agrícolas e minerais, o turismo também aparece como importante setor da economia. Até a década de 1970, o estado e a região Centro-Oeste como um todo representavam uma região periférica, uma fronteira agrícola pouco povoada e recém integrada ao sistema econômico-espacial brasileiro. Como processo de integração racional iniciado com a expansão da industrialização nacional, a região passa a ser alvo de maciços investimentos voltados para dinamização econômica com base na introdução e expansão da cultura da soja, em bases modernas, e na modernização da pecuária, atividade tradicional da região (Araújo, 2006).

Neste movimento de integração, no estado de Mato Grosso do Sul ocorre o reflexo da dinâmica da agropecuária brasileira dos últimos 50 anos, com profundas transformações, dando origem a uma atividade de uso intensivo de capital, tecnologia e informações e consequente aumento de produtividade do setor de acumulação de capital. A partir de então, verificamos mudanças da base técnica, com maciça substituição dos insumos naturais para os produzidos em escala industrial (Elias; Sampaio, 2002).

A mudança promoveu outro modelo econômico e social de produção agropecuária via especialização, divisão social e territorial do trabalho ampliando as potencialidades das economias de escalas, aumentando a competitividade e otimizando lucros, numa resposta mais positiva à racionalidade do capitalismo e da globalização direcionados a uma visão empresarial.

Do ponto de vista da conformação da paisagem agropecuária, observamos no Mato Grosso do Sul uma agricultura empresarial na porção sul, que se instalou desde meados dos anos 1940, com pólo no município de Dourados. Mais tarde (principalmente a partir dos anos 1970), essa paisagem avançou para a porção norte do estado, acompanhando o processo de expansão da fronteira agrícola estadual em bases modernas com o binômio soja-milho.

Essa evolução periódica, ou seja, reorganização do espaço agrário é explicada por Santos (2000) com a indicação de três momentos distintos. O primeiro é o da mudança da base técnica, a partir do final da década de 1950, com a intensificação do uso de insumos artificiais, em detrimento dos naturais, com a difusão de inovações químicas (fertilizantes,

agroquímicos, corretivos, etc.) e mecânicos (tratores, arados, colheitadeiras, etc.). O segundo, em meados dos anos 60, quando as grandes corporações se apropriam do processo de produção da agropecuária brasileira, que segundo Graziano da Silva (1996), neste momento configura-se o processo de industrialização da agricultura, com ampla implantação de indústrias e agroindústrias no ramo da agropecuária, e a conformação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) nos anos de 1980.

Ocorre, nessas duas fases, uma nova dinâmica na agricultura que passa a ser determinada pelo padrão de acumulação industrial, centrando seu desenvolvimento nos CAIs, transformando a agropecuária moderna em núcleos de CAIs emergentes em todo Brasil e, portanto, também no Estado de Mato Grosso do Sul. Nessa fase, observamos uma ausência por parte das políticas públicas para a agricultura familiar do país, que não estava atrelada ao capital agroindustrial. Observamos então, um processo de integração de capitais, a partir da centralização de capitais industriais, bancários, agrários, expansão de sociedades anônimas, cooperativas agrícolas, empresas integradas verticalmente (agroindustriais ou agro comerciais), assim como, a organização de conglomerados empresariais por meio de fusões, organizações de “*holdings*”, cartéis e trustes com atuação direta nos CAIs (Delgado, 1985).

No Estado de Mato Grosso do Sul, os CAIs são uma realidade desde a década de 1970, intensificando-se nas décadas de 80 e 90 principalmente sob a forma de cooperativas localizadas nas seguintes cidades polos: Campo Grande, Dourados, Sidrolândia, Ponta Porã, Chapadão do Sul, São Gabriel do Oeste que se transformaram em uma nova economia do mundo rural, com destaque para o cultivo da soja desenvolvida em grandes propriedades rurais.

A região a qual pertence Deodápolis e Glória de Dourados, objetos de estudo da tese, está inserida nesse processo de produção do território, com a centralidade econômica na produção de grãos para a exportação. Nesse cenário, como veremos posteriormente, ocorre também à produção de territórios de pequenos produtores voltados para a produção de alimentos.

No que diz respeito ao rebanho bovino, reservas minerais, com grande destaque para o *agrobusiness*, o estado conta com importantes eixos rodoviários que o conectam a grandes centros consumidores do mercado interno e externo.

A área de Deodápolis e Glória de Dourados passou por duas grandes transformações sendo a primeira influenciada pela Matte Laranjeira, empresa pela qual operacionalizou monopólio de produção da erva mate por longo período no sul de Mato Grosso do Sul. E a segunda transformação foi a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e sua

política de integração. Ambas promoveram o processo de migração no sul do Estado (Moretti, 2014).

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), implantada em 1943 no sul de Mato Grosso do Sul, antiga denominação de Sul de Mato Grosso (SMG) fez parte do Projeto Marcha para Oeste, sendo este um programa de colonização do Estado Novo Brasileiro. Migrantes de diversas partes do país como nordeste, sul e sudeste vieram em busca de trabalho, onde receberam um lote de terra de mais ou menos 30 hectares para cultivarem seus gêneros agrícolas. A implantação da CAND ocorreu em um período de instabilidade política, quando a expansão do capitalismo alavancou a região proporcionando uma inserção nos eixos econômicos do país (Menezes, 2010). Os municípios estudados por esta pesquisa foram constituídos a partir da década de 1940, com o projeto CAND visando a ocupação e povoamento.

A CAND foi criada pelo Decreto nº. 5.941 de 28 de outubro de 1943, em decorrência de uma iniciativa do Governo Federal, e foi um importante exemplo de reforma agrária no Brasil contribuindo para o crescimento demográfico, econômico e cultural das cidades em estudo se estendendo para toda região imediata de Dourados.

A produção e expansão da cultura da soja no Mato Grosso do Sul, impulsionado pela indústria de óleo e pelas necessidades impostas pelo mercado mundial por volta de 1970, possibilitou o desenvolvimento econômico de alguns municípios como Dourados por exemplo. Essa entrada da soja realizou um novo impulso na agricultura, porém, priorizando o plantio em larga escala. Com a soja vieram também agricultores familiares provenientes do Rio Grande do Sul na intenção de desenvolver a região.

Em contrapartida, a custo de todos esses investimentos agrícolas desencadearam grandes problemas sociais e ambientais, os quais, geram desafios ao direito do bem comum, justiça, igualdade social e equilíbrio ambiental vistos na área de pesquisa desta tese.

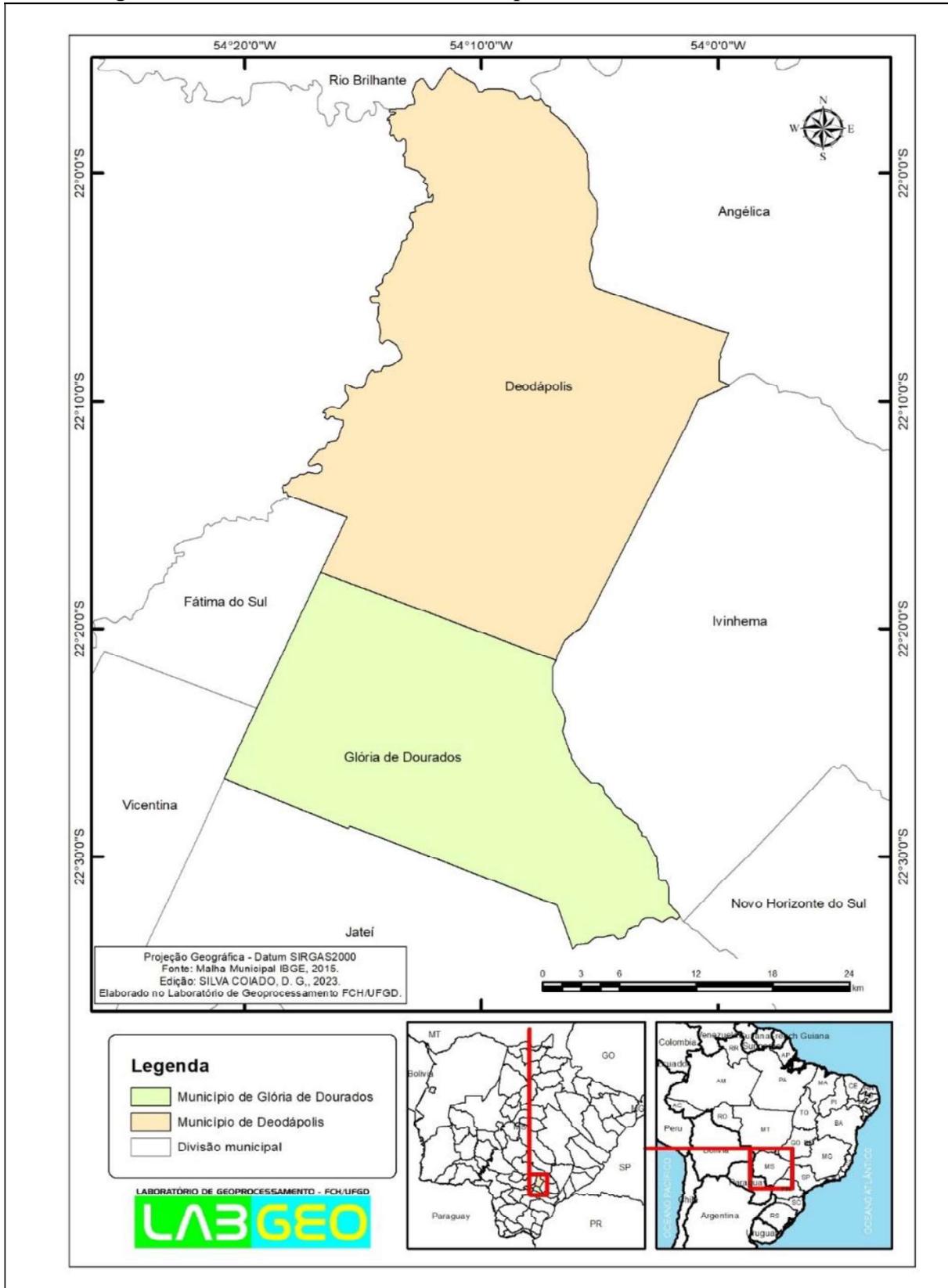
Deodápolis e Glória de Dourados, fazem parte da chamada Região Imediata de Dourados conforme nova divisão regional brasileira (IBGE, 2017) e constituiu-se em grande parte, ou seja, com grande contribuição, através dos processos decorrentes da implantação da CAND. Deodápolis possui 13.043 habitantes (IBGE, 2021), com PIB de 30.688,17 (IBGE, 2020) ao se desmembrar do município de Glória de Dourados, foi instituída em 13 de maio de 1976, juntamente com a Vila de Deodápolis e comunidades adjacentes, sendo elas: Lagoa Bonita, Presidente Castelo, Vila União e Porto Vilma, e conta com uma população rural e urbana com produtores da cadeia de horticultura e fruticultura produzindo e atendendo o mercado local. Por conta da Colônia Agrícola vieram inicialmente muitos colonos do

nordeste. Por sua vez, Glória de Dourados conta com uma população de 9.934 habitantes (IBGE, 2021), PIB de 25.674,93 (IBGE, 2020) e uma participação de produtores de variados segmentos dentre frutas, legumes e verduras.

A região de estudo possui em seu processo de desenvolvimento agrícola, registros de grandes interferências ao equilíbrio de seu ecossistema, com altos índices de produtos químicos em suas lavouras, retirada da vegetação original, sendo trocada por grandes áreas de lavouras e pastagens o que tem provocado desordenamento climático e social, ao que diz respeito à ocupação do solo. Já a agricultura familiar foi relegada a um plano inferior com dificuldade de acesso a créditos à assistência técnica e extensão rural.

A figura 1 apresenta a localização dos municípios da pesquisa e sua área de abrangência.

Figura 1- Limite administrativo de Deodápolis e Glória de Dourados – 2021



Fonte: Malha municipal (IBGE,2015). Edição SILVA COIADO, D.G. (2023).

Nota: Elaborado no Laboratório de Geoprocessamento FCH/UFGD (2023).

Deodapólis e Glória de Dourados possuem alguns produtores da agricultura familiar que desenvolvem a agricultura convencional, agroecológica e orgânica. Muitas dessas atividades são realizadas dentro do perímetro urbano de forma individualizada, com a possibilidade de uma pequena parte delas com seus produtores estarem inseridos em associação e cooperativa.

A comercialização e produção no urbano e periurbano vem crescendo nos municípios brasileiros. Pensar as cidades como espaço geográfico construído socialmente permite contextualizar as interações entre os meios e de diferentes aspectos da vida de pessoas e concepções da dinâmica integrada dos territórios e ajuda a revelar as complexidades e os modos de sustento urbano. Dessa forma, permite uma análise dos meios multifacetados de vida urbano-rural e também para situações de pobreza e vulnerabilidade (Patiño, 2001). Analisar esse espaço enquanto arena de conflitos, posições e disposições que envolvem diferentes agentes (Estado, agências, gestores, operadores), atores (instituições da sociedade civil) e sujeitos sociais (indivíduos e movimentos sociais), assim como, identificar seus acontecimentos, sejam eles culturais ou naturais, envolve um grande número de variáveis.

Santandreu *et al.* (2022) salienta que nos últimos anos a taxa de urbanização das cidades da América Latina cresceu aceleradamente, e, pela primeira vez na história, há mais pessoas em posições menos favorecidas socioeconomicamente em áreas urbanas do que rurais:

Até a primeira metade do século XX, as zonas rurais da América Latina e do Caribe (ALC) concentravam os maiores níveis de pobreza. Entretanto, com o passar dos anos, os pobres migraram para as cidades buscando mais renda e melhor qualidade de vida. Nos últimos anos a taxa de urbanização das cidades da América Latina cresceu aceleradamente, e, pela primeira vez na História, há mais pobres urbanos do que rurais (Santandreu *et al.*, 2022, p. 9).

O processo de urbanização apresenta crescentes desafios principalmente relacionados ao atendimento a alimentação com qualidade, geração de emprego e renda, subsistência no meio rural e redução do déficit de desenvolvimento. Neste processo assim como com a ligação urbano e rural ocorre uma relação de conectividade e rede por onde circulam serviços, produtos *in natura* e multiprocessados de diversos segmentos e categorias, porém se houvessem maiores esforços entre as sinergias em zonas rurais e urbanas a urbanização poderia ser uma alternativa a prosperidade.

Com a expansão das cidades e o crescimento populacional no mundo crescem também as necessidades de alimentação e segurança alimentar das famílias urbanas. Desafios e problemas com a crise alimentar e financeira afetam tanto a população urbana quanto a rural, também a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em 2009 aponta esse problema indicando que, com a expansão das cidades a população menos favorecida em áreas urbanas tem sofrido maior impacto dentre os afetados. Há uma relação de dependência dos consumidores da cidade com a compra de alimentos o que não é compatível com a variação dos preços e o poder aquisitivo de parte das pessoas ocasionando assim, um menor poder de compra e aumento de níveis de insegurança alimentar.

De uma forma geral em algumas cidades, mudanças nos estilos de vida têm contribuído para o aumento da desnutrição urbana e de doenças crônicas relacionadas à dieta. Alguns fatores diante da diversidade de realidades urbanas, como a acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica, crescimento de cidades médias, periferação de centros urbanos, formação de aglomerações urbanas (Da Motta & Ajara, 2001). Nesse sentido, podemos analisar motivos do não atendimento e recepção de produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar a essas realidades urbanas.

Especificamente no Brasil, a urbanização foi sustentada em grande parte por uma maioria de mão de obra barata e menos favorecida economicamente. Os municípios estudados, por serem de pequeno porte, tem um desempenho muito específico, em relação ao setor primário produtivo, e com alguma transformação em produtos manufaturados. Quanto aos seus consumidores, à facilidade de adquirir produtos em feiras livres, mercados e do próprio agricultor que foi escoando sua produção nas cidades, se estabelecendo uma faixa urbana produtiva, onde ocorrem as relações comerciais e de reciprocidade entre os atores sociais do setor.

Atualmente, alguns agricultores se encontram entre a área urbana e a rural, nas bordas da cidade denominada de área periurbana, onde produzem e também ocorrem as relações de comércio entre o urbano e o rural. No caso dos municípios da pesquisa estes se encontram em sua maioria na área rural, sendo poucos localizados dentro da área urbana.

Concordando com Denise Elias, que na obra “Globalização, agricultura e a urbanização no Brasil”, utilizando dos ensinamentos do Milton Santos, permite compreender o processo que ocorre, nos municípios de Deodápolis e Glória de Dourados, ao que diz respeito ao território rural e urbano no processo de comercialização e produção de gêneros alimentícios e manufaturados do setor primário:

Com a expansão dos sistemas de objetos e dos sistemas de ação (Santos, 1996) voltados a dotar o território de fluidez para os investimentos produtivos, os fatores locacionais clássicos são redimensionados. Ocorre, então, uma verdadeira dispersão espacial da produção, acirrando a divisão social e territorial do trabalho e as trocas intersetoriais, resultando uma nova geografia econômica (Campolina, 2000) e uma nova organização espacial. Entre os principais vetores da reorganização do território brasileiro, destacam-se a descentralização industrial; a guerra dos lugares pelos investimentos produtivos; as especializações produtivas do território; a difusão dos novos agentes econômicos e a reestruturação produtiva da agropecuária (Elias, 2013, p.14).

Denise Elias enfoca nas contribuições acerca das relações campo-cidade, ao trabalhar os contrastes relacionados a pequena produção em relação aos bens de troca nos processos pluriativos da produção rural, relações campo cidade criadas pelo agronegócio e suas influencias no local da comunidade em estudo. Ainda conforme Elias (2006, 2016,) podemos afirmar que, Deodápolis e Glória de Dourados se apresentam como cidade do agronegócio devido à forte presença de vários segmentos de cadeias produtivas em atividades econômicas de abrangência regional conforme suas relações comerciais. Logo, nesta pesquisa será destacado a territorialidade e conexões de mercado no sistema agroalimentar da cadeia específica da horticultura e fruticultura provenientes da produção da agricultura familiar.

2.1 Estrutura agropecuária do estado de Mato Grosso do Sul

Devido aos incentivos governamentais e a expansão da fronteira agrícola, até 1960, conforme Schaefer (1985), muitos migrantes, cerca de 170 mil haviam chegado ao Mato Grosso que entre 1935 a 1970 o Estado recebeu mais 250 mil pessoas. Em sua grande maioria, a procedência dos imigrantes que chegaram ao Centro Oeste era do Nordeste, São Paulo, Paraná e Minas Gerais. No caso específico de Mato Grosso do Sul devemos destacar a participação de sulistas (Da Cunha, 2002).

A partir da década de 1970, muitos migrantes foram à procura de mais terras havendo um acréscimo ainda maior no número de migrantes neste Estado. Nesse interim se observa na relação das migrações um processo de territorialização, o qual foi implicando em características dentre as pessoas e os grupos os quais foi se produzindo uma territorialidade:

O território é produto e condição da territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado

grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são, simultaneamente, resultados, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território (Saquet, 2007, p. 127).

Saquet, portanto, recorre ao processo de territorialização como produtor dos territórios e às territorialidades como manifestações subjetivas e coletivas do uso e apropriação dos territórios. Nesse processo houve uma forte ocupação dos produtores de soja os quais compõem características dentre “os sistemas de objetos e sistema de ações” (Santos, 1996) que serão analisadas nesta pesquisa.

As regiões que apresentavam maiores fluxos e deslocamentos de migrantes foram a Centro-Oeste e a Sudeste, no qual se destaca São Paulo, com 196.961 pessoas, Mato Grosso com 91.345, Goiás com 38.000 migrantes, Bahia, com 26.500. Por conta desta movimentação migratória, a partir de 1970 o Paraná deixa de ser considerado polo de atração das migrações e o Mato Grosso vem ocupar este espaço ao lado do Paraguai e de Rondônia. O Sul do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) começou a ser colonizado a partir de 1950, sendo Dourados o centro dinamizador de todo extremo sul do Estado, correspondendo praticamente ao papel assumido no Sudoeste do Paraná por Cascavel. Milhares de gaúchos se localizaram na região, sendo a lavoura hoje altamente mecanizada (IPEA, 2024).

O Mato Grosso do Sul de acordo com o Censo de 2001, era composto por 2.075.275 pessoas, e muitas migraram para as novas frentes pioneiras por conta da mecanização e a monocultura da soja.

Sendo assim, e nesta perspectiva analítica, ocorreu uma fragmentação e reconstrução dos espaços, identidades e novas constituições de territórios, onde Haesbaert afirma sobre a desterritorialização e a “reconstrução em novas bases” formando novos territórios (Haesbaert, 2005, p. 21). Ou seja, os novos habitantes, vindo do sul do País, implantaram uma nova maneira de cultivar, utilizando outras tecnologias e avançando para um processo de desenvolvimento econômico em grande escala, com isso, as comunidades de agricultura familiar foram sendo ocupada por uma nova forma de trabalho.

Observamos, que este fluxo migratório, ocorreu boa parte do Estado de Mato Grosso do Sul ocasionando crescimento populacional e alterações nas práticas econômicas e agrícolas da região devido à mecanização da lavoura e a valorização das terras neste Estado.

Com uma economia tradicionalmente voltada para a agropecuária, o estado conta com uma área de aproximadamente 33 milhões de hectares de terras passíveis de exploração para a pecuária e agricultura. Além das áreas de grande potencial mineral, podemos destacar o turismo e o desenvolvimento da agroindústria.

No estado de Mato Grosso do Sul, grande parte do uso da terra, é destinada às pastagens, porém essas áreas vêm se transformando com o uso de grãos e florestas plantadas na expansão das indústrias de celulose. No que se refere aos estabelecimentos agropecuários, o estado conta com 71.164 estabelecimentos de 5.073.324 estabelecimentos registrados no Brasil em 2017, conforme Censoagro pelo IBGE.

Ao que diz respeito a condição legal do produtor por número de estabelecimentos 22,09% (15,719 estabelecimentos) são classificados por condomínio, consórcio ou união de pessoas e, 76,71% (54,590 estabelecimentos) são classificados como produtor individual. Desse número, a condição do produtor em relação às terras por número de estabelecimentos, a porcentagem é de 69,93% (49.763 estabelecimentos) são proprietários ou co-proprietários de terras intituladas coletivamente, 20,87% (14.853 estabelecimentos) são concessionários(as) ou assentados(as) aguardando titulação definitiva, 5,36% (3.817 estabelecimentos) são arrendatários de terras (IBGE, 2017).

Conforme Plano 2023/2024 foram destinados R\$ 71,6 bilhões ao crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), 34% maior que do ano passado e maior volume da história. Ao todo, quando somadas outras ações anunciadas para a agricultura familiar, como compras públicas, assistência técnica e extensão rural, Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), Garantia-Safra e Proagro Mais, o volume investido chega a R\$ 77,7 bilhões. (Ministério da agricultura e Pecuária, 2024).

Ao que se refere aos financiamentos realizados pela agricultura familiar 83% (58,872 estabelecimentos) não tiveram financiamento em 2017, dos que obtiveram, 49% (7.757 estabelecimentos) foram destinados à custeio, 42% (6.585 estabelecimentos) a investimentos, 7% (1.148 estabelecimentos) para manutenção do estabelecimento e apenas 1% (216 estabelecimentos) destinado a comercialização. Desse financiamento o programa mais registrado foi o PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) seguido de 30,60% de outros programas de escala federal, estadual e municipal não declarados no censo².

Como produção econômica pode-se destacar principalmente:

² Dados obtidos em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7832#resultado>. E: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/em-10-meses-desembolso-do-credito-rural-chega-a-r-347-2-bilhoes>

a) Agricultura

Quadro 1- Produção das Principais Culturas (em toneladas) – 1997-2024

Produtos	1999	2000	2017	2023
Prod. de Grãos	5.081.325	3.826.517	17.374.827	27.851.954
Soja	2.799.117	2.486.120	8.064.607	14.193.250
Milho	1.924.159	1.069.571	9.200.000	13.468.542
Arroz	261.516	226.649	74.014	43.529
Feijão	25.429	9.465	11.537	17.856
Trigo	71.104	34.712	24.669	128.777

Fonte: IBGE Censo Agropecuário 2006/2017 - IPLAN/MS – 2001. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola 2023.

Na agricultura, vale destacar a produção de 957.446 toneladas (2022) e 1.157.134 toneladas em 2023 (IBGE, 2024) de mandioca, sendo esta bem presente no sul do Estado de Mato Grosso do Sul, e principalmente a mandioca branca para fécula que levou o estado a ocupar o primeiro lugar na exportação em 2022 com 23 mil toneladas ocupando em 2023 a segunda posição conforme afirma a Agencia de Notícias do Governo do Estado e a SEMADESC (2024)³.

A produção da mandioca conta com uma importante participação da agricultura familiar tanto para a produção da mandioca branca quanto a amarela considerada de mesa, e muito comercializada em mercados diretos e chamadas públicas da merenda escolar e exército.

b) Pecuária

Quadro 2- Principais Rebanhos e Produtos da Pecuária – 1995-2023

Especificações	Quantidades				
	1997	1998	1999	2017	2023
Bovinos	20.983	21.422	21.576	19.485.201	18.891.916
Eqüinos	330	336	340	222.835	337.718
Suínos	558	614	639	1.401.034	1.680.478
Aves	12.579	16.634	17.113	28,3milhões	34.276.359
Ovinos	355	360	368	271.326	325.130

Fonte: IBGE Censo Agropecuário 2006/2017. IBGE Pesquisa da pecuária Municipal 2024 - IPLAN/MS – 2001.

O Estado apresenta um rebanho bovino contando com 18.891.916 cabeças, voltado principalmente para a produção de carne (Censo agropecuário, 2023). Vem apresentando rápida expansão das atividades de suinocultura (1.680.478 cabeças em 2023), avicultura de

³ Dados disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/ms> e <https://agenciadenoticias.ms.gov.br/ms-bate-recorde-na-producao-de-mandioca-e-lidera-exportacao-de-fecula-no-pais/#:~:text=Mato%20Grosso%20do%20Sul%20bateu,Estado%20ocupou%20a%20segunda%20posi%3%A7%C3%A3o>

corte (34.276.359 cabeças em 2023), destacam-se ainda, no ano de 2023, os rebanhos ovinos de 325.130 cabeças e equinos de 337.718 cabeças.

O estado de Mato Grosso do Sul apresenta, portanto, diversos territórios formados e uma dinâmica produtiva com a prática da pecuária e, principalmente com lavoura de grãos e exportação de *commodities*.

Os territórios são espaços de negociações e de relações de reciprocidades entre seus atores locais. Assim caracterizada como “território usado”, sendo espaços efetivamente apropriados, conforme conceituado por Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) ou como “fundos territoriais”, por serem áreas de soberania nacional que ainda não foram incorporadas no tecido do espaço produtivo (Moraes, 2005).

A noção de território é bastante antiga nos estudos da geografia. Segundo Haesbaert (2005), o conceito de território apresenta uma dimensão material e outra simbólica:

Etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de térreo-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tema a ver com dominação (jurídica-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação positiva e a efetiva “apropriação” (Haesbaert, 2005, p. 67).

Nesta perspectiva, podemos inferir que os territórios são construídos a partir de relações sociais de poder, seja no sentido de poder de um grupo sobre outro (Souza, 1995), ou no sentido de poder em caráter simbólico, ou seja, de apropriação advinda da identidade do grupo (Haesbaert, 1999).

Sujeito de todas as ações capazes de interferirem direta ou indiretamente nos ecossistemas, o homem pode determinar a conservação ou a destruição do equilíbrio existente numa dada área e, suas ações estão impregnadas de sua cultura. Ignorar a importância deste elemento sobre as práticas sociais significa negar à atuação do homem sobre o seu sistema ecológico (Araujo, 2006).

Para a Geografia o elemento central de análise recai sobre a produção do território e sua organização. O comportamento dos grupos sociais corresponde a um dos elementos mais importantes, pois a sociedade se apropria e constrói o seu território, e nele se imprime, e nele se reflete (Corrêa, 2001).

Outro aspecto importante refere-se ao fato de que os territórios são definidos e delimitados a partir de relações e não por limites rígidos de fronteira ou de cartografia. Neste

sentido, pensar em território significa, a partir de uma visão geográfica, estabelecer limites sociais, que muitas vezes não correspondem às divisões administrativas estabelecidas.

No olhar do geógrafo, o território é complexo, muitas vezes descontínuo (Souza, 1995) e fruto de relações sociais de poder. Apresenta diferentes combinações, funcional e simbólica, que envolve desde fatores de produção (Santos, 1988) a produção de significados (Haesbaert, 1999).

Souza (2000, p. 78) entende o território como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Contudo, o autor adverte para o fato de que o território não deve ser reduzido somente à escala nacional e, temporalmente como algo permanente. O território deve ser concebido nas mais variadas escalas, podendo ir da local até a internacional. Destaca também que os territórios podem formar-se e dissolver-se em tempos variados, desde uma pequena até uma grande escala temporal.

Santos (2002, p. 16) afirma que “o território, hoje, pode ser formado de lugares contínuos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam as redes e que formam o espaço banal”. O autor adverte para o fato de que as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns, enquanto o espaço banal constitui o espaço de todos, apesar de utilizado de maneira desigual. Dessa forma, rompe-se com a ideia de que um território pressupõe exclusividade de poder.

Na perspectiva do Ministério de Desenvolvimento Agrário, o enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas (Brasil, 2003).

Essa visão do Ministério do Desenvolvimento Agrário coincide com a perspectiva geográfica, pois, trata-se de um trabalho coletivo para a construção de um modelo de desenvolvimento mais humano, por isso, a participação do grupo social é fundamental. Ele só é verdadeiro quando envolve os cidadãos e cidadãs das localidades rurais e urbanas, engajados no processo de construção do seu futuro, com base na agricultura familiar e sem eliminar o diálogo entre as diferentes concepções de desenvolvimento.

O enfoque territorial estimula a parceria entre órgãos de governo e entre estes e organizações da sociedade e do mercado. Mas, não basta complementaridade e convergência, tornando-se cada vez mais necessário a participação do grupo e ações efetivas que envolvam seus anseios. Neste sentido, deve-se trabalhar para que todos os envolvidos acreditem, tenham confiança mútua e estejam de fato engajados.

O plano territorial deve necessariamente envolver a comunidade em ações manifestadamente educativas, expressando novos valores e comportamentos frente ao desenvolvimento. As relações de reciprocidade, baseadas em parentesco e identidade, com benefícios pessoais; as relações de confiança e cooperação entre indivíduos, geralmente parentes ou vizinhos, que estabelecem grupos competitivos com outros grupos, com benefícios compartilhados e o comunitário, que constitui instituições de expressão da identidade cultural, e o externo que é capaz de estabelecer pontes entre pessoas e grupos de um território com pessoas ou grupos de outro território com melhor dotação de recursos, são fundamentais para a percepção da identidade territorial, para a celebração do acordo territorial, para a mobilização e organização das estruturas internas que viabilizam a gestão social e a melhora da qualidade de vida dos seus habitantes (Brasil, 2004).

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, a qual viabilizava ações de coordenação e monitoramento de apoio ao desenvolvimento dos territórios rurais propunha que o processo de construção da gestão social do território se constitua no objeto de aprendizagem dos atores sociais. É na gestão dos fins e dos meios do desenvolvimento que o território vai sendo apropriado pelos atores, e desenvolvendo neles o sentido de pertencimento (Brasil, 2004).

O PRONAT serviu de inspiração para a criação de um novo arranjo institucional chamado colegiado territorial e, em 2008 foi suporte para o desenho e implementação do Programa Territórios da Cidadania lançado pelo presidente Lula para atender a população rural mais pobre.

Vale ressaltar que, o PRONAT focou no processo de territorialização da governança onde o território é “locus espacial e socioeconômico privilegiado para implementar processos de descentralização das atividades governamentais e da relação entre Estado e sociedade no nível local” (Delgado e Grisa, 2015, p. 52 *citado por* Perafan *et al.*, 2018). Esta ação favoreceu o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas para o meio rural e territórios da agricultura familiar os quais hoje são também beneficiados.

O conceito de desenvolvimento territorial proposto pelo PRONAT está baseado no paradigma da sustentabilidade, sendo importante, portanto, a questão da gestão social como elemento central das transformações pretendidas, o que implica na ampliação dos níveis das capacidades humanas, sociais e organizacionais do território. (Brasil, 2004). Logo, a ideia do desenvolvimento territorial representa novas possibilidades para o cenário da agricultura familiar no Brasil.

Esta visão das dinâmicas e abordagens territoriais para a sustentabilidade do desenvolvimento rural culminam com os projetos públicos atuais e as necessidades de estratégias de desenvolvimento que viabilizem projetos que gerem ações transformadoras nos territórios.

O mundo apresenta problemas econômicos, sociais, ambientais que podem ser melhor analisados ao se fragmentar a realidade, conhecer os territórios e suas relações para depois integralizar e ter uma melhor visão do todo e das sinergias que podem ser conectadas.

Compreender os processos e dinâmicas territoriais são cruciais para um olhar geográfico acerca da relação produtiva e conexões com o mercado no viés das demandas locais e aptidões percebidas nos municípios da pesquisa. Para tanto, vale salientar a importância do caráter relacional e dialético, multiescalar e multidimensional do território o qual se imbricam nos vários tipos de territórios e sua coexistência e interação no espaço. E essa característica dialética com atenção ao intercâmbio do processo produtivo fazendo conexão com o mercado interno e externo.

Em relação ao intercâmbio recorremos a Marx quando afirma sobre a circulação da mercadoria em seu valor de uso, o qual nesse caso se remete na produção de frutas, verduras e legumes e se finda no consumo. Nesse aspecto “a circulação não leva, portanto, em si mesma o princípio de sua autorenovação. (...) As mercadorias têm de ser lançadas à circulação sempre de novo e sempre de fora (...)” (Marx, 1973, p. 193 *citado por* Gonçalves, 1995, p. 8).

Permanecendo ainda na relação de intercâmbio e mercantil, o valor e a transação das mercadorias deveria influir em autonomia e circulação plena o que na real não ocorre de forma expressiva e satisfatória para a classe de produtores da agricultura em pequena escala a qual também pratica o agronegócio em sua classificação familiar.

Voltando a discussão sobre território, onde também ocorrem as relações de intercâmbio mercantil de troca e uso. O território é uma ferramenta por onde ocorre o desenvolvimento e o processo de inovação de novas tecnologias e políticas públicas. E é nele que se acumulam as formas espaciais e mercantis criadas pela sociedade ao longo do tempo (o espaço produzido). Tais formas, se agregam ao solo onde foram construídas, tornando-se estruturas territoriais, condições de produção e reprodução em cada conjuntura considerada.

Na análise conjuntural dos municípios trabalhados na pesquisa, Deodápolis e Glória de Dourados são cidades que compõem a região produtiva do agronegócio na região imediata de Dourados e no Mato Grosso do Sul com atividades agropecuárias diversas, sendo: grãos, aves, suinocultura, cana-de-açúcar, pecuária e horticultura, algumas das formas de uso do solo. Ao pensar na dinâmica da cadeia produtiva considerando a produção até chegar ao consumidor

final temos numa relação de redes e sistemas produtivos uma série de atores e instituições que perpassam campo e cidade em variadas escalas de abrangência já trazendo as proposições de Santos (1996) com os sistemas de objetos e sistemas de ação.

Analisando os circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação (Santos 1986), Deodápolis e Glória de Dourados fazem parte de uma Região Produtiva do Agronegócio e, se considerarmos que as “cidades do agronegócio devem ser estudadas a partir de suas interações com os espaços agrícola e regional” (Elias, 2017b/2022, p.03), estas demonstram que não apresentam grandes conexões conforme segmento de horticultura.

A logística contribui como uma grande estratégia e fluidez no território. Destarte, locais com grande mobilidade e bom escoamento de fluxos com circulação de mercadorias, deslocamentos de forma que essa mobilidade segue priorizada a alguns grupos e não todos demonstrando impasses e um cenário econômico local e regional com baixa conexão e desenvolvimento a nível local.

Ao analisar os sistemas de produção, transformação e comercialização em termos gerais a considerar a microrregião de Dourados, observamos certa complexidade, pois a região tem um sistema produtivo dinâmico tanto da agricultura por *commodities* quanto da agricultura familiar. É uma das microrregiões mais populosas do Estado de Mato Grosso do Sul além de possuir boa proximidade em relação aos grandes centros consumidores e corredores de escoamento para produção. Possui estradas que ligam o Centro-Oeste aos portos de Paranaguá e Santos, o que possibilita o escoamento de sua produção para outros países. Possui indústrias que atuam em vários setores, inclusive no processamento de produtos oriundos da agricultura.

Esta proximidade com grandes centros e a facilidade de escoamento da produção facilita o desenvolvimento econômico, porém prioriza as grandes indústrias e produtores que atuam nas cidades-médias com a produção de *commodities*. Estes, pouco incluem as produções das cadeias curtas mais voltados para os produtos da horticultura e fruticultura desenvolvidos pelos agricultores familiares e, que na visão de Schneider e Ferrari (2015) reforçam bases para uma autonomia de mercado em âmbito local e regional.

Há uma grande participação e expressividade de produtores inseridos no processo de produção da agricultura por *commodities* incluindo alguns agricultores familiares que arrendaram uma parte de suas terras como os que plantam soja, milho, cana de açúcar e participam de cadeias integradas de produção de aves e suinocultura.

A propósito, cadeia curta se refere a uma relação de proximidade entre produção e mercado consumidor, favorecendo uma maior integração dos territórios e extensão de uma

cadeia produtiva. O termo “curto” é visto em Marsden (2004) sob esta mesma perspectiva ao que diz respeito a aproximação entre produção e consumo no sistema alimentar.

Apesar dos planos de governo e demais projetos que buscam o desenvolvimento da agricultura familiar, estes, no geral, ainda não conseguiram alcançar resultados efetivos que impulsionem e criem conexões inclusivas atendendo a todas as possibilidades de mercado e população rural. A região carece de mais ações para o fortalecimento da agricultura familiar nas cidades em estudo. Quanto ao apoio direto ao produtor é cedido uma patrulha agrícola a qual fornece tratores e implementos, melhoramento e abertura de estradas de forma a obter um melhor escoamento da produção agrícola, capacitação, doação de peixes e rações para o agricultor familiar dentre outros atendimentos essenciais para a produção rural.

Contudo, a região de estudo e seu entorno junto a agricultura familiar apresenta potencial para fornecimento de produtos alimentícios e geração de renda com fins de manter uma soberania alimentar. Esta mesma região tem como maioria de produtos alimentícios do segmento da horticultura e fruticultura vindos de outras regiões o que aponta contrastes como também interesse em entender melhor os cenários agrícolas e econômicos na logística de produção e demandas da região.

Notamos que, numa microrregião com uma territorialidade a qual apresenta atividades agrícolas em potencial na geração de renda e soberania alimentar advinda da agricultura familiar ainda está sendo atendida com maioria de produtos vindos de outras regiões, e isso demonstra um contraste nos cenários agrícolas e econômicos no ranking do Estado.

Importante destacar que no estado do Mato Grosso do Sul a infraestrutura de transporte, seja vias ou modais, se apresenta de forma muito precária, além disso a produção de frutas e verduras necessitam de centros de distribuição e modos para encurtar o processo entre produtor e consumidor. Tal fato, será abordado, na próxima seção, quando contextualizamos, as políticas públicas, análise do contexto da agricultura familiar das últimas oito décadas sob um olhar geográfico.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS, ANÁLISE DO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Nas últimas décadas, a contar de 1940 até 2022, a agropecuária brasileira passou por profundas metamorfoses, dando origem a uma atividade intensiva em capital. Houve uma grande substituição de produtos naturais por insumos de escala industrial. Com essa mudança mais técnica observamos outro modelo econômico e social gerando um espaço mais tecnológico na produção agropecuária e divisão do trabalho. Nesse aspecto, Ioris (2022) aponta importante reflexão acerca da financeirização da produção e do consumo frente a um cenário com muitos gargalos e desafios em relação aos problemas agroalimentares e a formulação de políticas públicas.

Há uma expansão escalar das economias e competitividade na busca por lucros e retorno rápido, conforme um pensamento mais racional, muito voltado ao capitalismo selvagem e implicações do mundo globalizado (Elias e Sampaio, 2002).

A compreensão de uma modernização de cunho excludente na agricultura tecnológica e empresarial, com a marginalização da agricultura praticada por métodos naturais pelos agricultores familiares. Santos (1988) destaca que os sistemas de fixos e de fluxos dos principais CAIs no Brasil (soja, suco de laranja, cana-de-açúcar, café), em especial a partir de seus circuitos espaciais de produção (Santos, 1986; Elias, 1996), é um exercício que desperta análise, isso tanto da produção agropecuária e agroindustrial brasileira, como do território produzidos por eles (Elias e Sampaio, 2002).

A difusão das tecnologias e o pós guerra impulsionaram formas de atender ao desenvolvimento, e diversas implementações surgiram como o Programa de Extensão Rural no Brasil, onde acreditou-se na possibilidade de transformar o produtor rural, principalmente o de pequeno porte, através dos programas educativos de base fazendo um comparativo com o fazendeiro norte-americano do pós-guerra e destacando-se com um ensino informal no trabalho extensionista.

Um dos objetivos da extensão rural no Brasil foi o combate à carência, subnutrição e doenças no meio rural. Com base em Leite (1999), para o programa, o pequeno produtor rural brasileiro era tido como um indivíduo extremamente carente, que deveria ser assistido e protegido.

Com o avanço dos meios de comunicação e transporte, sejam os agricultores e as pessoas que moram nas cidades ambos passaram a fazer parte de situações comuns visto como uma comunidade rural-urbana. Com isso, e pensando na produção de alimentos e na

comercialização destes produtos é possível observar uma forte tendência em afirmar que o trabalhador rural depende cada vez mais do trabalhador urbano e vice-versa.

Por um lado, foi benéfico para a relação de aproximação do campo à cidade, que facilitou as negociações dos produtos oriundos da agricultura familiar, o qual favoreceu a proximidade junto aos consumidores.

O atendimento a demanda local e a comercialização dos produtos da agricultura familiar são os pontos de estrangulamento em busca do desenvolvimento com sustentabilidade do setor tendo em vias a baixa participação local e de forma expressiva no fornecimento da grande maioria dos produtos de frutas, verduras e legumes nas feiras, supermercados, frutarias e distribuidoras.

A agricultura familiar representa um grande eixo norteador no que se refere a agricultura brasileira. Dentre os fatores que levaram a formação deste pensamento estão estudos comparativos internacionais, que fizeram o reconhecimento de países como, e principalmente os de capitalismo avançado com essa forma de produção no principal pilar do desenvolvimento agrário (Menegati & Hespanhol, 2002).

Em contrapartida, esta forma de espaço produtivo era vista como uma produção de baixa renda, de subsistência, ou mesmo de campesinato entre outras denominações sendo a produção em grande escala (*commodities*) a forma que era privilegiada no desenvolvimento agrário brasileiro. Dessa forma, como o produtor familiar ou mais comumente chamado pequeno agricultor se mantém sem grandes desenvolturas e com posição secundária na sociedade brasileira ao se comparar com o campesinato em um contexto brasileiro e internacional (Wanderley, 1998).

Oliveira (2001) entende que o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção em sua formação social ocorre articulado com relações sociais não capitalistas e a área rural, mais precisamente o campo, tem sido um dos lugares dessa reprodução com relações de produção não capitalista. Porém, verificamos uma relação capitalista de baixa escala nas relações da produção familiar uma vez que organiza e se planeja o trabalho ou a produção de forma a haver excedente para comercialização com centros de distribuição para os produtos.

Ademais, o autor destaca que, se de um lado, o capitalismo avançou em termos gerais por todo território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, e dessa forma promovendo uma expropriação total do trabalhador brasileiro no campo desprovido de todos os meios de produção. De outro, as relações de produção não capitalistas, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram

mais.

Essa contradição nos coloca diante a situações em que há a integração entre o proprietário da terra e o capitalista, assim como diante à subordinação da produção do campo, pelo capital, que sujeita e faz a expropriação a renda da terra. E, mais que isso, expropria praticamente todo excedente produzido, reduzindo o rendimento do agricultor ao mínimo necessário à sua reprodução física. A forma que o capitalismo chegou ao agricultor familiar não o possibilita as mesmas ferramentas e oportunidades que normalmente são concedidas aos produtores de *commodities*. A agricultura familiar tem que se sujeitar aos altos preços de compras de insumos e máquinas e são forçados a vender seus produtos a baixo preço nos canais de comercialização. A agricultura altamente capitalizada e tecnificada criou um processo de valorização descontrolada dos produtos/implementos utilizados na agricultura de maneira geral.

Posto isso, observamos duas formas de monopólio do capital, um em relação à produção agrícola e o outro em relação ao monopólio da circulação da produção. Considerando um repensar das políticas de desenvolvimento, essas duas formas de monopólio estão longe de alcançar qualquer avanço e fomento aos espaços de produção e circulação de mercadorias promovendo conexão e intermediação entre o mercado local e o consumidor final com foco em uma logística com mais segurança alimentar e sustentabilidade.

Nesse sentido, o entendimento de que a modernização econômica pudesse gerar uma consequente modernização social e conformidade diante das necessidades do agricultor e demais populações rurais não ocorreu. Conforme Martins (2001, p.32) “foi necessária muita coragem, muito atrevimento cívico, à custa de muita marginalização, para que os sociólogos rurais desafiassem esse compromisso”, e dessa forma tornassem público as incoerências e aberrações, reconhecendo no mundo rural um mundo de inovação e criatividade.

A tecnologia não foi absorvida de forma a atingir todos os meios de produção, quanto a rede de distribuição agroalimentar está mal estruturada e visando outros propósitos que não o atendimento as necessidades de oferta e demanda com sustentabilidade. Ao pensar em um rearranjo, este deverá vir também das relações e não apenas da tecnologia para que se haja um acesso a todos os meios e classes de produção.

A tecnologia determinou categorias dentro dos meios de produção provocando uma verticalização do uso da tecnologia em lugar de promover uma horizontalidade no acesso ao uso tecnológico na produção. Existe uma interferência para que a tecnologia chegue a todos, mas ainda muitos não tem acesso a estes meios tanto cultural quanto de oportunidades.

A forma forçada como ocorreu a modernização no campo e o desenvolvimento econômico direcionando apoio à agricultura convencional em detrimento a familiar resultou em um desenvolvimento excludente ou, como afirma Amartya Sen (1999/2010), um não desenvolvimento pois para ser desenvolvimento de fato, este deveria oportunizar a expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam para escolherem o tipo de vida que desejam levar. Isso mostra que o modelo vigente até então trouxe um contra desenvolvimento social no meio rural. Conforme, Sen (2010, p. 30) “crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo” e deveria vir acompanhado de maiores acessos a todos os setores de desenvolvimento humano favorecendo a um pensamento econômico mais humanista.

A introdução de tecnologia de ponta, defensivos agrícolas, sem que houvesse um treinamento dos trabalhadores rurais, assim como a utilização de um parque de máquinas totalmente informatizadas provocou uma convulsão no campo, sem contar com os problemas ambientais e a contaminação da saúde humana envolvida.

Essa mesma modernização excludente desfavoreceu uma integração social com vistas a fomentar o mercado local e priorizar a segurança alimentar em detrimento de fins de circulação e acumulação do capital (Ioris, 2017).

Essa temática foi amplamente discutida por José de Souza Martins (2001), no geral, delega-se a uma provável resistência das populações rurais a mudança e a modernização em relação à responsabilidade por esse desastre social.

Verificamos que, no Estado de Mato Grosso do Sul, tivemos a partir dos anos 60 do século XX, uma grande expansão territorial do capital moderno, que foi o da expansão da fronteira agropecuária. A vinda do capital para essa fronteira agrícola trouxe o modelo de grande propriedade, monocultores e tecnológicos, a qual, é vista de forma bem expressiva na região da área de estudo dessa pesquisa onde também há produtores familiares com produção de hortifruti.

A formação das grandes empresas rurais de *commodities*, a estruturação das fazendas de gado, a chegada ao estado das primeiras agroindústrias do açúcar e do álcool influenciaram o espaço de produção rural. À vista disso, nesse início de tempo muitos pequenos produtores acreditaram conseguir fazer uso dessas tecnologias mais específicas sem um mínimo de orientação e apoio, sendo vitimados por programas governamentais de um suposto desenvolvimento rural.

Sem sucesso voltaram a ser os marginais do setor primário, que se arrastam tentando produzir para escapar da dívida contraída nos financiamentos bancários de suas safras e, muitas vezes perdendo a própria terra para saldar a dívida. Neste cenário, são encontrados

produtores com acesso a assistência técnica encontrando seus espaços dentro do mercado, porém faz-se necessário uma logística de distribuição mais justa em oferta e demanda nas suas mais variadas escalas. Em outras situações produtores buscam espaço de comercialização em uma economia saturada e sem organização sistêmica na distribuição de seus produtos.

Em meados da década de 70 a 80 ocorreu uma entrada expressiva da produção de grãos em Mato Grosso do Sul, a qual alterou o espaço de vendas e características econômicas da região estudada. Essa inserção pode ter promovido uma descapitalização em parte dos produtores familiares resultando em um endividamento da agricultura de nível familiar, que em muitos casos é excludente da agricultura convencional.

Conforme publicação do IBGE (2020) a agricultura familiar contribui de forma relevante a geração de empregos no setor agropecuário, artesanal e na agroindústria e “possui um papel importante para a segurança alimentar nacional, ao colaborar com o consumo interno e alimentar das cadeias locais e regionais de produção e distribuição de alimentos e derivados”. Nesse aspecto, a agricultura familiar poderia ser tipificada em:

- Família agrícola de caráter empresarial - conhecido como o “verdadeiro agricultor”, possui uma estrutura econômica, social, técnica e patrimonial que lhe garante investir em uma produção rentável e voltada, sobretudo, para o mercado;
- Família camponesa - tem como principal objetivo a manutenção da produção agropecuária e da propriedade familiar, sem orientar sua prática pelos padrões produtivistas de mercado; e
- Família agrícola urbana - sistema de valores próprios que orientam a produção com foco na qualidade de vida, sem desmerecer, de um lado, a realidade de mercado, e de outro, os valores da família camponesa (Savoldi e Cunha 2010, citado por IBGE, 2020, p.3).

Logo, notamos que há significativa relevância não apenas do ponto de vista cultural e na “reprodução social da família no campo”, mas, também, como um sistema produtivo bem articulado e engajado na economia não devendo ser menos considerada em relação a *commodities*.

A FAO-INCRA (1996; 2023) define a agricultura familiar de acordo com os seguintes critérios: a gerência da propriedade rural é feita pela família, o trabalho é desempenhado em grande parte pela família, os fatores de produção pertencem à família, exceto, às vezes, a terra e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes.

É fundamental ter em conta, entretanto, que o reconhecimento da importância político-estratégica da produção a nível familiar não teria sido o bastante de forma a justificar as

políticas de apoio implementadas, não fosse sua capacidade de produzir de maneira eficiente do ponto de vista econômico (Oliveira *et al.*, 2008). É importante salientar que, o universo da agricultura familiar não é homogêneo, não sendo possível ter modelos para analisar, mas reflete uma grande diversidade, pela qual se caracteriza o rural brasileiro:

O universo da agricultura familiar é extremamente diversificado e complexo. A diversidade reflete a própria natureza da agricultura familiar, em particular sua capacidade de adaptação – nem sempre sustentável, deve-se dizer – às condições ambientais locais, à disponibilidade de recursos, à experiência, cultura e história das famílias, assim como às condições impostas pelo mercado e pela sua inserção na sociedade (Guanziroli, *et al.*, 2001, p. 169, citado por Megati e Hespanhol, 2002).

Dentro dessa realidade complexa e heterogênea, marcada pelas transformações em curso na sociedade brasileira e de novas relações sociais no campo, é necessário que se introduza no debate sobre a questão agrária e rural, termos como “pluriatividade” e “agricultura em tempo parcial”. A respeito da agricultura em tempo real Fuller e Brun (1988, p.150) a caracteriza como um “conceito de *part-time farming* que pode ser utilizado, de forma mais precisa, para definir situações nas quais, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é cultivada através do investimento de menos do que um ano completo de trabalho”. Em meio às crises geradas pela modernização da agricultura, que praticamente concentrou-se nas grandes propriedades, a pluriatividade e a agricultura em tempo parcial são consideradas estratégias da agricultura familiar, ou seja, alternativas de sobrevivência em meio a realidade produzida pelo contexto neoliberal.

Dentro da produção familiar se enquadram as cadeias curtas, a qual amplia as relações no tempo e espaço em relação ao abastecimento e distribuição alimentar. Nesse quesito estão as relações de proximidade favorecendo o fornecimento local dos produtos e fomentando a escala de produção em redes de distribuição e políticas públicas locais e regionais podendo resultar em uma diminuição de produtos vindos de localidades mais distantes. E assim, também como afirma Gazolla & De Aquino (2021, p. 6), “A definição de cadeias curtas resgata, portanto, uma dimensão central das economias de proximidade e de escopo que se refere ao papel da geografia e da interação entre espaço e atividade econômica.” o qual marcou muito as relações de comércio digital que se ampliaram e criaram novos espaços durante e após a pandemia.

As cadeias curtas de produção também se firmam por conta do avançar do desenvolvimento da agricultura, o crescimento da população e mudança de hábitos

alimentares mais atentos a segurança alimentar e origem dos alimentos. Surge nesses espaços dinâmicos de produção e comercialização outras formas de atuação como o turismo rural sendo esta uma opção a mais que o agricultor oferece ao consumidor final que vivencia uma prática cultural, e ainda fomenta o comércio em escala local.

Na área de estudo desta pesquisa encontra-se as cadeias convencionais marcadas pelas *commodities*, mas também é visto a presença das cadeias curtas de produção que se distribuem em diversos segmentos agropecuários as quais realizam abastecimento local com seus produtos através e compras diretas do cliente junto a propriedade, feiras, entregas por *delivery* e mercados.

Seguindo uma proposta diferente das cadeias longas de suprimento alimentar, lógica de distribuição e organização da produção e consumo, as cadeias curtas acabam por priorizar e fomentar as territorialidades presentes em um dado local ou região. Dessa forma, realizando uma aproximação maior do setor de produção com a consumidor final promovendo mais integração territorial. Porém estas se apresentam de maneiras distintas conforme dinamismo, características e autonomia de cada localidade.

Vistos em Chifolleau (2008, 2019) essa forma de atuação com as cadeias curtas remontam os espaços de troca tão presentes na agricultura familiar e enraizados na história da agricultura regional. Conforme, Galand (2012), as cadeias curtas são vistas como uma modalidade desenvolvida em escalas micro e medias favorecendo espaços com princípios relacionais e de proximidade.

As cadeias curtas podem ser analisadas também como promotora de desenvolvimento local favorecendo a geração de emprego e renda, além uma relação de confiança e proximidade entre o produtor e consumidor que passa a ter acesso ao modo de produção dos produtos *in natura*, processados e seus saberes e fazeres próprios de cada lugar.

Nesse sentido segundo Fantini *et al.* (2018) essa forma de organização direta da comercialização favorece uma diferenciação no preço dos produtos tanto para o produtor quanto para o consumidor final. No geral os produtos com venda direta tendem a serem mais justos do ponto de vista do consumidor e melhor remunerado do ponto de vista do produtor o que pode variar chegando mais caro ao consumidor final conforme modalidade de venda e localidade.

De forma geral, os produtos dos médios e grandes supermercados vem de outras regiões, provenientes de cadeias longas e globais de produção, sendo as *commodities* grandes fornecedoras desses alimentos. Produtores familiares organizados em cooperativas ou de forma individual, porém com uma organização produtiva voltada para um maior volume da

produção e pouca variedade da cultura agrícola a contar com uma boa logística e condições de entrega, conseguem abastecer as CEASAS ou Distribuidoras de Alimentos, sendo estes um menor número de fornecedores.

Voltando-se para o olhar geográfico perante a agricultura e um contexto histórico proposto para esta seção, estão decorridos alguns importantes fatos que trazem um embasamento para o cenário das políticas públicas.

3.1 Década de 40 do século XX

Ao refletir sobre uma análise do campo nesse período, verificamos que, a partir de 1940, a agricultura familiar, passou por diversos momentos difíceis, em toda sua história, mesmo sendo de grande importância para o desenvolvimento do país. A maioria dos investimentos, tecnologias e políticas públicas eram voltados para os grandes produtores e a agricultura familiar em boa parte era deixada para um segundo plano.

As primeiras metodologias de Assistência Técnica e Assistência Rural (ATER) surgiram nos Estados Unidos da América e na Europa, no final do século XIX. Com influência dos Estados Unidos, em meados da década de 1940, chegou ao Brasil as tecnologias de agricultura com a utilização de tratores de grande porte, adubação a base de nitrogênio, fósforo e potássio - NPK e produtos agroquímicos. Com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) facilitou os empréstimos rurais para compra das tecnologias advindas da América.

Até a década de 1940, não era comum o desenvolvimento de políticas públicas no Brasil voltadas para a agricultura, este cenário começou a mudar no final da década, no ano de 1948, com o início das ações da primeira organização de Assistência Técnica no País.

O Brasil na década de 50 ocorreram vários acontecimentos na agricultura, como a importância da atuação do governo na agricultura, a influência americana, extensão rural, industrializações e a expansão das políticas agrárias e sua evolução ao decorrer dos anos.

No ano de 1950 o atual presidente do Brasil Eurico Gaspar Dutra, iniciou seu mandato em 1946-1951 dando prosseguimento a era Vargas, na industrialização e na criação e fortalecimento de políticas para a agricultura, junto com as ideias extensionistas de Nelson Rockefeller empresário norte-americano, que ano de 1948 recomenda ao Brasil que se criasse instituições para a melhoria das condições econômicas no país (Castro *et al*, 2017).

No ano de 1952 Getúlio Vargas se elege presidente, ficando no governo até 1954,

nesse período começa a se disseminar os modelos de assistência ao agricultor, em formas de extensão, medida que seria adotada em quase todos os estados brasileiros. Em 1952 cria o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) adotando cada vez mais o modelo de extensão e desenvolvimento criado por Rockefeller que foi o resultado de conversações entre Brasil e Estados Unidos, dando prosseguimento ao plano em investir na agricultura e industrialização.

Na região Centro-Oeste, especificamente Mato Grosso e Goiás houve a criação e instalação das Colônias Agrícolas, assim como a CAND projetando uma região abastecedora de alimentos e após, para uma com projetos de desenvolvimento com fins de uma agricultura com produção intensiva de grãos sendo principalmente a soja.

O plano de Rockefeller era começar a assistência com pequenos produtores, expandindo-se para os grandes com a demonstração de bons resultados preparando o mercado brasileiro de agricultores para importarem sementes, adubos e defensivos agrícolas. Seus interesses iam além, floresta amazônica, cerrado e os minerais, apesar de não demonstrar explicitamente, ele tinha grande interesse na indústria química e maquinaria.

Em detrimento deste interesse de Rockefeller, quem estaria financiando toda essa empreitada desenvolvimentista no Brasil, como consequência, o desenvolvimento da agricultura do Brasil não nasce de objetivos ou necessidades internas do país, mas sim da visão de negócio do capital exterior com vistas no parque agrícola brasileiro com a possibilidade de consumo de capital, insumos e tecnologias.

Havia pouca tecnologia no Brasil e nesse viés, os pequenos agricultores, foram utilizados como laboratório em um cenário onde a tecnologia foi mais focada na produção e não distribuição o que é perceptível até hoje.

Entendemos que, os projetos de extensão na década de 50 foram baseados quase que exclusivamente no projeto de um único mentor Nelson Aldrich Rockefeller sendo que, seus projetos eram sempre visando a reprodução do capitalismo e sua implantação na perspectiva modernizante. A agricultura brasileira e em sua grande maioria pequenos agricultores ficaram desassistidos, por não terem políticas públicas voltadas para sua realidade de vivência. Isso gerou um outro cenário marcado pela pobreza, favelas e fortalecimento do êxodo rural nos espaços urbanos e periféricos das cidades (Oliveira,1999). Um grande exemplo de que o projeto de extensão aplicada não era para pequenos agricultores.

O projeto de extensão rural se torna capitalista trocando os lemas de “projeto educativo” para “projeto do capital” deixando todos os princípios da biologia da conservação, agricultura familiar e agroecológica de fora, estes já não são partes das extensões que visam

apenas lucros e concentração de terras nas mãos de poucos. A agricultura alternativa que já era praticada na época como forma de respeito e visando a biodiversidade e a qualidade dos produtos vindos do campo era tida como inapropriada para o fomento industrial que o país almejava. O Brasil apenas exportava produtos primários sem a intenção e direcionamentos públicos destinados a um parque industrial destinando a produção diretamente aos portos.

Na década de 60 o espaço rural brasileiro passou por transformações de cunho social, político, econômico e ambiental. Contudo, o campo brasileiro historicamente teve grande parte das políticas públicas para a agricultura familiar negadas. Nesse contexto, o agronegócio de *commodities* sempre recebeu os maiores investimentos públicos. São visíveis as mudanças na infraestrutura para o desenvolvimento do agronegócio por meio da inserção de novas tecnologias na agricultura, principalmente a partir da década de 1970 com a Revolução Verde (Neumann, 2017, p. 2).

A Revolução Verde foi um movimento mundial que chegou com o fim da Segunda Guerra (1945), quando os estoques mundiais de alimentos se tornaram bastante escassos e, nesse momento, a ideia de segurança alimentar ficou quase exclusivamente ligada à produção agrícola (Rocha & Burity, 2021). O propósito era, inicialmente, o aumento da produção de alimentos em escala mundial como forma de garantia de segurança alimentar. Embora tenha se registrado ganhos produtivos em diversos países, a Revolução Verde trouxe consequências para os pequenos produtores, para o ordenamento do território e para o meio ambiente ao aumentar a escala de produção avançando em terras que ainda, não tinham sido derrubadas.

Desse modo, a Revolução Verde foi pensada e disseminada como a solução para os problemas da fome a exemplo da insegurança alimentar. Contudo, foi um processo articulado e orientado pelo mercado global, por meio de grandes corporações agroindustriais originadas no pós-guerra, essas, antes produtoras de tanques de guerra e armas químicas, passaram a elaborar e comercializar, conseqüentemente, tratores e agrotóxicos.

Ainda sobre a Revolução Verde e, conforme afirma Ioris (2022, p.7) “É comum a afirmação de uma ‘revolução verde sustentável’, mas nos moldes do agronegócio, o que demonstra ser insuficiente para dar conta de novos e velhos problemas” agravando, contudo, a relação com a degradação ambiental.

Para que esse processo de transformações no espaço rural se concretizasse, um dos principais responsáveis foi o investimento de capital estrangeiro. Para isso foi imprescindível o papel do Estado como mediador da entrada desse capital e, conseqüentemente, das alterações nas mais diversas esferas do campo. Frente a isso, no Brasil a modernização produtivista foi promovida pelo regime militar, quando o país adotou um pacote tecnológico

de agricultura que intensificou o uso de máquinas, adubos e defensivos químicos, pensando basicamente em um aumento significativo na produção agrícola que beneficiaria diretamente o capital financeiro.

O Estado brasileiro se mostra, assim, comprometido para financiar o agronegócio de *commodities* e isentar os agrotóxicos de impostos, e, ao mesmo tempo, sem intenção e predisposição quando se trata de proteger a saúde da população e do ambiente dos impactos do atual modelo de produção dominante na agricultura brasileira (*Abrasco citado por Neumann, 2017, p. 2*).

No Brasil, a incorporação técnica foi feita por meio de incentivos governamentais concomitantemente à expansão das fronteiras agrícolas para as regiões de Cerrado. A Revolução Verde aumentou a produtividade da agricultura nessa década e favoreceu um aumento da produção agrícola, porém não foi suficiente para acabar com a fome e a desnutrição, que seguiam atingindo gravemente uma parcela importante da população mundial levando a um (re)pensar sobre o direito à alimentação e uma reestruturação.

Ainda hoje, é perceptível espaços urbanos e rurais sofrendo esses impactos o qual também se reflete na desconexão da produção com o mercado e do produtor com o consumidor final sejam em cadeias curtas ou longas. Essa reestruturação provocou uma desarticulação da forma tradicional de uso da terra passando a ser substituída, gradualmente, pela tecnologia dos insumos agrícolas. Diante disso, o homem do campo se viu refém de um novo sistema que desarticulou todos os saberes e experiências empíricos onde se perderam décadas de saberes ancestrais que vinham sendo passados através das gerações muito vistas em comunidades tradicionais.

Como uma consequência, essas transformações pensadas e estruturadas a partir dos anos 60 resultaram em ações que nortearam a década de 70. Tais transformações no meio rural ocasionaram um esvaziamento do campo brasileiro, com isso a década de 1970 foi marcada pela migração de milhões de agricultores para as cidades, acarretando o inchaço das mesmas com adensamento populacional. Dessa forma, a população urbana supera a rural em meados da década de 1970 (*Melo citado por Neumann, 2017*). Um importante marco para a agricultura brasileira, foi a criação da Embrapa na década de 1973, com o intuito de desenvolver a agropecuária e focar em inovação e tecnologia.

Essas mesmas transformações levaram os agricultores familiares a serem expulsos para as margens das cidades, onde não tinham nenhuma estrutura de políticas públicas implantada, se tornando lesados do direito à moradia, lazer, saúde, educação e terra. Além disso, os saberes agrícolas deixaram de ser praticados, provocando insegurança alimentar em

larga escala. Assim, o contínuo crescimento da economia, do consumo e da população mundial acarreta a devastação do meio ambiente e ameaça ao futuro da vida no planeta fazendo despontar nessa época uma nova ideologia política: o ecologismo.

Ainda na década de 1970, é publicado o relatório *Limites do Crescimento* organizado pelo Clube de Roma e pelo *Massachusetts Institute of Technology (MIT)*, o qual enfatizava a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais (Meadows, 1972). Em 1972 é realizada a Conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano). De 5 a 15 de junho de 1972, aconteceu a 1ª Conferência da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, capital da Suécia onde o Brasil participou com a posição de defesa à soberania nacional.

Conforme Moura (2016, p. 15) “argumentava-se que o crescimento econômico e populacional dos países em desenvolvimento não deveria ser sacrificado, e que os países desenvolvidos deveriam pagar pelos esforços para evitar a poluição ambiental”. Muitos pesquisadores, ativistas de organizações ambientalistas e líderes mundiais debateram a necessidade de controlar os impactos da poluição, inclusive propondo medidas para reduzir a exploração desordenada dos recursos naturais.

O Brasil vivia uma fase de rápido crescimento econômico no Brasil, ocorrido entre 1968 e 1973 chamado de “Milagre Econômico”, com grandes obras e empreendimentos fomentadas pelo governo federal, também conhecido por um período onde a agricultura passou por uma modernização global. Mesmo não representando uma decisão positiva a delegação do Brasil, falava-se em reduzir o crescimento econômico e seus consequentes impactos. Essa e outras declarações de autoridades nacionais geraram enormes repercussões na opinião pública e, para tentar contornar os efeitos negativos da posição oficial do governo brasileiro na Conferência de Estocolmo, o presidente Emílio Garrastazu Médici determinou que algo fosse feito. Como resultados, surgiram medidas e setores que se voltaram para a defesa do meio ambiente ocasionando um novo rumo da política ambiental em nosso país.

Após esse novo rumo e com a criação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente-SEMA surgiram diversas ações e projetos, os quais resultaram em uma sólida base para construção da consciência ambiental na sociedade brasileira. Anos mais tarde, esse trabalho serviu de base para surgimento do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Na esfera do planejamento, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), foi um plano econômico brasileiro lançado no final de 1974, instituído durante o governo do general Ernesto Geisel e tinha como finalidade estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia.

Na década de 1980, o marco principal foi o estabelecimento da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei no 6.938/81), que criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), uma estrutura formada pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, adotada para a gestão ambiental no nosso país essas ações surtiram efeito no sistema agroalimentar brasileiro (Rodrigues, 2014). Sabe-se que a agricultura é um setor de grande influência na economia brasileira, porém há períodos na história em que esta passa por uma defasagem com a ausência de políticas públicas que possibilitem o seu desenvolvimento.

O país iniciou a década de 1980 enfrentando uma crise econômica, resultando em elevadas taxas de inflação e na redução de recursos para o financiamento rural. O governo estava pressionado por dois problemas, altas taxas de inflação e crescimento da dívida externa. Este viria a substituir o subsídio ao crédito por uma política de preços mínimos para estimular a produção e exportação de produtos agrícolas. Porém, ocorreu um constante aumento dos custos financeiros da agricultura, através dos sucessivos aumentos da taxa de juros real cobrada do setor agrícola (Mendes, 2014).

A década de 1980 foi marcada por novas mudanças na política agrícola como a adoção de limites ao crédito para custeio, a cobertura do seguro rural foi reduzida para 80% do valor financiado. Não era mais recomendável ao produtor rural fazer uso desse instrumento de política agrícola, pois os juros aumentavam constantemente.

Com restrições da oferta de crédito rural, a Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM) tornou-se uma poderosa alavanca para expansão e desenvolvimento da agricultura brasileira. A PGOM foi responsável pela elevação da produção de grãos no país, política que se complementa com os Empréstimos do Governo Federal (EGF) e as Aquisições do Governo Federal (AGF). Com isso, reforçou-se que as políticas públicas eram orientadas para a grande produção. A AGF tornou-se um instrumento de garantia de preço mínimo para agricultores, ao mesmo tempo em que promovem a estabilidade de preços de produtos agrícolas fundamentais para o consumo da população. Elas permitem a armazenagem de estoques reguladores de passagem de anos de ofertas abundantes para venda em período de escassez. Atrelado a isso estão as políticas de uso dos fertilizantes e maquinários agrícolas os quais cresceram em grandes proporções gerando estoques e influenciando o crescimento da agricultura brasileira. (Rezende, 1993).

Somado a isso, foram criados planos econômicos fracassados como Cruzeiro I e Cruzeiro II, onde Bresser, ministro da economia da época, buscou ações para tentar conter a dívida externa que se originou. Nessa fase, os agricultores passaram por prejuízos em função

da alta dos financiamentos aplicados pelos governos. A década de 80 ficou conhecida como a década perdida (do ponto de vista econômico do crescimento e desenvolvimento) terminou com hiperinflação.

Do ponto de vista econômico tínhamos herdado altos índices de endividamento dos períodos anteriores. No início dos anos 80, as políticas eram do tipo ortodoxas o que significa cortar custos do governo e aumentar a arrecadação. Com a chegada de Sarney as políticas começaram a se tornar heterodoxas, diferentes das defendidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o qual mantinha regras duras de ortodoxia econômica ao Brasil. No âmbito político, promulgou-se a Constituição de 1988, enfatizando o fim da ditadura. Criou-se condições para recuperação de uma maior participação cívica dos processos eleitorais, e a primeira eleição direta após o regime militar. Assim, Fernando Collor de Melo chegou ao poder, venceu as eleições contra Luiz Inácio Lula da Silva com posicionamento de cunho moralizante e salvacionista ao declarar guerra aos chamados “marajás”, funcionários públicos com altos salários e aposentadorias.

No entanto, na década seguinte, frustrou todas as expectativas nele depositadas, sofrendo o processo de *impeachment*. Ao final da década de 80 nem o Brasil, nem o mundo eram mais os mesmos. Com o fim da guerra fria ganhou corpo o modelo neoliberal de governo pelo mundo, alavancando o processo de globalização econômica. Nos anos seguintes, ampliou-se no Brasil o processo de abertura econômica com resultado de uma política internacional alinhada ao Consenso de Washington, marco fundamental da ordem mundial (Santos, s/a). Estes cenários se refletem na agricultura brasileira alterando as formas de financiamento e assistência com interferência do governo no mercado.

Entre 1990 a 2000, com análise destas políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar, se destaca o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O PRONAF foi criado em 1995, com o intuito de fortalecer a agricultura familiar por meio do financiamento subsidiado de serviços agropecuários e não agropecuários. Este programa garante a diversificação de atividades agrícolas nas propriedades familiares, possibilita o empreendedorismo por meio do processamento e agroindustrialização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, bem como atende às exigências mercadológicas e de adoção de práticas conservacionistas para uma produção ambiental, econômica e socialmente sustentável.

Nesta perspectiva, o PRONAF tem grande relevância para o país, sendo que, mantém cerca de 12 milhões de brasileiros economicamente ativos na zona rural do país. São famílias

que ajudam a desenvolver o interior do Brasil e ainda garantem alimento de qualidade na mesa de toda a população. E muitas delas conseguem prosperar graças a essa política pública.

Outro objetivo deste programa é prestar atendimento diferenciado aos pequenos agricultores- aqueles cuja produção é resultado de sua própria força de trabalho ou da mão de obra familiar, tendo como foco, fortalecer as atividades desenvolvidas pelo pequeno agricultor, também conhecido como agricultor familiar, integrando-o à cadeia do agronegócio por meio da modernização do sistema produtivo. Com isso, o produto fabricado por ele passa a contar com um valor agregado, o que, no final, também refletirá em um aumento da renda familiar.

Todavia o PRONAF é resultado de uma antiga demanda dos trabalhadores rurais, que pediam uma política agrícola específica para os pequenos produtores. Em 1997, o programa passou a se consolidar como instrumento efetivo de desenvolvimento no campo e de geração de emprego e renda. Isso porque, até então, as operações financeiras disponíveis se limitavam ao custeio e, nesse ano, passaram também a ser feitas para investimentos.

Portanto, o PRONAF ajudou mais de 2,6 milhões de pequenas propriedades rurais, oferecendo a profissionalização por meio de um financiamento destinado para atividades e serviços, sejam eles agropecuários ou não, desde que desenvolvidos em propriedade rural ou em áreas comunitárias próximas, garantindo menores taxas de juros para o financiamento rural no mercado, onde se consolidou como um grande instrumento de desenvolvimento rural para os agricultores familiares.

3.2 Década 2000 a 2010 do século XXI

Em continuidade ao desenvolvimento da agricultura familiar, nas décadas entre os anos 2000 e 2010, o Brasil viveu uma importante fase com a implantação e implementação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar especialmente, um momento de consolidação da democracia abrindo caminho para a participação do controle social, movimentos sociais e afirmação para os produtores familiares.

Através da aprovação da lei n.º 9.985 de 18/07/2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), do espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, com objetivos de conservação e limites definidos. Esta lei foi muito relevante no tocante à

interação do homem com a natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, bem como a restauração e a recuperação do ambiente natural, essas medidas produziram ações para a produção de alimentos de maneira sustentável, causando impacto positivo inclusive na garantia da sobrevivência dos seres vivos em geral. Vale ressaltar que, esta lei foi importante para a manutenção dos ecossistemas, visa inclusive o uso dos atributos naturais sem a interferência dos humanos.

A lei n.º 10.420, de 10 de abril de 2002 vem com o Fundo Garantia-Safra, de natureza financeira, vinculado, na época, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Essa lei foi de grande importância principalmente para os agricultores familiares da região Nordeste do Brasil e Norte do Estado de Minas Gerais. Alterada pela lei nº 10.700, de 9 de julho de 2003, teriam direito ao Benefício Garantia-Safra os agricultores familiares que, tendo feito adesão ao Fundo Garantia-Safra, vierem a sofrer perda em razão de estiagem, comprovada na forma do regulamento, para isso os governos estaduais e municipais, deveriam contribuir com um percentual, como contra partida.

Uma lei de grande relevância para o contexto da década, para as famílias de baixa renda, foi a lei do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, esse documento traz duas finalidades básicas que são a promoção ao acesso à alimentação e incentivo à produção agricultura familiar, ao tempo que repactua o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural.

O programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar e esses são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e também àquelas atendidas pela rede assistencial, pela rede pública e filantrópica de ensino, chegando a várias instituições públicas que tem acolhimentos a pessoas que se encaixem neste perfil de insegurança alimentar (Farias, 2016). O Programa valoriza a biodiversidade e a produção orgânica de base agroecológica de alimentos, procurando incentivar hábitos alimentares saudáveis, estimulando o cooperativismo e o associativismo.

Ainda na busca de instrumentos para o fortalecimento da alimentação da população com essa necessidade foi sancionada a Lei nº 10.689, de 16 de junho de 2003, criando o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), promoção da segurança alimentar e nutricional que trata do Programa Fome Zero.

A Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 dentro do mesmo pacote de políticas públicas, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, criando linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações com percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados

ou associados, promovendo a sustentabilidade ambiental, social e econômica, observando a equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia.

O Censo Agropecuário 2006 - IBGE (2006), identificou que dos 5,17 milhões de propriedades rurais do Brasil, 84,4% são caracterizados como agricultores familiares, respondendo por cerca de 80% da população economicamente ativa do campo. Neste mesmo ano, foi publicado o Decreto que define as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN.

Em 2009, houve uma melhora na vida do agricultor familiar e da população em geral com um grande número de pessoas e domicílios com segurança alimentar resultado graças ao aumento da produção de alimentos e efeitos da estabilização econômica.

A partir de 2012, inicia um retrocesso nas políticas de desenvolvimento rural com corte das verbas de financiamento da produção familiar, corte de programas do ministério de apoio agricultura familiar, e foi se acirrando a cada ano subsequente, com o desfecho no ultimo quadriênio com um desastre para o desenvolvimento da agricultura familiar.

A agricultura é um setor de grande relevância para economia brasileira, ela contribui para a produção de alimentos, geração de emprego, e também para o crescimento do PIB. Entretanto, é um setor com acentuadas divergências, como concentração de renda, conflitos de terra e com diferenças enormes de investimentos e políticas públicas em seus segmentos.

Dados disponibilizados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) citados pela CNN Brasil (2023) apontam que a agricultura familiar brasileira ocupa a 8ª posição no ranking de produção de alimentos mundial. Esses mesmos dados acrescentam que a agricultura familiar brasileira é a maior responsável por ofertar e manter o mercado interno com produtos saudáveis oriundas de um manejo com sustentabilidade.

Dentro da agricultura brasileira pode se observar diferentes dimensões de sua produção, mas no momento, para melhor compreender a lógica e o perfil de cada governo, nos limitamos a dividir a agricultura em agronegócio com as *commodities* e o agronegócio da agricultura familiar.

O agronegócio em se tratando das *commodities* abrangem a produção em larga escala em monocultura, com extensas áreas, visando o mercado internacional. Já o agronegócio com a produção da agricultura familiar alcança um maior número de unidades produtivas rurais, com diversidade de culturas, em áreas menores e engloba a maneira de produzir alimentos de grupos distintos como também grupos sociais, tais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, assentamento dentre outros.

Dando ênfase a essa divisão será possível compreender as medidas governamentais sobre o acesso, ao uso, posse e propriedade da terra, como incentivo à produção, preservação dos recursos naturais e/ou a garantia de direitos sociais e políticos de quem vive no campo. Essas ações consistem em momentos que os governos refletem sobre seus contextos e configurações, elaboram análises, projetam ações e agem a partir de representações e expectativas construídas. Particularmente, os Planos Agrícola e Pecuário (PAP) e os Planos Safra da Agricultura Familiar (PSAF) expressam as interpretações construídas sobre o meio rural e a agricultura.

O governo da Presidente Dilma deu sequência à política econômica do governo Lula, no que se refere aos PAPs, a promoção da economia do agronegócio continuou sendo o elemento da política agrícola. Um dos objetivos consistia em expandir a produção de grãos, fibras e oleaginosas, no intuito de assegurar o abastecimento interno, contribuindo para maior regularidade nos preços, bem como para ampliar os excedentes exportáveis, gerando divisas para o país e continuidade da participação do Estado, notadamente em crédito rural e infraestrutura e logística (PAC 2).

Outro ponto a destacar é o da sustentabilidade que passou a ser incorporado no planejamento setorial, com ênfase em três ações: A criação, em 2010 do Programa Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC) a partir de compromisso voluntário assumido pelo Brasil na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, realizada em 2009 em Copenhague, visando fornecer incentivos à adoção de boas práticas agronômicas para minimizar o impacto da emissão de gases de efeito estufa, fortalecimento das ações voltadas para a agroenergia e a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) que foram definidas diretrizes para adequar das políticas agrícolas da produção orgânica.

Em sequência às ações de 2011 em diante, iniciou com a orientação do planejamento setorial e da política agrícola para os pequenos e médios produtores rurais, incrementou os recursos disponíveis melhorando as condições creditícias, estimulando a economia e a produtividade da agricultura familiar, garantindo renda e oportunidade de consumo para o segmento. Nessa fase o PRONAF continuou ocupando a posição de principal política agrícola direcionada a agricultura familiar, com a compra institucional pelo PAA e junto a assistência técnica e extensão rural se mantiveram no planejamento setorial como também ações orientadas para a agroecologia (Grisa, 2021).

Nesse período foi direcionado ações para a população rural em situação de pobreza e pobreza extrema, através do Plano Brasil sem Miséria. Dentre as ações anunciadas,

destacavam-se o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais – que incluía a transferência de até R\$ 2.400,00 para famílias em situação de extrema pobreza, condicionada à adesão a um projeto de estruturação produtiva, elaborado e desenvolvido com orientação das equipes de assistência técnica e extensão rural e o Programa Bolsa Verde.

A partir de 2016, foi extinto o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o que ocasionou um desmonte estrutural na rede institucional, especialmente de equipes técnicas responsáveis pela implementação, assim como a gestão de diversas políticas que estavam em curso, bem como a suspensão de pagamentos e repasses financeiros já inseridos no Plano Safra da Agricultura Familiar para 2016-2017.

Em junho de 2023, o governo lançou o Plano Safra da Agricultura Familiar para 2023/2024 com valor 34% superior a safra passada sendo R\$71,6 bilhões destinados ao crédito rural no âmbito do PRONAF.

As políticas públicas de desenvolvimento agrário e rural, que no período entre 2003 e 2015, foram construídas de “maneira participativa visando a inclusão social, passaram a sofrer reveses em diversas frentes de ação”, destacando a desestruturação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o cancelamento de Chamada Pública de ATER e as mudanças nas Leis Agrárias, um ponto a destacar é sobre as desapropriações por interesse social, aplicadas aos imóveis que não cumprirem sua função social, a lei foi alterada e passou a beneficiar o setor latifundiário do país (Mattei, 2018, p.7).

De um modo geral, foi observado que no período seguinte, a partir de 2016, houve uma opção clara por um projeto de desenvolvimento agrário que não atende aos interesses da grande maioria da população rural, representada pelos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, extrativistas, quilombolas, povos indígenas, dentre outros. Ao contrário, as intervenções do governo foram no sentido de excluir das benesses das políticas públicas parcelas expressivas dessa população rural.

No período de 2019 a 2022, a agricultura familiar perdeu força e espaço ocasionando um esvaziamento de comitês e conselhos nacionais. Um regimento aprovado em 2019, composto por uma elite agrária e agrícola com participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) representando a classes de agricultores familiares, deram a dimensão do quanto seria desmerecida a agricultura familiar neste período de governo neoliberal.

A revisão do código florestal lei 2.510, de 2019, também questionadas por organizações representativas como a CONTAG, por prejuízos significativos, a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), que desencadeou o cancelamento de

recursos como por exemplo o PAA, revogação de chamadas públicas, cancelamento de aquisição de equipamento para programas importantes como Programa Territórios da Cidadania(PTC), cortes no orçamento para regularização de terras quilombolas, cancelamento de contratos do minha casa, minha vida rural, em dezembro de 2021, o governo Bolsonaro extinguiu o PAA, através de uma medida provisória nº1.06112021, convertida na lei 14,284, de 29 de dezembro de 2021, que substituiu o programa Bolsa Família pelo Auxílio Brasil, criando o Alimenta Brasil no lugar do PAA, porém com perdas importantes como o PAA sementes.

O período de 2016 a 2022, foi para o Brasil e para a agricultura familiar, de pouco avanço e muitos retrocessos, entendendo que as políticas públicas são importantes para o crescimento do país no segmento rural passou por muitos cortes e muito pouco investimentos e incentivos.

A grande diversidade dentro do universo da produção familiar, torna extremamente difícil a elaboração e execução de políticas públicas voltadas para esse segmento, sendo que as políticas existentes vinham se mostrando bastante deficientes.

Pequenos detalhes, em geral desprezados pela avaliação convencional de projetos, podem e em geral fazem enorme diferença quando se analisa a viabilidade, a rentabilidade e a sustentabilidade da agricultura familiar. A presença ou não do quintal, por exemplo, com árvores frutíferas, animais domésticos, algumas raízes, hortaliças e legumes em geral são fatores determinantes do estado nutricional e da qualidade de vida das famílias rurais.

A distância de uma estrada que permite o escoamento da produção, ainda que seja de pequenos excedentes comercializados nas feiras livres das cidades do interior, pode determinar a capacidade de acumulação de produtores explorando o mesmo sistema e com níveis semelhantes de produtividade (Guanziroli, *et al.*, 2001, p. 169-170, citado por Menegati e Hespanhol, 2002).

Em outro aspecto vê-se como importante encontrar caminhos a se pensar os espaços produtivos e de comercialização com uma abordagem ampla e sistêmica de forma inclusiva em setores diversos envolvidos nessa cadeia de distribuição e suas necessidades. Gerir a logística de produção dos espaços rural e urbano com integração e conexão superando os desafios de gestão pública e desenvolvimento regional.

No quadro 3, destaca-se o avanço da agricultura desde a década de 40 no século XX, até a década de 20 no século XXI, traduzindo o avanço da tecnologia na produção

agropecuária, o avanço do agronegócio e a diminuição das áreas de agricultura de pequeno porte.

Quadro 3 - Síntese com diferenças e avanços da agricultura no Brasil após a década de 40

DÉCADAS									
40	Chegada de tecnologias agrícolas.	Criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR)	Organização de Assistência Técnica no País						
50	Políticas para a agricultura e extensão	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS)	Colônias Agrícolas						
60	Transformações sociais, políticas, econômicas e ambientais	grande parte das políticas públicas para a agricultura familiar negadas	Maiores investimentos para commodities	Inserção de novas tecnologias					
70	Revolução verde	Agravamento da degradação ambiental	Entrada do capital estrangeiro	Intensificação tecnológica da agricultura	Esvaziamento do campo e migração dos agricultores para as cidades		Conferencia de Estocolmo		Criação da SEMA
80	Estabelecimento da Política Nacional do Meio Ambiente e criação do SISNAMA	Crise econômica e altas taxas de inflação e crescimento da dívida externa.	Adoção de limites ao crédito para custeio, redução de 80% do valor financiado	Hiperinflação					
90	Criação do PRONAF	Desenvolvimento do campo geração de emprego e renda							
2000	Políticas públicas para a agricultura familiar	Criação do PAA e Fundo Garantia-Safra	Programa Nacional de Acesso à Alimentação –	Diretrizes e objetivos da Política Nacional de					

2010	Programa Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC)	Extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)		PNAA, para o Programa Fome Zero.	Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN				

Fonte: SILVA COIADO, D. G. (2023).

Nota: Elaborado pela autora (2023).

Como destacado no quadro 3, o processo de formulação de políticas públicas desde a década de 1940 do século XX até as décadas de 2000 a 2022 no século XXI. Verificamos, que, nas últimas décadas, a agropecuária brasileira vem passando por profundas metamorfoses, dando origem a uma atividade intensiva em capital. A mudança é de base técnica, com maciça substituição dos insumos naturais para os produzidos em escala industrial (Elias e Sampaio, 2002).

Este processo desencadeou, uma grande diversidade dentro do universo da produção familiar, torna extremamente difícil a elaboração e execução de políticas públicas voltadas para esse segmento, sendo que as políticas existentes vêm se mostrando bastante deficientes.

Na próxima seção, analisaremos a territorialidade dos produtores de hortifruti dos municípios de Deodópolis e Glória de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul. Traduzindo as mudanças ocorridas neste espaço de produção, destacados de forma geral no quadro 3.

4 TERRITORIALIDADE DOS PRODUTORES DE HORTIFRUTI DE DEODÁPOLIS E GLÓRIA DE DOURADOS NO MS

A escolha desse tema incluindo a opção pelos municípios ocorreu por representar uma economia agrária com uma espacialização, que nos trouxe motivação pessoal por conta da similaridade dos empreendimentos dos negócios familiares e pelo número significativo de potenciais fornecedores para atender o mercado local e regional.

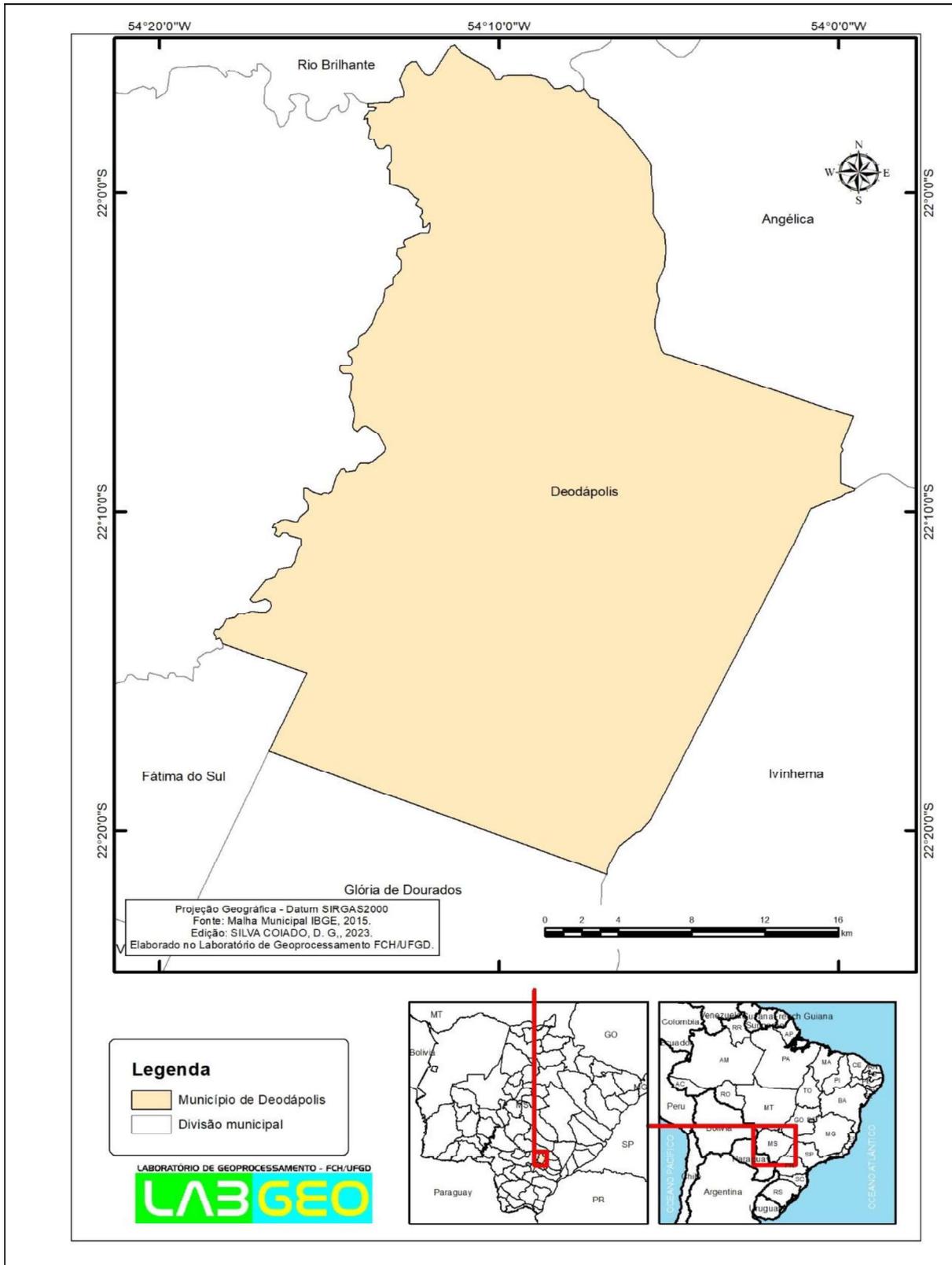
Outro fator relevante foi a forma aplicada no manejo das culturas a uma opção, por parte de alguns produtores, em produzir de forma orgânica em um cenário onde se encontram muitas *commodities* e usinas. Os agricultores visitados nestes dois municípios fazem parte da economia regional com produtos do agronegócio familiar o qual, historicamente conta com uma trajetória trilhada na economia agrária do Estado e isso despertou interesse em analisar academicamente buscando caminhos com vistas ao desenvolvimento desses territórios.

Conhecida como um importante celeiro agropecuário, Deodápolis conta com 13.663 habitantes (IBGE, 2022), um PIB de R\$ 37.903,72 (IBGE, 2021), com uma área territorial de 828,533 km² e pertence a mesorregião do Sudoeste de Mato Grosso do Sul e região imediata de Dourados. Em seu entorno faz divisa com os municípios de Glória de Dourados, Fátima do Sul, Dourados, Rio Brillhante, Angélica e Ivinhema como demonstrado na figura 4. As duas maiores cidades dos arredores são: Dourados a uma distância de 82,3 km e Ivinhema com distância de 37 km sendo estas duas importantes cidades com grandes possibilidades de mercado.

Está sob a influência da Bacia Hidrográfica do Prata, com vegetação predominante do cerrado, contendo em grande parte a presença do Latossolo roxo. Apresenta o clima Tropical (AW) e altitude de 418m.

Ao se desmembrar do município de Glória de Dourados, foi instituída em 13 de maio de 1976 juntamente com a Vila de Deodápolis e comunidades adjacentes sendo elas Lagoa Bonita, Presidente Castelo, Vila União e Porto Vilma e conta com uma população rural e urbana com produtores da cadeia de horticultura e fruticultura produzindo e atendendo o mercado local. A figura 2 mostra a localização exata do município de Deodápolis e seu raio de abrangência com os demais municípios os quais apontam também um mercado consumidor e potencial de logística para os produtos oriundos da agricultura familiar dentro da escala estadual.

Figura 2- Localização do município de Deodápolis no Mato Grosso do Sul



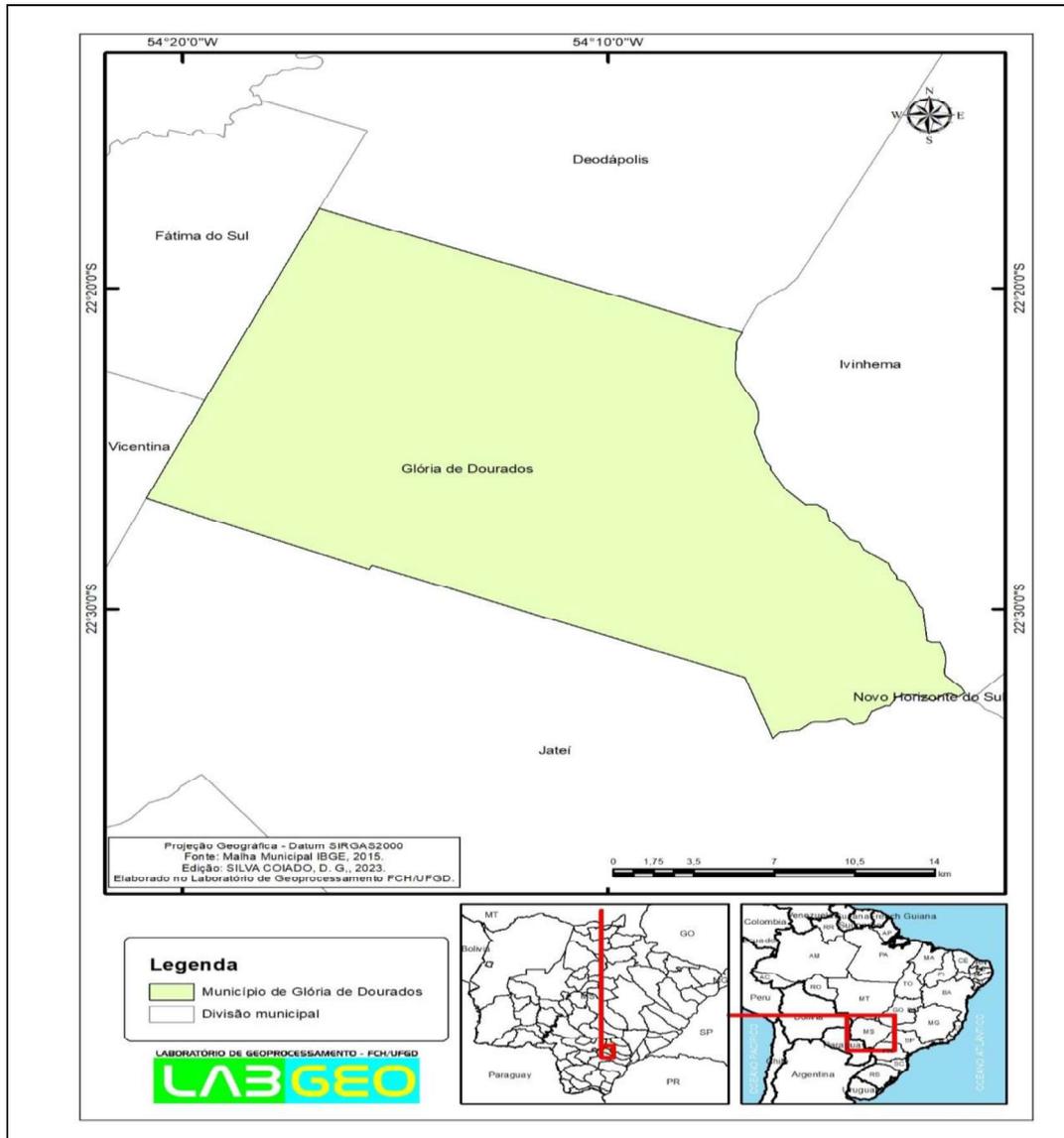
Fonte: Malha municipal (IBGE,2015). Edição SILVA COIADO, D.G.2023.

Nota: Elaborado no Laboratório de Geoprocessamento FCH/UFGD

Glória de Dourados conta com uma população de 10.444 habitantes conforme IBGE (2022), PIB de R\$ 30.808,58 (IBGE, 2021). Possui uma área territorial de 493.434 km² conforme o IBGE (2022) e pertence a mesorregião do Sudoeste de Mato Grosso do Sul e antiga Microrregião de Iguatemi conforme classificação anterior e hoje Região Imediata de Dourados. Como característica de sua hidrografia, é banhada pelo rio Pirajuí, tendo em suas proximidades os córregos como o Lagoa Bonita, 2 de Julho e São Pedro, pertencendo a Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema e região hidrográfica do rio Paraná. Já em relação a vegetação está sob a influência do cerrado e mata atlântica e clima temperado. O tipo de solo predominante é o Latossolo vermelho distrófico.

Como pode ser visualizada na figura 3 faz divisa com os municípios de Jateí, Vicentina, Fátima do Sul, Deodápolis, Ivinhema e Novo Horizonte. Está distante de Ivinhema em 53,9 km e de Dourados em 81 km:

Figura 3- Localização do município de Glória de Dourados no Mato Grosso do Sul

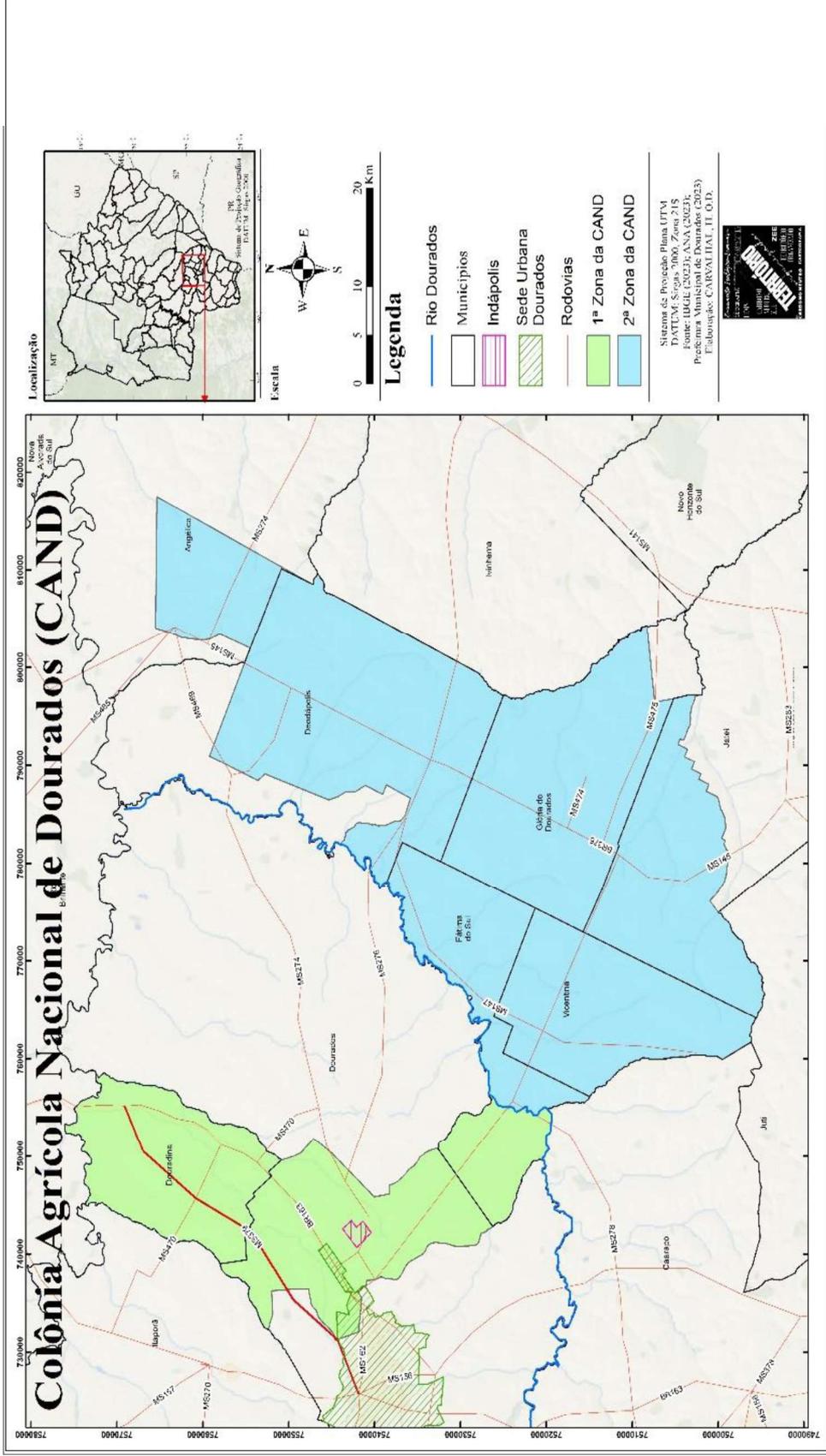


Fonte: Malha municipal (IBGE,2015). Edição SILVA COIADO, D.G.2023.

Nota: Elaborado no Laboratório de Geoprocessamento FCH/UFGD

Quanto a forma de orientação geográfica na divisão por linhas, esta se deu por conta da Reforma Agrária no tempo de Getúlio Vargas com as CANDS (figura 4) nas décadas de 40 e 50 do século XX. As linhas começam no município de Jateí e terminaram no município de Angélica e se apresentam linha nascente de um lado da rodovia e linha poente do outro lado ambas com lotes a cada 2,5 km aproximadamente.

Figura 4- Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)



Fonte: CARVALHAL, H.O.D (2023).

No geral, a economia da área pesquisada gira em torno da criação de frango e porco e além do produtor de *commodities* tem muito produtor da agricultura familiar arrendando uma área para a soja e milho durante a safra.

A presença das Usinas no entorno tem alterado a forma de renda de uma parcela dos produtores pesquisados e habitantes da região, e isso também tem refletido na dinâmica de produção e escoamento.

Conforme observações realizadas durante os trabalhos de campo, os municípios de Deodápolis e Glória de Dourados contam, por enquanto com 31 produtores assistidos na horticultura por assistência técnica e gerencial do SENAR- MS e de forma geral, todos os produtores dos municípios recebem apoio da AGRAER e prefeitura. Vale ressaltar que, no município de Glória de Dourados os produtores também recebem assistência técnica da APOMS com foco na certificação orgânica. A produção desses referidos produtores alvo dessa pesquisa se baseiam nas culturas agrícolas de frutas, verduras e legumes referente a cadeia curta de produção. Conforme é possível observar nas figuras a seguir:

Figura 5- Colheita de melancia, 7ª linha



Fonte: SILVA COIADO, Danielle G. (2023).
Nota: Trabalho de campo (2023).

Figura 6- Produção de Pitayas, 15ª Linha



Fonte: SILVA COIADO, Danielle G. (2023).
Nota: Trabalho de campo (2023).

Figura 7- Produção de hortaliças, Lagoa Bonita



Fonte: SILVA COIADO, Danielle G. (2023).
Nota: Trabalho de campo (2023).

Figura 8- Produção de cebolinha



Fonte: SILVA COIADO, Danielle G. (2023).
Nota: Trabalho de campo (2023).

Figura 9- Amarrando feijão de corda



Fonte: SILVA COIADO, Danielle G. (2023).
Nota: Trabalho de campo (2023).

Figura 10- Produção de abacaxi



Fonte: SILVA COIADO, Danielle G. (2023).
Nota: Trabalho de campo (2023).

Figura 11- Preparação do solo, 7ª linha



Fonte: SILVA COIADO, Danielle G. (2023).
Nota: Trabalho de campo (2023).

Figura 12- Produção de bananas, 9ª Linha



Fonte: SILVA COIADO, Danielle G. (2023).
Nota: Trabalho de campo (2023).

Figura 13- Produção de cebolinha, 7ª linha



Fonte: SILVA COIADO, Danielle G. (2023).
Nota: Trabalho de campo (2023).

Figura 14-Produção de morangos, 7ª linha



Fonte: SILVA COIADO, Danielle G. (2023).
Nota: Trabalho de campo (2023).

Figura 15- Produção de hortaliças em Deodópolis



Fonte: SILVA COIADO, Danielle G. (2023).
Nota: Trabalho de campo (2023).

Figura 16- Plantio de mamão (Guassulândia)



Fonte: SILVA COIADO, Danielle G. (2023).
Nota: Trabalho de campo (2023).

Figura 17- Plantio de goiabas (Guassulândia)



Fonte: SILVA COIADO, Danielle G. (2023).
Nota: Trabalho de campo (2023).

Figura 18 – Produção de morangos em Deodópolis



Fonte: SILVA COIADO, Danielle G. (2023)
Nota: Trabalho de campo (2023)

As figuras apresentadas foram obtidas nas pesquisas de campo e conversa com técnicos que atendem esses produtores. As visitas tiveram como suporte o Sindicato Rural dos municípios de Deodópolis e Glória de Dourados na indicação da localização e contato, em algumas ocasiões tivemos a companhia de técnicos que prestam consultoria no deslocamento a essas propriedades.

De forma geral, a produção nesses municípios atende bem as vendas em feiras municipais, por encomendas e, se mostram com pouca expressividade ao abranger em grande parte a merenda escolar no sentido da variedade produzida em relação a tudo que é solicitado

no edital. Somado a isso são feitas poucas e pontuais entregas nos pequenos e médios supermercados presentes nesses municípios, exceto nas entregas de alfaces e cheiro verde que muitas vezes existe uma parceria entre o produtor fornecedor e o mercado. Todas as produções visitadas apresentam qualidade nos produtos e em grande parte, diversidade na escolha dos cultivares.

Em relação ao disposto nos editais, as chamadas são publicadas apresentando as datas das aberturas dos envelopes onde os produtores familiares detentores da DAP ou CAF irão entregar após preencherem o anexo com a declaração de produção própria, declaração de ciência quanto ao limite de venda e com o projeto de venda. Esses envelopes são abertos em conjunto a todos os interessados dentre os produtores juntamente a direção ou coordenação da instituição pública.

Durante a leitura de cada declaração e projeto de venda são seguidas as escolhas conforme os critérios regidos no edital. Tais critérios favorecem o produtor local, conforme cidade do edital, produtores fornecedores da Região Geográfica Imediata o qual tem prioridade sobre o da Região Geográfica Intermediária, o do Estado e/ou o do País, os que estão organizados em cooperativa, os que são de assentamento de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres, não havendo prioridade entre estes.

As figuras 19 e 20 mostram como essas mercadorias são preparadas para a entrega referente às compras públicas pelos editais.

Figura 19- Produção selecionada a ser entregue para merenda escolar -PNAE



Fonte: SILVA COIADO, Danielle G. (2023).

Nota: Trabalho de campo (2023).

As entregas são feitas conforme periodicidade apresentada no edital se diferenciando de acordo com o tipo do produto sendo no geral de forma semanal após solicitação da merendeira ou coordenadora local responsável na instituição. Logo, o produtor fornecedor deverá já estar preparado para atender com os produtos até terminar a vigência do edital.

Figura 20- Entrega dos produtos no CRAS pelo PAA



Fonte: SILVA COIADO, Danielle G.; AGRAER (2024).

Nota: Trabalho de campo (2024).

Ao pensar na temporalidade relacionada as influências da pandemia observamos que houveram mudanças vistas a longo prazo em uma pequena parte dos produtores. Essa mudança se deve ao propósito da inovação nas formas de se fazer negócio e nas relações de parceria.

Ao buscar entender a forma de territorialização do espaço de venda dos produtos alimentícios, foram realizadas algumas visitas a produtores de hortifruti, também entrevistas com organização de apoio à comercialização de produtos orgânico e agroecológicos, como o Presidente da APOMS (Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul) sediado em Glória de Dourados, com Vice-Presidente da APOMS em Dourados, visita a feira local no bairro dos Ipês, feira municipal, entrevista com o gerentes de supermercados, sacolões e reunião junto ao setor de geoprocessamento/ prefeitura.

Em relação à Feira Municipal são vendidos produtos diversos dentre alimentos, bebidas e outros artefatos. Boa parte desses produtos como doces, queijo, farinha, bebidas são de outras localidades dentro do estado de Mato Grosso do Sul encontrando algumas dessas

produções provenientes dos dois municípios alvo dessa tese. É possível observar nas figuras a seguir a organização da feira em Glória de Dourados:

Figura 21- Banca com hortaliças e processados



Fonte: SILVA COIADO, Danielle G. (2023).
Nota: Trabalho de campo (2023).

Figura 22- Banca com hortaliças e verduras



Fonte: SILVA COIADO, Danielle G. (2023).
Nota: Trabalho de campo (2023).

Figura 23-Feira de Glória de Dourados: produtores de hortaliças, legumes e processados



Fonte: SILVA COIADO, Daniele G. (2023).
Nota: Trabalho de campo (2023).

Figura 24- Feira de Deodópolis: produtores de hortaliças, legumes e processados



Fonte: SILVA COIADO, Danielle G. e Nedson (2024).

Nota: Trabalho de campo (2024).

As figuras 23 e 24 apresentadas referem-se a feira do produtor nos municípios de Glória de Dourados e Deodópolis, sendo que, a feira de Glória de Dourados ocorre em dois dias na semana, nas quartas-feiras com a participação de uma banda musical local e no domingo pela manhã apenas com a venda dos produtos nas bancas e praça de alimentação. Nesta feira há participação de produtores de Deodópolis que optam por mais uma oportunidade de comercialização e por não haver uma estrutura para feira em seu município. E a feira de Deodópolis ocorre aos sábados pela manhã apenas com a venda dos produtos.

A seguir apresentaremos as pesquisas de mercado realizadas nos municípios analisados pela tese, a qual traz uma prospecção do local de origem dos produtos ofertados nos mercados locais.

4.1 Mercados privados em Deodópolis e Glória de Dourados

Deodópolis possui três grandes supermercados e outros variados estabelecimentos menores, cerca de 11 no total, que vendem produtos de Frutas, Verduras e Legumes (FLV). Foram visitados os três maiores supermercados e nos relataram que uma pequena parte dos produtos de FLV vem do município local, sendo boa parte do Ceasa Campo Grande e outros através de atravessador ou distribuidora que fazem a entrega. Os gerentes de compra e gerenciadores do setor da ferinha no supermercado relatam que o produtor local na maioria das vezes não possui volume para atender toda a demanda do mercado, sendo necessário realizar um complemento ou ter o produtor local com atendimento esporádico, o qual nem sempre é vantajoso pois o mercado prefere uma relação de parceria e continuidade.

Em Glória de Dourados estão estabelecidos oito supermercados sendo um distribuidor. Cinco foram visitados os demais não houve interesse por parte do mercado. O primeiro estabelecimento e mais dois pontos de espetinhos visitados compram a mandioca e as alfaces de produtor local. O segundo estabelecimento faz a aquisição de FLV diretamente com G&G Frutas e Batata e Cia em Dourados, no terceiro estabelecimento a aquisição desses produtos vem dos Ceasas, e de outras localidades sendo uma minoria dos supermercados com produtos locais. A distribuidora faz pouca aquisição local, e boa parte de seus produtos vem da Ceasa, lavouras e de localidades que comercializam entre Glória de Dourados e Nova Andradina.

Conforme nos relata a sócia proprietária da distribuidora é de interesse deles fomentar o mercado local, o que muitas vezes acontece é que o produtor não tem como levar a mercadoria ou não tem a quantidade suficiente para atender a demanda. Já por parte de alguns produtores entrevistados, se torna interessante esta comercialização caso sejam grandes volumes e outras ofertas que juntas compensem o deslocamento do produtor ao levar a mercadoria. Por abastecerem os mercados, o valor que as distribuidoras pagam ao produtor é menor em relação ao pago nos supermercados, porém, ainda assim é um valor menor em relação ao pago nos editais de chamadas públicas.

Em relação aos produtos pesquisados, quadros 4 a 7, foram levantados produtos separados em grupos de frutas, verduras e legumes ofertados nos supermercados e que podem ser encontrados como opção na produção da agricultura familiar local e regional.

Quadro 4- Dados do Mercado para legumes

DEMANDA DE LEGUMES DEODÁPOLIS E GLÓRIA DE DOURADOS		
PRODUTO	QUANTIDADE	FREQUENCIA
abóbora cabotiã	496 kg	semanal
abóbora menina	157 kg	semanal
abóbora moranga	120 kg	mensal
abóbora paulista	342 kg	semanal
batata binje	3835 kg	semanal
batata-doce	1075 kg	semanal
berinjela	150 kg	semanal
beterraba	587 kg	semanal
cebola	3380 kg	semanal
cenoura	1390 kg	semanal
chuchu	350 kg	semanal
jiló	113 kg	semanal
maxixe	72 kg	semanal
milho verde	62 bdj	semanal
pepino comum	275 kg	semanal
pepino japonês	450 kg	semanal
pimenta	99 kg	semanal
pimentão	572 kg	Semanal
quiabo	552 kg	Semanal
tomate saladete	3260 kg	Semanal
tomate longa vida	1400 kg	Semanal

Fonte: Elaborado pela autora em trabalho de campo (2023).

Quadro 5- Dados do Mercado de frutas

DEMANDA DE FRUTAS DEODÁPOLIS E GLÓRIA DE DOURADOS		
PRODUTO	QUANTIDADE	FREQUENCIA
abacaxi Havaí	271 un	semanal
abacaxi pérola	232 un	semanal
banana maçã	560 kg	semanal
banana nanica	6035 kg	semanal
banana prata	825 kg	semanal
banana da terra	50 kg	semanal
goiaba	115 kg	semanal
laranja	5150 kg	semanal
limão	720 kg	semanal
mamão formosa	419 kg	semanal
mamão papaya	146 un	semanal
manga	345 kg	semanal
maracujá	130 kg	semanal
melancia	985 kg	semanal
morango	295 bdj	semanal
pitaya	20 kg	semanal

Fonte: Elaborado pela autora em trabalho de campo (2023).

Quadro 6- Dados do Mercado de Verduras

DEMANDA DE VERDURAS DEODÁPOLIS E GLÓRIA DE DOURADOS		
PRODUTO	QUANTIDADE	FREQUENCIA
ALFACE CRESPA	2010 peças	semanal
ALFACE AMERICANA	480 peças	semanal
ALFACE HIDROPÔNICA	135 peças	semanal
CHEIRO VERDE	637 maços	semanal
COUVE FOLHA	611 maços	semanal
COUVE-FLOR	164 peças	semanal
REPOLHO VERDE	1740 kg	semanal
REPOLHO ROXO	241 kg	semanal

Fonte: Elaborado pela autora em trabalho de campo(2023).

Os quadros 4 a 6 demonstram uma média de produtos que circulam nos mercados visitados em Glória de Dourados e Deodápolis. Vale ressaltar que, estas foram as quantidades respondidas naquela semana e podem variar conforme época do ano, período, estação, festas culturais. Os tipos de produtos apresentados buscaram favorecer não apenas os itens oferecidos nesses mercados como também conforme a capacidade de produção por parte da iniciativa do produtor em plantar ou de aumentar o volume desta produção.

No geral, conforme os mercados visitados que serão apresentados no quadro 7, cerca de 80% vem de fora do Estado de Mato Grosso do Sul variando pouco entre uma cidade e outra da pesquisa. As Distribuidoras de grande porte localizadas em Mato Grosso do Sul precisamente em Glória de Dourados, Dourados e Nova Andradina como citado no quadro abaixo, a saber J&V Hortifruti, Batata e Cia, G&G Frutas, Brasfruti e Banana &Souza que estão localizados em Dourados. Banana Schmitt, distribuidora localizada em Maringá, Macaúba, supermercado localizado em Deodápolis, cidade de Dracena no estado de São Paulo que fornecem batatas e cebolas. A exceção do Supermercado macaúba que além de adquirir seus produtos de Ceasas de outros estados e plantarem parte dos produtos vendidos, todos os demais fazem aquisição da maioria de produtos em escala estadual e nacional.

Quadro 7- Fornecedores

PESQUISA DE MERCADO	
DEODÁPOLIS E GLÓRIA DE DOURADOS	
FORNECEDOR	QUANTIDADE PRODUTOS
CEASA CAMPO GRANDE	31
CEASA PARANÁ	86
CEASA PRUDENTE	44
DRACENA	4
BATATA & CIA	25
BANANA SCHIMITH	6
BANANA SOUZA	2
BRASFRUT	19
G&G FRUTAS	10
J&V HORTIFRUTI	2
MACAÚBA	10
PRODUTOR LOCAL	49
PRODUTOR REGIONAL	9

Fonte: Elaborado pela autora, com dados coletados em trabalho de campo (2023/2024).

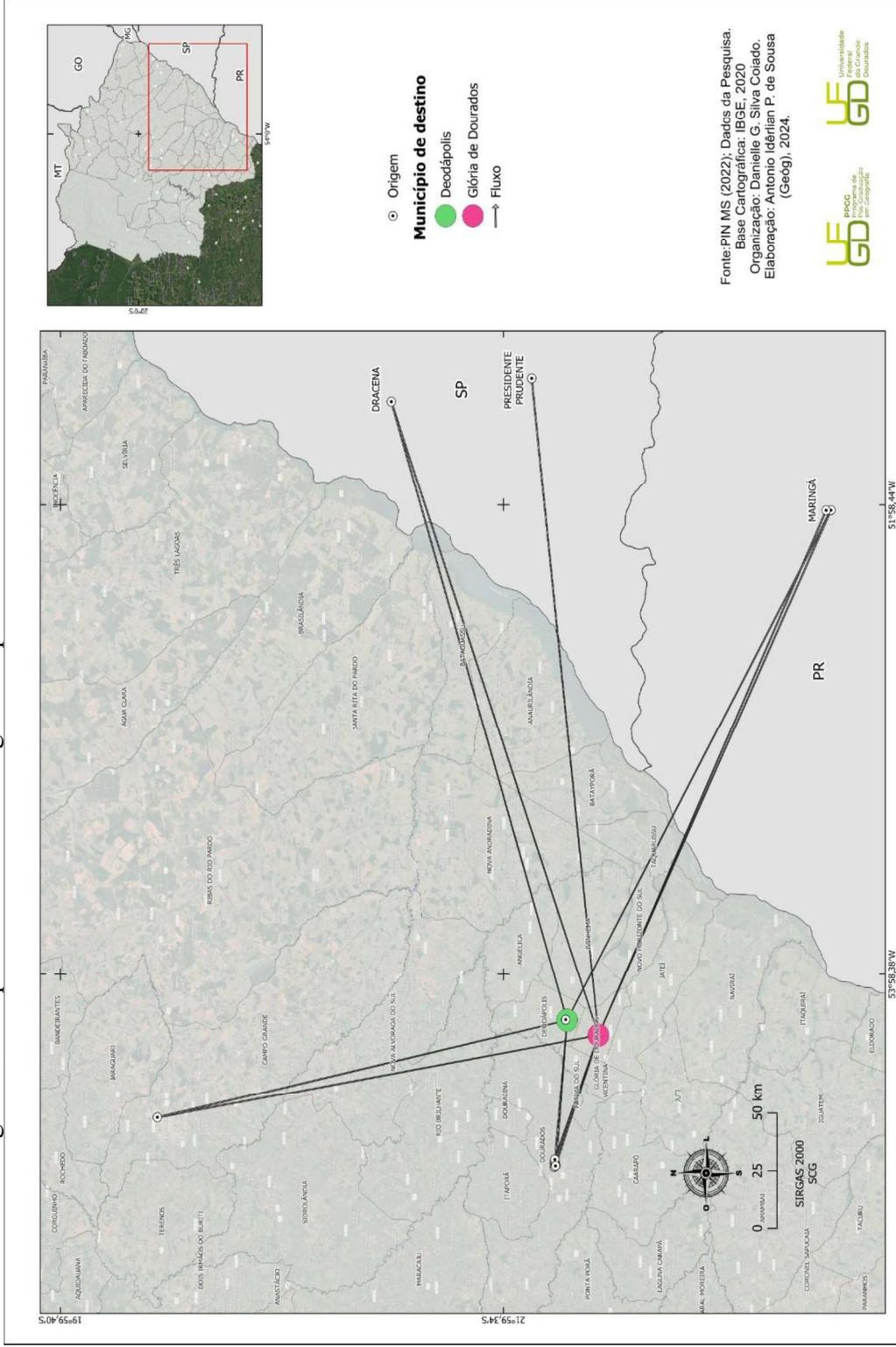
É possível observar com esses dados o quanto o produtor familiar ainda pode avançar na produção, conforme demanda e conquista de mercados. Os dados demonstram também a visão de mercado por parte dos estabelecimentos comerciais que optam por produtos de outras localidades. Vale ressaltar que, conforme demonstra o dado do produtor local com 49 itens, esses se referem, em sua grande maioria às hortaliças folhosas como alface, agrião, rúcula, almeirão, couve, salsa, cebolinha, coentro, mandioca e algumas ervas como hortelã e alecrim.

A figura 25, de forma alusiva ao quadro 7, apresenta um mapa com indicativos de fluxo com a origem dos produtos comercializados nos supermercados de Deodápolis e Glória de Dourados. Nota-se uma dinâmica de movimentos mercantis de produtos que percorrem

longas distâncias, sendo recebido por várias etapas da cadeia produtiva até chegar nos mercados de estudo desta pesquisa.

É possível perceber que a maior rede de distribuição de produtos vem de Dourados e do Paraná através de Ceasas e distribuidoras. Foram pesquisados 45 produtos entre frutas, verduras e legumes, ficando ao mercado local uma maior procura por hortaliças folhosas.

Figura 25- Mapa de Fluxo com a origem dos produtos conforme demandas de mercado



Fonte: PIN MS (2022); Base cartográfica: IBGE, 2020. Organização: Danielle G. Silva Coiado. Elaboração: Antonio Iderlian P. de Sousa (2024).

Esses mercados tem preferência pela cadeia longa de distribuição dos produtos oportunizando o abastecimento alimentar por parte de produtos vindos de longas distâncias sendo muitas vezes outros estados com produtos advindos dos Ceasas ou de grandes lavouras. Em razão dessa escolha estão os grandes volumes e continuidade na entrega dos produtos conforme demandas dos mercados que, na produção local muitas vezes isso não é favorecido.

Como uma das ações de coleta de dados dessa pesquisa ocorreu uma visita ao CEASA/MS – Centrais de Abastecimento de Mato Grosso do Sul para uma maior compreensão acerca da recepção alimentícia entre oferta e demanda quanto ao escoamento da produção de frutas, verduras e legumes. Nessa visita observamos, inicialmente, o setor da Cooperativa agrícola de Campo Grande – COOPGRANDE, sendo esta visita acompanhada por Edmilson, diretor da cooperativa que, nesta oportunidade, apresentou a dinâmica do espaço de comercialização, variedades de produtos, logística de venda, exigências de padronização, qualidade e frequência. Na COOPGRANDE são comercializados produtos alimentícios *in natura* de diversas regiões do país dentre médios e grandes produtores, assim como lavouras.

Em seguida, foi realizada a visita junto ao setor do Centro de Comercialização da Agricultura Familiar (CECAF) administrado pela AGRAER. Os administradores do Pavilhão da CECAF, realizam pesquisas de preços, orientam os produtores da agricultura familiar no estado quanto a dinâmica do espaço de comercialização, variedades de produtos, logística de venda, exigências de padronização, qualidade e frequência.

No pavilhão da CECAF se encontram vários produtores e cooperativas que buscam através de licitação o uso de uma ou mais das 32 ‘pedras’ o direito de vender seus produtos dentro do CEASA. O termo pedras é o nome de como são chamados os espaços ocupados para a comercialização dos produtos no CECAF. Dentre eles estão a COOPLAF – Cooperativa Agrícola Mista da Pecuária Leiteira e de Corte e da Agricultura Familiar, que são considerados uma das referências em organização e estrutura de cooperativa no Estado do MS, assim como afirmou a coordenadora da Cecaf/AGRAER Tânia Minussi.

Com esta oportunidade foi possível conhecer um dos canais de escoamento possível para os agricultores familiares e observar a organização e estrutura deste espaço dentro do Ceasa, como podemos observar nas figuras 26 a 29:

Figura 26- Centrais de Abastecimento de Mato Grosso do Sul – CEASA, Pavilhão da CECAF



Fonte: SILVA COIADO, Danielle Guimarães (2023).
Nota: Trabalho de campo (2023).

Figura 27- Organização de produtos CECAF



Fonte: SILVA COIADO, Danielle G. (2023).
Nota: Trabalho de campo (2023).

Aqui podem ser encontrados produtores da agricultura familiar de municípios diversos dentro do Estado seja como um fornecedor individual ou através de uma cooperativa.

Figura 28-Comercialização COOPLAF, espaço da CECAF



Fonte: COIADO, Daniele Guimarães (2023).

Nota: Trabalho de campo (2023).

É possível observar na figura 29, imagens da COOPERGRANDE onde estão as grandes revendedoras e indústrias de alimentos como a Mape Frutas – produtora de frutas, legumes e verduras, Grupo Verati, a qual tem as lojas do Supermercado e Atacado Mega em várias cidades do Mato Grosso do Sul e inúmeras outras lojas de médio e grande porte com produtos advindos de vários Estados:

Figura 29- Ceasa em Campo Grande. Pavilhão do produtor



Fonte: SILVA COIADO, Danielle Guimarães (2023).

Nota: Trabalho de campo (2023).

Neste ambiente, verificamos a presença tanto do produtor como de terceiros e empresas que realizam o processo mercadológico de compra e venda, como também pode ser

observado na figura 30. Como destaca Chifolleau (2008, 2019) essa modalidade pode ser entendida através da venda com intermediários, ou seja, sem a presença do produtor. Chifolleau afirma haver nesse caso formato coletivo, onde há manifestação sob forma de venda depositada ou de revenda adquirida, sendo um desses meios, a cooperativa como intermediária.

Seus principais compradores são empresas de supermercados, restaurantes como também o consumidor final que tem a opção de comprar a granel grandes volumes como também o produto fracionado a preços mais acessíveis.

Figura 30- Comercialização no Pavilhão do Produtor



Fonte: SILVA COIADO, Danielle Guimarães (2023).
Nota: Trabalho de campo (2023).

CEASA são Centrais de abastecimentos, que podem ser, empresas estatais ou de capital misto destinadas a promover, desenvolver, regular, dinamizar e organizar a comercialização de produtos da hortifruticultura a nível de atacado em uma região de ação. Os produtores levam seus produtos a serem comercializados, como um processo mercadológico, onde existe neste espaço empresas compradoras assim como, o chamado de atravessador que fica entre o produtor e o mercado, ele compra e revende no mercado local, uma prática conhecida em todo País. Como destacado a seguir, foi elencado alguns importantes pontos de venda que estabelecem conexões de mercado com produtores provenientes da agricultura familiar local e regional.

4.2 Mercados nos municípios do entorno

De forma a compreender o escoamento da produção e analisar o cenário de comercialização e desenvolvimento do sistema agroalimentar, foi observado a demanda e procedência dos produtos de FLV nos mercados de município de Dourados, onde se apresenta como um importante polo de recepção dos produtos da região e está próximo a área da pesquisa.

Foram visitados para a execução de pesquisa de mercado alguns estabelecimentos dentre rede de supermercados, empórios, sacolão, indústria de temperos e distribuidoras. Conforme levantamento desses dados, foi constatado que um Sacolão de hortifrutigranjeiro de grande expressividade em Dourados que, além de serem produtores de parte de seus produtos, possuem grande estrutura e veículos especializados para a aquisição de produtos de outros estados. Com base em observação das pesquisas de campo observamos que, a exceção de alguns produtos como maxixe, jiló, abóbora paulista e das folhagens, 90% da produção vem de outros estados como São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul pelas Ceasas e Ceagesp.

O Empório de alimentos e bebidas visitado relatou que dos produtos vendidos neste estabelecimento citado 80% vem de fora de Mato Grosso do Sul a saber os queijos, geleia, goiabada cascão, biscoito caseiro, cachaça e bala na palha que vem de Minas Gerais. Conservas, vinho colonial e erva mate vindos do Paraná. Erva para Chimarrão, vinho colonial e vinagre de vinho vindos do Rio Grande do Sul. Farofa sabor do Acre vindo de Campo Grande. Biscoito Holandês da cidade de Maracaju. Doces da cidade vizinha de Itaporã. Já os produtos que são vendidos provenientes de Dourados são pimentas, ervas medicinais e congelados.

Já ao realizar a pesquisa em uma rede grande de supermercados e atacadista, Grupo Abevê o qual está incluso também o LevMax esta, faz uma importante aquisição de produtos locais e regional, opta em fomentar o mercado local, porém, na grande maioria das vezes precisa trazer de fora por não haver grandes volumes de produção e inserção no sistema de rastreabilidade exigidos no mercado. Em relação as lojas da rede Pires de supermercado conforme pesquisa, opta pelas compras em Ceasas e distribuidoras, porém realizando algumas aquisições direto do produtor, geralmente com hortaliças folhosas e alguns legumes e frutas se em grande quantidade e bom preço.

Com base em um levantamento realizado com algumas distribuidoras como o Batata e Cia, Só Frutas, Brasfrut e Distribuidora Paraíba sediadas em Dourados, foi constatado que

todas realizam aquisição de produtos dentro do Estado de Mato Grosso do Sul, porém a maioria dos produtos vem de Ceasas de outras regiões ou de grandes lavouras. É alegado que a produção local não atende a demanda em variedade e volume, o produtor não possui bom preço e continuidade na entrega da produção. Com unanimidade esses optam por fornecedores que estejam organizados em cooperativa para melhor facilitar a logística, volume e distribuição.

Antes da pandemia já havia a modalidade de venda de porta em porta (*delivery*), porém os produtores buscaram se preparar melhor para uma nova forma de venda visando atingir o mercado, para tanto, apontam a necessidade de uma maior estrutura e meios para viabilizar as entregas de porta em porta.

A pandemia veio e acelerou este processo das vendas em sistema *delivery*, alterando este planejamento. Através de uma divulgação alternativa por intermédio das redes sociais de amigos, fazem propaganda do serviço de entrega de alimentos diretos da horta através das redes sociais e grupo de WhatsApp. Este grupo conta que a intenção de fazer entrega em domicílio já era antiga e a pandemia representou um grande *estímulo* e a cada dia buscam melhorar bastante as entregas.

Como resultado advindo das pesquisas de campo com os produtores visitados denominados nesta pesquisa como empreendimentos, obtivemos os seguintes dados como mostram os quadros a seguir realizados durante o trabalho de campo.

Gráfico 1- Forma de comercialização dos empreendimentos visitados



Fonte: Elaborado pela autora com dados coletados em trabalhos de campo (2023/2024).

Desses produtores vistos no gráfico 1 os que são cooperados junto a Rede APOMS mantiveram as entregas de suas cotas para merenda escolar neste período, pois por decisão do Estado as escolas entregaram cestas básicas referente a merenda para a família dos alunos matriculados. Vinte e sete produtores realizam a venda direta e dezenove não estão organizados em associação ou cooperativa. Vinte e três realizam suas vendas com os mercados e 14 com as chamadas públicas nas escolas tanto de Glória de Dourados quanto em Deodápolis sendo que 3 dos produtores visitados também tem suas vendas em Jateí.

Uma política pública do governo federal que tem proporcionado um grande avanço no processo de comercialização da agricultura familiar, é o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, considerando o disposto no at.14, regido pela Lei nº 11.947, de 16/6/2009 e nas Resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE relativas ao PNAE, torna obrigatório que as prefeituras e secretarias estaduais de educação direcionem 30% dos recursos federais da alimentação escolar para a compra de produtos diretamente da agricultura familiar (Brasil, 2009).

Essa ação ocorre através do repasse de verba do governo federal para municípios, estados e escolas federais, visando através dessa política pública o apoio a produção familiar.

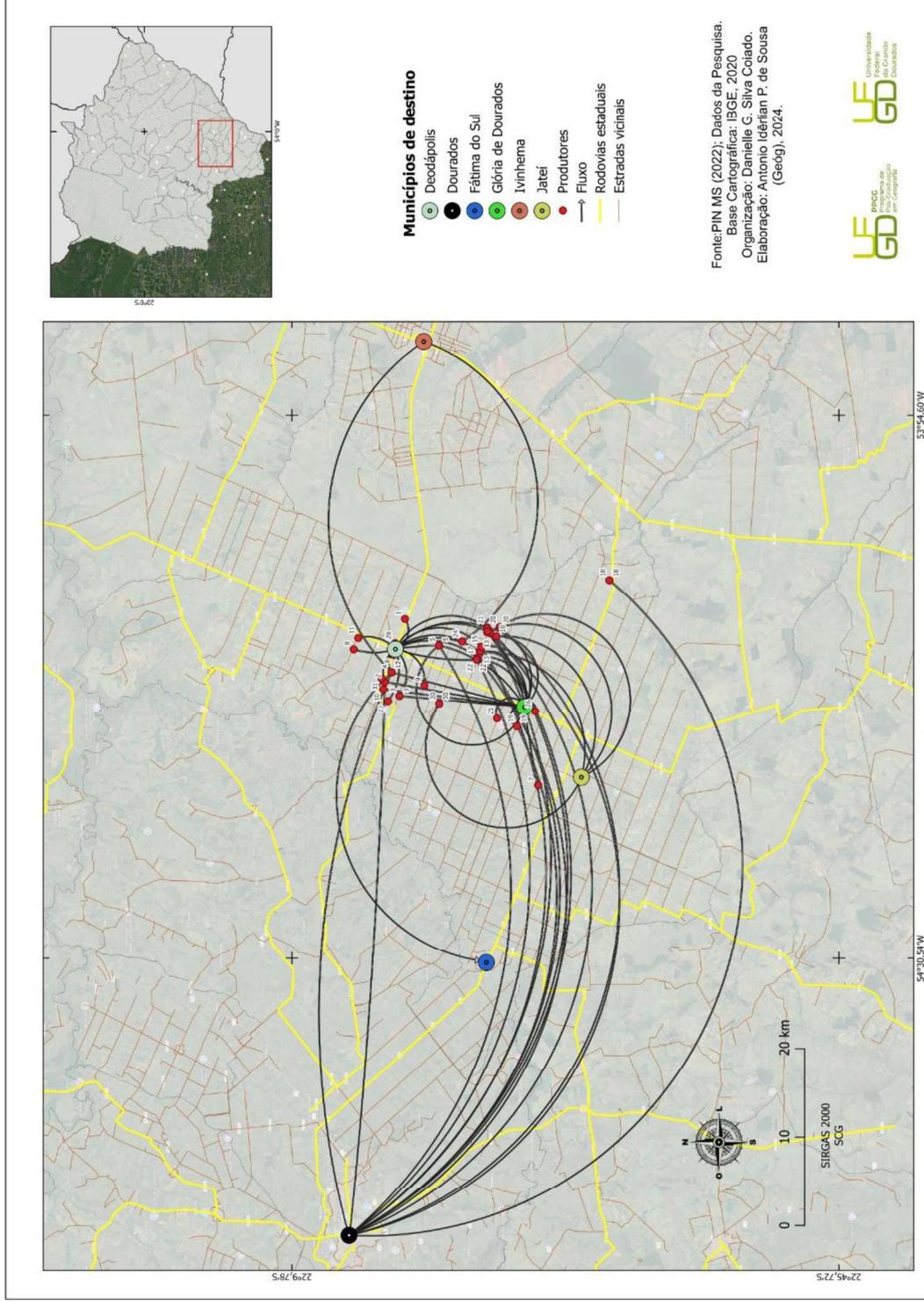
Dois dos produtores pesquisados também participam do PAA, cujo objetivo é fomentar a agricultura familiar e combater a insegurança alimentar e nutricional. De acordo com a Lei nº 10.696, o PAA busca fomentar o estoque de produtos agropecuários produzidos por agricultores de pequena a média produção e distribuí-los para pessoas em situação de vulnerabilidade social (Brasil, 2003).

A figura 31 a seguir, refere-se ao mapa de fluxo de vendas diretas dos produtores visitados em Glória de Dourados e Deodápolis, conforme a escala foi enfatizado a distância entre produtores. É possível notar um destaque às estradas com a finalidade de mostrar a divisão das linhas e as rodovias onde, dessa forma com o fluxo todo sobreposto apresenta uma dinâmica da movimentação de vendas.

Retratando o processo mercadológico da logística das vendas nos dois municípios e na região observamos que os produtores atendem localmente seus municípios e alguns atendem os municípios de entorno como por exemplo Jateí e Ivinhema que não apresentam uma ramificação tão grande. Os maiores fluxos estão nos municípios de origem e Dourados.

A direção das linhas conecta cada produtor visitado aos municípios atendidos por eles de forma que alguns dos pontos contem mais de uma linha devido a este produtor atender mais de um município. Apresenta a movimentação da mercadoria desde de sua origem ao consumidor final.

Figura 31- Mapa do fluxo de vendas dos produtores visitados



Fonte: PIN MS (2022); Base cartográfica: IBGE, 2020. Organização: Danielle G. Silva Coiado. Elaboração: Antonio Iderlan P. de Sousa (2024).

Dos empreendimentos visitados como mostra o gráfico 2, todos realizam venda em escala municipal e 18 em escala Estadual, no momento nenhum realiza o fornecimento em escala nacional e para o exterior. As vendas em escala estadual são realizadas através da COOPERAPOMS os quais estão associados e esta cooperativa distribui para CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e Exército e também para merenda escolar da rede estadual de ensino.

Gráfico 2- Escala de venda da produção



Fonte: Elaborado pela autora com dados coletados em trabalho de campo (2023/2024).

A Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS) é uma Rede de Agroecologia organizado em Núcleos de Produção Regionais com ações voltadas para a Agricultura Familiar, assentados da Reforma Agrária e Comunidades Tradicionais, sendo uma comunidade quilombola e uma indígena. Junto à COOPERAPOMS, Cooperativa atrelada a Rede APOMS, atendem em torno de 300 associados e dentre eles vários se encontram na região periférica da cidade, a qual segundo Komori *et al* (2020, p.184), teve “contribuição na construção da legislação sobre a produção orgânica no Brasil” e, em 2000, no mesmo ano de fundação obteve o Primeiro Processo de Certificação de Produtos Orgânicos pelo IBD que é uma certificadora de produtos orgânicos.

Conforme Schneider e Ferrari (2015), os produtos certificados se enquadram em uma classificação tipológica de espacialmente estendida representando alternativas empreendedoras na estratégia de conquista de novos mercados levando uma valorização do “saber-fazer” de uma localidade ou região.

Para uma análise geral destas transformações, com base nos estudos e pesquisa de Silva (2004, p.130) verificamos que é importante “estudar a organização espacial destas sociedades o que implicará em analisar os processos de produção e reprodução dos mesmos”, nas relações de troca na comunidade, nas organizações referente aos negócios que geram recursos nas transações econômicas, o que muitos autores chamam de relações de reciprocidade. Como destacado no campo da economia, Polanyi (2000) identificou a reciprocidade e a redistribuição como formas de transformações econômicas diferentes do intercambio, dependente de códigos morais, inseridos em um sistema de valores que se impõe a oferta e demanda. Quando observado o campo da economia rural, este se apresenta como um sistema agroalimentar constituído e liderado por uma hegemonia, a qual, limita outros elos da cadeia e promove uma configuração socioeconômica e ambiental desigual.

Ainda em se tratando de economia no sistema agroalimentar Ioris (2022, p. 02) acrescenta e reforça que a agricultura “foi sendo substancialmente transformada pela aplicação de tecnologias de intensificação, pela globalização e financeirização da produção e do consumo” o que demonstra em termos mercadológicos uma diversidade de produtos industrializados e produtos *in natura* de diversas localidades com fins no viés mercadológico.

Partindo da orientação de que a experiência é múltipla e o racional tende a universalizar o conhecimento, ao se trabalhar com o empírico e com o racional tende-se a ver outras formas dentro do sistema que está sendo estudado. Sendo assim, entendendo o momento da pandemia como um importante influenciador no contexto do sistema agroalimentar, onde se buscou um compartilhamento de saberes e fazeres em busca de uma solução alternativa para a crise pandêmica, e isso, se tornou de uma forma universal uma tendência levando a saírem do individual e buscar uma solução coletiva.

Notamos um cenário desafiador quanto à dinâmica produtiva dos agricultores familiares e o escoamento dos produtos alimentícios, a considerar que boa parte da venda desta produção vem de outros estados.

A partir de abril de 2021 foi cogitado a retomada da feira, mas devido à pandemia acabou por abrir só no final de 2021 e os produtores familiares puderam retomar as vendas nas feiras dos municípios e bairros, porém, em entrevista realizada no local foi relatado pelo Empreendimento 1, que as vendas estavam bem menores, havia pouca circulação de pessoas, devido ao isolamento em tempos de COVID. Vale ressaltar que, os agricultores familiares assim como mercados, feiras, estradas com a circulação de mercadorias foram prejudicados por atrasos na logística, bloqueios em todo país conforme dados da FAO (2020).

Atualmente, as vendas na feira de Deodápolis possuem pouca expressividade e participação da população local. Seu funcionamento ocorre em local provisório estando no pátio da rodoviária. Como solicitado por esta pesquisa, a prefeitura possui um projeto para estruturar um espaço para os feirantes, porém, está aguardando recursos. Já em Glória de Dourados há uma participação maior, mais apoio e uma estrutura pronta para as vendas de produtos dos feirantes produtores, praça de alimentação e lojas com artigos variados. Na feira de Glória de Dourados também participam alguns produtores de Deodápolis.

Gráfico 3- Distribuição da produção em escala municipal de 2023/2024



Fonte: Elaborado pela autora com dados coletados em trabalho de campo (2023/2024).

Como visto no gráfico 3, em relação às vendas em feiras 14 são os produtores que realizam esta modalidade de venda. Já as vendas para supermercados são fornecidas por 23 produtores desta pesquisa, que fornecem pelo menos 2 tipos de produtos alguns semanalmente, porém a maioria de forma esporádica conforme oferta e demanda.

Já para a merenda escolar do município apenas 15 dos produtores visitados realizam o fornecimento nas escolas de Deodápolis e Glória de Dourados através do Edital de Chamada Pública. Em relação a entrega em domicilio 16 são os produtores que responderam fornecer fazendo seus controles e ofertas através do WhatsApp. Muitos desses empreendimentos que fazem entregas em domicilio deram início a essa modalidade de vendas durante a pandemia e permanecem até hoje.

Em relação as chamadas públicas podemos acrescentar por fala do próprio produtor e produtora que ela oportunizou que a produção deixou de ser plantada apenas para subsistência e, no caso de alguns na venda, na feira e para comer. Essa oportunidade melhorou a renda dos

produtores trazendo novas perspectivas. Eles contam também que para este tipo de venda foi necessário e positivo o acesso ao apoio técnico que facilitou o acesso aos editais, o preenchimento dos projetos de venda e orientação nas entregas.

Outra informação relevante quanto as chamadas públicas é que, apesar de elas atenderem como uma boa oportunidade de venda aos produtores por serem uma opção de entrega fixa e com valor pago maior que o mercado privado, nos últimos editais lançados o preço do produto não se aplica ao custo de produção sendo ofertado baixo demais.

Ao considerar o número maior de produtores se interessando em atender aos editais, estes, não abrangem a todos os interessados havendo a necessidade de outras articulações quanto ao escoamento da produção. A venda através do turismo rural tem sido uma opção procurada como alternativa e nova proposta de venda a qual, no momento apenas um dos produtores visitados estão oferecendo em épocas de produção.

Gráfico 4- Tipo da produção dos empreendimentos visitados



Fonte: Elaborado pela autora com dados coletados em trabalho de campo (2023/2024).

Conforme mostra o gráfico 4, até o momento a pesquisa apresenta 5 produtores com foco no sistema de produção orgânico, sendo estes certificados pela APOMS, e há 12 produtores que trabalham no sistema de transição para o orgânico entendido por eles como escolhas de métodos de uso de produtos biológicos no manejo. Destes, cinco produtores trabalham tanto neste sistema de transição quanto convencional fazendo maior preferência por produtos biológicos e métodos alternativos ao convencional e formas sustentáveis de produção. Em relação ao sistema convencional de produção, 30 dos 31 visitados trabalham

apenas dessa forma sem a intenção de inserir a produção orgânica, porém, ao perguntar sobre uso racional e sustentabilidade todos relataram respeitar as normas recomendadas pelos fabricantes dos produtos, e ainda assim, utilizarem manejos sustentáveis antes de fazerem opção pelo adubo e demais produtos da linha convencional.

Quanto a diferença entre o orgânico e o agroecológico estão pelo menos 2 importantes fatores como o modo de produção orgânico ter a condicional do selo de certificação com as devidas análises e práticas de manejo que o comprovam ser orgânicos. Já o agroecológico além de uma forma de produção mais natural e empírica, é considerado o mais completo por abranger variadas formas de atuação e aplicabilidade atendendo a mais quesitos como o cultural e outras atividades multidisciplinares e sustentáveis atuando de forma ecossistêmica e de governança.

Na visão e entendimento geral do conceito para os produtores, estes consideram agroecológicos apenas uma transição para o orgânico ou uma forma menos impactante de prática da agricultura a qual traz proteção ao solo e vegetação além de mais qualidade ao produto em relação ao convencional.

Como pode ser visto no quadro 8, durante a pandemia a maioria dos produtores visitados relataram que foi um tempo de importantes vendas devido a modalidade *delivery*. Isso se deve ao fato da própria ação tomada pelo Ministério da Saúde em relação as medidas de segurança tendo seus consumidores a comodidade de receberem seus produtos em sua casa dentro das normas básicas de segurança conforme orientação da vigilância sanitária e ministério da saúde. Nem todos os produtores souberam ou quiseram responder essa pergunta.

Quadro 8- Situação do empreendimento em função da pandemia

Empresa de alimentos	Alteração da produção, comercialização e renda durante a pandemia (2020 e 2021)
Produtor 1	Sem venda e com produto. No final segundo semestre de 2021 começou venda de porta em porta. Cessou atendimento de porta em porta em 2022.
Produtor 2	Sem venda e com produto. No final segundo semestre de 2021 começou venda de porta em porta. Cessou atendimento de porta em porta em 2022.
Produtor 3	Redução das vendas em supermercados. Iniciou a venda direta através de <i>deliverys</i> .
Produtor 4	Manteve a venda direta e <i>delivery</i> com relatos de que foi o período que mais vendeu.
Produtor 5	Redução das vendas em supermercados. Iniciou a venda direta através de <i>deliverys</i> .
Produtor 6	Manteve a produção mesmo na pandemia com vendas diretas e no bairro. Adotou o sistema <i>delivery</i> .

Produtor 7	Manteve a produção, porém a comercialização reduziu. Adotaram o sistema <i>delivery</i> .
Produtor 8	Manteve a produção reduzida.
Produtor 9	Manteve a produção e foi quando mais vendeu.
Produtor 10	Redução das vendas em supermercados. Iniciou a venda direta através de <i>deliverys</i> tendo bom resultado nas vendas.
Produtor 11	Parou na feira, porém continuou em forma <i>delivery</i> e para a merenda escolar reduziu.

Fonte: Elaborada pela autora com dados coletados em trabalho de campo (2023/2024).

Contam alguns produtores que antes da pandemia a feira gerava cerca de 1000 reais no volume total de vendas de todos os produtores por semana a considerar nesse montante a presença da praça de alimentação. A pandemia fez a população perder o costume de ir para a feira e, conforme relato de alguns produtores, a gestão pública local não é tão expressiva em um dos municípios da pesquisa.

Conforme demonstra o gráfico 5 a seguir, a maioria dos produtores visitados estão organizados em associações da agricultura familiar, sendo estas destinadas a gestão das feiras locais, já 15 produtores são também cooperados na COOPERAPOMS os quais recebem apoio técnico relacionado a produção de orgânicos, produção agroecológica e comercialização com as chamadas públicas para o exército e escolas de Dourados.

Porém, há 9 produtores que se denominaram empreendimento isolado, sem um vínculo coletivo nas atividades direcionadas a horticultura tanto para sua subsistência como principalmente comercializando seus produtos com os mercados locais. Os produtores membros da cooperativa são de Glória de Dourados já os produtores em Deodópolis estão se organizando em uma associação de feirantes ainda em fase de criação de regimento e estatuto. Estes não estão organizados cooperativa por questões pessoais distintas não relatadas preferindo gerir seu empreendimento de forma isolada.

Gráfico 5 - Forma de organização do empreendimento



Fonte: Elaborada pela autora com dados coletados em trabalho de campo (2023/2024).

Quanto a forma de trabalho apenas 9 (nove) produtores contratam por hora de trabalho em forma de diária, quando em auge da produção. Todos relatam que ainda assim é muito difícil encontrar mão de obra disponível ficando muitas vezes sem esta opção multiplicando o trabalho para o produtor. Dois produtores disseram registrar o trabalho de diarista algumas vezes na semana. E 1 (um) produtor possui um funcionário fixo em 8 horas trabalhadas. Nos demais dias se mantem a forma familiar de trabalho com a agricultura como pode ser visto no gráfico 6:

Gráfico 6- Formas de Trabalho



Fonte: Elaborada pela autora com dados coletados em trabalho de campo (2023/2024).

Apenas dois desses produtores se encontram na malha urbana, 2 em Distritos sendo 1 no Distrito de Lagoa Bonita em Deodópolis e outro no Distrito de Guassulândia em Glória de Dourados os demais se encontram na área rural.

Um dos produtores, cultiva em áreas com pequenas dimensões o qual está localizado na área urbana e realiza sua forma de comercialização com hortaliças minimamente processadas com oferta de produtos prontos para o consumo. Já os produtores localizados na área rural possuem um maior número de hortas além de estufas para produtos como os tomates e hidroponia.

Gráfico 7- Tipo da Produção



Fonte: Elaborada pela autora com dados coletados em trabalho de campo (2023/2024).

Quanto a classificação da produção dentre os produtores visitados conforme mostra o gráfico 7, em sua grande maioria há a produção de verduras e legumes sendo apenas 5 que além do FLV também oferecem alguns produtos como carne, ovos, pães, leite, doces, geleias, garapas, rapaduras ou temperos prontos apresentado no gráfico como outros. Dois dos produtores possuem apenas a plantação de um cultivo sendo um com morangos e outro com plantação de pitaya e bananas.

Há também uma produtora de verduras hidropônicas e trabalha com produtos minimamente processados com alfaces, salsinha, cebolinha, coentro e rúcula já lavada e embaladas pronta para consumo e legumes picados, sendo que está em específico não está organizada em associação e pretende expandir seus canais assim como os demais também relatam precisar de melhores mercados e mais produção para atender a demanda.

Como resultados também foi possível constatar alguns relatos que implicam e caracterizam a região e dinâmicas na produção e escoamento. Conta uma das produtoras ao afirmar que:

....o produtor que veio da Bahia e São Paulo para Mato Grosso do Sul sentiu dificuldade de plantar por conta da terra, era muito barro e a mata era mais densa que de suas regiões de origem. Aqui tinha muita peroba e ipê quando dividiu o estado e não houve muito investimento (Entrevistada 1, julho de 2023, Sétima linha em Glória de Dourados).

O maior índice de crescimento foi mais intensificado aos produtores que vieram da região sul do país os quais vinham com uma bagagem maior de conhecimentos técnicos e similaridades com a região.

Notamos através do trabalho de campo que Deodápolis e Glória de Dourados contam com uma presença expressiva de nordestinos e, conforme fala da produtora e observações da pesquisadora “consomem e possuem o costume do plantio de quiabo, maxixe, abóbora, jiló e coentro e vieram mais para esta região por conta do trabalho nas usinas”, porém, em relação à produção desses cultivos, não há produção suficiente para atender a demanda local de mercado.

A presença da Usina levanta alguns fatores determinantes no cenário em que esta pesquisa está inserida. Apesar da Usina oferecer oportunidade de trabalho e aquisição dos produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar local para seus refeitórios, estas, em relação ao meio ambiente e produções orgânicas, bicho da seda e apicultura é degradante e prejudicial.

Observamos que alguns produtores familiares também plantam soja e milho, porém representam uma pequena parcela dos municípios pesquisados. Destes, geralmente são destinados cerca de 1 lote, ou seja, 30.1 hectares de soja e milho com fins de melhorar a renda na sua propriedade.

Há muitos desafios que representam grandes entraves como a concentração de terras, o não incentivo a agricultura familiar, a criação de gado e as atenções voltadas mais para a produção de grãos por *commodities*. Além disso, o agronegócio por *commodities* tem, não apenas desagregado ações de segurança alimentar como restringindo as áreas de vegetação natural nestes espaços onde se concentram a agricultura familiar com características agroecológicas ou orgânicas.

Por sua característica, apesar de alguns produtores se verem na condição de oferecer uma parcela de suas terras para o plantio de grãos, ainda assim a agricultura familiar favorece as ações de sustentabilidade devido a sua forma de manejo e cultura. Graças as variedades de produção condizente com a segurança alimentar e número de estabelecimentos ocupados, a agricultura familiar representa um lugar de grande relevância no agronegócio brasileiro.

Em contrapartida a esse potencial, verificamos desafios enfrentados devido à baixa produtividade, falta de transporte dos produtos ao mercado, falta de organização e visão de grupo, oportunidade de escoamento, necessidade de apoio e incentivo. Há políticas públicas para todo território nacional a qual oferece uma grande oportunidade, mas também se observa, de forma geral no Estado do Mato Grosso do Sul, que falta mais ação dos poderes públicos locais e gestores públicos comprometidos, e que pensam em uma integração de ações que visem um olhar para todos os territórios, a considerar suas especificidades e conexões com uma rede de apoio e demandas sociais das mais variadas localidades.

Conhecer a realidade local, o território vivido e partindo da interação com pessoas repensar as estratégias de ações para promover o desenvolvimento. Isso será mais aprofundada no item seguinte.

4.3 Análises e projeção do sistema agroalimentar

A relação socioambiental da produção de alimentos – novos cenários

Novos cenários surgem com base em uma ação ocorrida em escala global, ‘apelo’ global, visando reduzir a pobreza, a fome, trazer segurança alimentar, preservação do clima e meio ambiente, assim como promover uma condição de paz e prosperidade às pessoas. Essas mudanças ocorridas em setores isolados, implicam em um novo olhar para lidar com problemas públicos complexos deixando de ser gerido de forma vertical e hierarquizada, sem uma visão do todo e das realidades locais em suas reais demandas e necessidades. Novos paradigmas de gestão têm se apresentado em formato horizontal em sua forma de gerir onde há a participação de um coletivo, instituições, sociedade civil, governo entre outras representatividades.

Dessa forma, se oportuniza mais caminhos de conexão da base produtiva com um arranjo de parceiros e apoiadores em um imbricado sistema agroalimentar. Sendo assim,

pensar sistemicamente traz um olhar com mais possibilidades de inclusão, uma vez que o mundo é complexo e temos que aprender a olhar essa complexidade.

Hoje, observamos plataformas digitais facilitando os processos produtivos e seus espaços de venda. Estes espaços impulsionados pelas tecnologias sociais e pela internet estimulam novas formas de se realizar as negociações, vendas e um interessante tema de investigação geográfica.

Tendo em vista a demanda por soluções aos desafios mundiais as ações devem alcançar soluções mais rápidas e transformadoras. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU) antes falava em transição hoje fala de transformação e que o futuro é agora. Ela também insiste na importância de se trabalhar com a territorialização dos lugares, com forças interativas, sistêmicas e integrativas para dessa forma aumentar autonomia e resiliência. Força no sentido sistêmico gerando um campo de forças. O que antes era desenvolvido por comandos e determinações hoje são uma coletividade participante que operam nos espaços de vida e diálogo gerando assim uma governança.

Aprender a se organizar sob forma sistêmica em relações e redes horizontalizadas, favorece a uma reapropriação dos espaços urbano e rural, de modo a constituir sistemas multiescalares. Aqui onde o processo da territorialização é principalmente ocorrido no cotidiano, no território vivido considerando uma interação e proximidade de atores sociais, públicos, empresariais, acadêmicos entre outros que, em alguns casos, partilham experiências e aprendizagem coletiva.

Nesse viés Harvey (2014) apresenta as micro-escalas, ou “organização coletiva em pequena escala” (Harvey, 2014, p. 191) como determinante a organização coletiva visando o processo de territorialização, o qual ele chama de comunalização e que estabelece o bem comum onde a população menos favorecida, busca se fortalecer em uma auto-gestão. Como este autor mesmo diz, “a cidade é o espaço da produção e reprodução da vida comum, e que possibilita a organização coletiva em pequena escala” muito vistas nas manifestações culturais e comerciais das feiras livres a qual também se culmina na proposta de metas do fortalecimento urbano rural. Contudo, Harvey ainda afirma que,

(...) Como a comunalização poderia funcionar no nível de uma comunidade local é relativamente evidente. Para isso basta uma mistura de iniciativas individuais e privadas que organizem e apreendam efeitos de externalidade ao mesmo tempo em que colocam alguns aspectos do entorno fora do âmbito do mercado (Harvey, 2014, p.154).

Esta dinâmica não demonstra um localismo, e sim forças que se integram em relações mais amplas e multiescalares onde, quanto mais se avançar mais gerará aprendizado e soluções criativas nas transformações dos lugares. Uma intersectorialidade onde se integram sistemas e forças multiníveis vindas de cima para baixo e de baixo para cima entre governo e civis.

São formas de se olhar a complexidade e pensar ações de integração da produção alimentar e as necessidades de consumo. Conforme relata a ONU (2021) a produção de alimentos da agricultura familiar garante mais de 80% de alimentos do mundo e predomina em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Em Portugal, os sistemas alimentares e a agricultura familiar vem sendo discutidas desde de 2019 pela ONU e o Conselho da União Europeia com objetivo de pensar programas e políticas nacionais para esta área. A União Europeia e FAO buscam fomentar projetos em apoio a agricultura familiar e segurança alimentar atendendo aos propósitos de sustentabilidade. Já segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO *citado por* ONU NEWS (2021) a participação do Brasil como fornecedor de alimentos oriundos da agricultura familiar não chega a 10%.

Esses dados apontam um cenário de muitas possibilidades em ações e programas que fomentem a agricultura familiar não apenas nos municípios dessa pesquisa, mas também para o Brasil como um todo. Há necessidade de ações no transporte e melhor distribuição de produtos no mundo, contenção de desperdícios que ocorrem seja na hora da colheita, armazenamento, transporte, supermercados e demais centros de abastecimento e também junto aos consumidores, maior conexão do campo com os canais de escoamento, apoio técnico e de linha de crédito.

Observamos um imperialismo do capital sobre o trabalho do agricultor identificado por pequeno produtor, que de pequeno não tem nada perto do importante volume de produção e capacidade de suprir uma cidade inteira e até o país. Nesse sentido, os benefícios em exclusivos às *commodities* continuam, os grandes produtores e o grande capital se apresentam com privilégios junto ao Estado, através das inserções políticas eles conseguem negociações que o pequeno produtor não tem acesso.

No geral para agricultura familiar também vistos nos municípios em estudo estão a necessidade de apoio em transporte refrigerado, melhores condições das estradas e um local para armazenamento dos produtos em região central. Estas medidas promoverão um grande avanço no setor de comercialização dos produtos destes agricultores.

O desenvolvimento urbano e periurbano seguem contemplados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com o Relatório “O futuro é agora” onde se prevê que

até 2050 as cidades devem responder por 80% da economia e 70% da população mundial favorecendo a uma maior autonomia das cidades com políticas participativas mais eficazes e conforme o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, as cadeias curtas foram incluídas nas propostas de planejamento urbano vistas no Objetivo 11 dos ODS, sobre “cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, valorizando assim o desenvolvimento da agricultura familiar local.

A abordagem integrada e holística conforme princípios ecológicos e sociais da agroecologia são uma das propostas de gestão que se vinculam a agenda 2030 as quais, nesse caso, os sistemas agroalimentares territoriais contribuirão de forma a atender aos objetivos de sustentabilidade da agenda 2030.

Outro ponto a ser observado nas ODS, é a meta em que se busca o bem-estar humano com a expansão de suas capacidades. Para isso é necessário eliminar privações e construir resiliências assim como proteger os recursos naturais, contudo contando com as habilidades em realizar mudanças o que para isso a popularização das ciências e a inclusão social são essenciais. Essas metas mundiais agregam ações que trazem inclusão e autonomia ao agricultor familiar que poderá estar mais incluso e atuante no sistema agroalimentar sem limites em área de abrangência e escalas de prospecção com a logística e escoamento de seus produtos.

Dentro dos programas de cumprimento das ODS estão as propostas de territorialização urbano-rurais pela ONU-habitat, que buscará identificar as demandas e necessidades urbano rurais e direcionar ações que promovam mais ligações sustentáveis e de desenvolvimento fortalecendo a conexão campo-cidade. Contemplada nesse programa estão a preocupação com as estradas e demais eixos de transporte onde estão propostas melhorias na infraestrutura e mobilidade pensando em agregar mais desenvolvimento.

A questão é que este desenvolvimento deve abranger de fato caminhos sustentáveis visando o interesse de todos incluindo a manutenção de um ambiente natural preservado. O desenvolvimento socioeconômico e ambiental, requer cuidados e um plano de ação e desenvolvimento, pois, considerando a área da tese, que conta com a presença de *commodities* agropecuárias, essas ações portanto, demandam uma atenção específica ao grupo de produtores da agricultura familiar que promovem o desenvolvimento com o abastecimento de gêneros alimentícios e se encontram em posição menos favorecida frente a interesses econômicos. Se caracteriza o que resulta em baixos investimento no processo de comercialização e produção. Sempre ficam a margem do que se propõe o desenvolvimento com sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo é rico de possibilidades, cabe ao ser humano a transformação/aplicação dessas particularidades em realidades (SANTOS, 1999).

O espaço produzido na área de pesquisa se deve a força e a coragem de parcelas de seus habitantes, agricultores familiares em suas áreas de produção e comercialização. Que mesmo frente aos ditames e interesses do processo geral de reprodução do capital e da ausência de políticas públicas que façam mediação e valorizem a produção do pequeno produtor, assim como a discriminação social e a falta de assistência técnica por parte dos órgãos oficiais de extensão rural.

A coragem e a força desses atores na produção do espaço na agricultura familiar nesse território do sul do estado de Mato Grosso do Sul, é explicado pelo professor Milton Santos, quando afirma:

[...] o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (Santos, 1999, p. 51).

Estudar a organização espacial nesta pesquisa, implicou em analisar os processos de produção e reprodução dos mesmos. Por isso, o principal objetivo, deste trabalho, foi uma análise teórica e prática do processo de produção e reprodução do espaço geográfico, tendo como referência a agricultura familiar.

A reprodução da modernização empresarial da agricultura, que já mostrou no estado de Mato Grosso do Sul e no restante do Brasil, seus efeitos danosos, aumentará de fato ainda mais a produção e a produtividade, ampliando a competitividade dos produtos do campo, principalmente nas cidades polo, podendo ser denominada de cidade campo (SANTOS, 1988), uma vez que o consumo produtivo associado à agropecuária cresce muito rapidamente.

No final do século XX e já no século XXI, presenciamos um crescimento desenfreado da agricultura empresarial, mas também, o que notamos foi uma transformação radical da natureza para a produção centrada em produtos destinados a atender aos interesses das grandes empresas mundiais, e a grande maioria dos trabalhadores rurais alijado dessas benesses, elevando-se os níveis de pobreza, não mais limitados ao campo, pois se alastraram

ainda mais pelas cidades, formando bairros inteiros nas periferias de famílias rurais excluídas pelo sistema de urbanização das cidades, como Campo Grande, Dourados, Aquidauana, Miranda e Sidrolândia.

Para incluir os excluídos do modelo de modernização em curso, acreditamos que apenas ter boa vontade e discurso não basta, será necessário atitudes de implantação de políticas públicas com programas de desenvolvimento agropecuário diferenciado à essas classes, como baixas taxas de juro e financiamentos de longo prazo, aplicados aos interesses territoriais específicos e endógenos, pautados pela viabilidade econômica, pela sustentabilidade ambiental, pela qualidade ética e pela igualdade social.

É possível perceber que, os produtores em Glória de Dourados recebem importantes assistências quanto ao desenvolvimento dos produtos e gerenciamento de suas propriedades como também no suporte a comercialização. As instituições de apoio têm desempenhado um papel importante no fortalecimento da agricultura familiar e dos que são membros de cooperativas em suas produções vegetais, com base na transição agroecológica, orgânica e forma tradicional como na organização para a comercialização dos seus produtos nos programas PAA e PNAE.

Por reflexão desta pesquisa observamos que as necessidades e peculiaridades locais são cruciais para fins de desenvolvimento, sustentabilidade e crescimento qualitativo. Não se fala de política pública efetiva sem entender o local, suas especificidades, pois é no local que os problemas são vivenciados. Ao se pensar na diversidade dos lugares e interesses é possível afirmar que as respostas do local não são iguais de um bairro para outro, nem de uma cidade para outra, sendo assim as políticas públicas e ações dos sistemas agroalimentares precisam ser contextualizadas a cada categoria de produção de gêneros alimentícios.

Outro fator necessário de atenção é a interpretação a respeito da comunalização, compreensão dos bens comuns e processo de ESG - *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança), que são um conjunto de padrões que devem ser seguidos em projetos de desenvolvimento, os quais são tão falados mundialmente e, em alguns casos, são executados em detrimento de interesses apenas e meramente econômicos fugindo assim totalmente do objetivo sustentável e inclusivo.

Uma questão importante que afeta diretamente o agricultor familiar e que representa as modernidades no campo são as inovações tecnológicas dependentes da internet. Esta requer ações que levem ao agricultor o suporte e acesso a era digital a rede no meio rural e as condições para a inclusão dessas praticidades e resultados mais rápidos. O uso dessas tecnologias favorece a um melhor monitoramento do plantio e da gestão da propriedade

levando a resultados que irão refletir aos desafios relacionados ao atendimento ao mercado. A tecnologia pode ser uma forma para se melhor alcançar uma maior produtividade e ainda assim mantendo ações condizentes a sustentabilidade.

Porém, os resultados vindos dessa pesquisa demonstram que o produtor local não consegue suprir o fornecimento conforme a demanda existente no mercado local e regional.

A importância em se desenvolver e pensar em políticas públicas para a agricultura familiar favorece as cadeias curtas de produção e comercialização sendo, portanto, um meio de aproximar as relações sociais entre os consumidores e fornecedores valorizando a capacidade produtiva com diversidade de produtos, fortalecimento da cultura local. Garantindo, contudo, o atendimento a produtos que atendam a segurança alimentar, nutricional e sustentável. Dessa forma, a agricultura familiar pode promover o desenvolvimento rural, a geração de empregos locais e estimular a economia.

Verificamos que o território produzido por esses produtores, bem como a caracterização da territorialidade da produção e comercialização de gêneros alimentícios em áreas rurais e urbanas de Deodópolis e Glória de Dourados no MS configura-se em um potencial sistema de abastecimento alimentar em condições propícias e abertas ao crescimento.

Na análise sobre a comercialização dos produtos da agricultura familiar em locais próximos, identificamos ser um dos elementos importantes para pensar nos possíveis mercados supridos pela agricultura familiar. Aspectos importantes podemos destacar sobre os resultados dos diálogos realizados nesta tese: pensar a reprodução social da agricultura familiar a partir das suas condições materiais e estar atento às particularidades históricas; a agricultura familiar não é “avessa” ao empreendedorismo e sua reprodução social, pois existe uma ligação com os obstáculos naturais e a mão de obra familiar (produção simples de mercadorias). Também, é fundamental não considerar somente a macroestrutura, mas, também, os indivíduos / famílias que possuem motivações e estratégias de resistência, pois, quanto mais a agricultura se mercantiliza, mais amplia sua dependência dessa relação.

No caso do lugar da pesquisa existem diferentes graus de mercantilização, mas a lógica do trabalho familiar permanece, considerando que, existem diferentes tipos de mercados acessados pelos agricultores familiares. Assim, é fundamental considerar o papel das instituições e o processo de enraizamento das relações econômicas na sociedade, assim como, das políticas públicas em apoio ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental deste setor produtivo do setor primário do Brasil.

Para tanto, é importante identificar como ocorre a aproximação dos saberes e fazeres da produção de alimentos em Deodápolis e Glória de Dourados. Considerando a agricultura familiar como uma maneira pela qual, a família realiza o gerenciamento do empreendimento, a produção e comercialização e todas as demais tarefas, esses produtores mantêm esse enquadramento.

Por fim, o fortalecimento e desenvolvimento das cadeias curtas de produção e a agroecologia aliados às Leis Orgânicas municipais coerentes com as possibilidades de conexões mercadológicas e consumidoras em seu entorno são cruciais para o desenvolvimento dos lugares e chances de crescimento qualitativo em todos os meios de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, A. P. C. De. **Pantanal: um espaço em transformação.** (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para um Programa Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.** Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Territorial/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2003. (mimeo).

BRASIL. **Lei 10.696, de 02 de julho de 2003.** Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília/BR, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Bases conceituais do Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável.** 3.ed. Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Territorial/ Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, 2004. (documento em revisão – no prelo).

BRASIL. **Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.** Conversão da Medida Provisória nº 455, de 2008 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, 16 de junho de 2009.

CASTRO, C. N. de; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

CHIFFOLEAU, Y. **Les Circuit Courts Alimentaires: entre marché et innovation sociale.** Toulouse: Eres, 2019.

CHIFFOLEAU, Y. Les Circuit Courts de commercialization en Agricultura Diversité et enjeu pour le développement durable. **Les Circuits Courts Alimentaires**, Cap. 1, p.21-30. Dijon:Educagri, 2008.

CORRÊA, R.L. **Trajetórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DA CUNHA, José Marcos Pinto. **A migração no Centro-Oeste brasileiro no período 1970-96: o esgotamento de um processo de ocupação.** UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 2002.

DA MOTTA, D. M; AJARA, C. **Configuração da rede urbana do Brasil.** Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD, n. 100, p. 5-23, 2001.

DE CASTILLO, M. A.; DE LIMA, V. R. **O Varadouro de Camapuã: Monções, Território, História e Identidade.** *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 2, n. 2, p. 5-31, 2009.

DE LUCENA, R. B.; DE SOUZA, N. de J. Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira: 1950-00. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 29, n. 2, p. 180-200, 200.

DELGADO, G. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo agroindustrial e política tecnológica recente. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.2, n.1, p.79-97, jan./abr. 1985.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

ELIAS, D.; SAMPAIO, J. L.F. **Modernização Excludente: Paradigmas da Agricultura Cearense**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 17-20.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Orgs.). **Difusão do Agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB/Etene, 2006. 484p. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/07/EBOOK-DIFUSA%CC%83O-AGRO-NE.pdf>.

ELIAS, D. Agronegócio globalizado: do campo a metrópole. In: FERREIRA, Álvaro; RUA, João; Mattos, Regina Célia (Org.). **O espaço e a metropolização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017b. p. 487-509.

ELIAS, D. PENSANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE CIDADES DO AGRONEGÓCIO. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 1, 2022. DOI: 10.12957/tamoios.2022.63811. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/63811>.

ELIAS, D. **Globalização, Agricultura e Urbanização no Brasil** (Globalization, agriculture and urbanization in Brazil). *Acta Geográfica*, p. 13-32, 2013.

FANTINI, A. *et al.* Agroturismo e circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos na Associação “Acolhida na Colônia” - SC/Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 56, n. 3, p. 517-534, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032018000300517&lng=pt&tlng=pt

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília: FAO/INCRA, 1994. 98p. (Projeto UTF/BRA/036).

FAO/INCRA. FAO – 2020.

FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **O que é a agricultura familiar** | FAO. Plataforma de conhecimentos sobre agricultura familiar. Roma, 2023.

FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Alimento para as cidades**, 2009. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ak824pt/ak824pt00.htm>. Acesso em 23 jun. 2023.

FARIAS, A. C. de et al. **Estratégias de reprodução social da agricultura familiar: A pluriatividade no município de Assunção-PB**. 2016.

FLORIT, L. F. **A reinvenção social do natural: natureza e agricultura no mundo contemporâneo**. 2003.

FRABETTI, G. L. **A reprodução das formas de apropriação produtiva da terra pelo trabalho familiar a sudoeste da capital paulista: relação cidade-campo no contexto da urbanização da cidade de São Paulo.** 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FULLER, A.; BRUN, A. Social-Economic Aspects of Pluriactivity in Western Europe. In: **Rural Change in Europe.** Arkleton Research, Second Review Meeting, Waldkirchen, 18-21 september, Germany, p. 147-167, 1988.

GALAND, N. Un exemple de Circuit Court en ultra proximité: un réseaux de partenaires pour la reterritorialisation d'une filière. **Cairn Info: chercher, repérer, avancer (Dossier).** Vol.3, n. 515-516, p. 371-376, 2012.

GAZOLLA, Marcio; AQUINO, J. R. de. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p.427-460, jun.2021.DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-8>.

GONÇALVES, Robson Ribeiro. **A problemática do dinheiro em Marx. Leituras de economia política:** revista dos estudantes de pós-graduação do Instituto de Economia, Unicamp, n. 1-5, 1995.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes – selo Martins. 2014. Título original: Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution. ISBN: 978-85-8063-16 1-6

HAESBAERT, R. **Reflexões geográficas em tempos de pandemia.** Revista Espaço e Economia [Online],18 2020, posto online no dia 17 abril 2020, consultado o 20 maio 2020. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/11826>; DOI: https://doi.org/10.4000/espacoeconomia_11826.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim” dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HAESBAERT, R. **Identidades territoriais.** In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: ed. UERJ, 1999.

HESPANHOL, R. Ap. de M. **Produção familiar:** perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP. Rio Claro, 2000. 254 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas/UNESP, campus de Rio Claro.

HESPANHOL, A. N.; PEREIRA, C. da S.; HESPANHOL, R. A. de M. **A diversidade da agricultura urbana e periurbana em Presidente Prudente - SP.** Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais, Rio Grande, RS, v. 1, n. 2, p. 73–90, 2021. DOI: 10.14295/cn.v1i2.9358. Disponível em: <https://www.periodicos.furg.br/cn/article/view/9358>. Acesso em: 30 jun. 2023.

HESPANHOL, R. A. de M. **Programa de Aquisição de Alimentos:** limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. Sociedade & Natureza, v. 25, p. 469-483, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sn/a/B36qffFW6HZMBQVCX4z4Vm/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 30 jun. 2023.

IBGE. **Atlas do espaço rural brasileiro** / IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro. 2.ed. 2020 ISBN:9786587201375. Disponível em: file:///C:/Users/Danielle/Documents/2021/Doutorado%20UFGD/Anteprojeto/Anteprojeto%20Word%20PDF.%20ATUALIZADO/2023%20tese/11_00_Texto.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023

IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento-sistematico-da-producao-agricola.html>. Acesso em: 20 de out. de 2024

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Resultados 18861 - 18880 de 21966**. 2024 Disponível em [Ipea](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_alphacontent&ordering=4&limitstart=18860&limit=20) https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_alphacontent&ordering=4&limitstart=18860&limit=20 Acesso em: 30 set. 2023.

IORIS, A. A.R. **Desenvolvimento, Ambiente e Agricultura Capitalista**: uma reflexão crítica e necessária. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, Presidente Prudente/SP, Brasil. ISSN: 1806-6755 Revista NERA, v. 25, n. 64, p. 8-17, set.-dez., 2022 DOI: 10.47946/mnera.v25i64.9711.

JANK, M. S. **Agronegócio versus agricultura familiar?** O Estado de São Paulo, 05/07/2005, Espaço Aberto, p. A2. Disponível em www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/309493/noticia.htm?sequence=1 acessado em março, 2024

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

KOMORI, O. M. et al. Associação dos produtores orgânicos do Mato Grosso do Sul: da auditoria ao sistema participativo de garantia. In: **Sistemas Participativos de garantia do Brasil: histórias e experiências**. HIRATA, A.R. & ROCHA, L.C.D. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

LEITE, S. C. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

MADALENO, I. M. Políticas de apoio à agricultura urbana em Lisboa e Presidente Prudente. **Revista de Agricultura Urbana**, n.4, 2001. Disponível em: <http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU4/AU4lisboa.html>. Acesso em 28 out. 2017.

MALUF, Renato Sergio. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil**: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004. Disponível em: <https://revistas.dee.sp.gov.br/index.php/ensaio/article/view/2061>. Acesso em: 22 set. 2020.

MARTINS, J de S. O Futuro da Sociedade Rural e sua Contribuição para a Qualidade de Vida Rural. In: **Estudos Avançados USP – 43, Dossiê de Desenvolvimento Rural**. 2001. p. 31-46.

MARSDEN, Terry. **Theorising food quality**: some key issues in understanding its competitive production and regulation. In: HARVEY, Mark; MCMEEKIN, Andrew; WARDE, Alan. (Ed.). *Qualities of food*. New York: Palgrave, 2004. p. 129-55

MARX, K. **O Capital**. SP: Nova Cultural, 1988.

MARX **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política** (Grundrisse). México: Siglo Veinteuno, 1973.

MATTEI, L. **A política agrária e os retrocessos do governo Temer**. Okara: Geografia em debate, v. 12, n. 2, 2018.

MEADOWS, D. H. et al. Os limites do crescimento. In: Planeta verde blues. **Routledge**, 2018.

MENDES, M. **Por que o Brasil cresce pouco?** desigualdade, democracia e baixo crescimento no país do futuro. Elsevier Brasil, 2014.

MENEZES, Ana Paula. **Colônia Agrícola Nacional de Dourados**: considerações acerca do desenvolvimento da agricultura e da exploração da madeira em u ma área de frente pioneira (1940-1970). Encontro de História de Mato Grosso do Sul, v. 10, p. 91-107, 2010.

MENEGATI, R. A.; HESPANHOL, R. A. de M. **A agricultura familiar no município de Indiana** – SP. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. *Anais*. João Pessoa, 2002.

MORAES, A. C. R. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**, 2005.

MORETTI, S. A. L. **Território da produção orgânica no mundo da mercadoria** [livro eletrônico] / Silvana Aparecida Lucato Moretti. -- Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014. 210p. ; 7,01 MB PUB. ISBN: 978-85-8147-094-8.

MOURA, A. M. M. de. **Trajetória da política ambiental federal no Brasil**. 2016.

NEUMANN, Estevão. **As transformações no espaço rural brasileiro**: análises do papel do Estado nas políticas de desenvolvimento rural das décadas de 1970 a 1990. Sergio Fajardo, Mario Marin. Curitiba, v.40, p. 191 -208. Ago/2017.

OLIVEIRA, A. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto. 2001.

OLIVEIRA, F. das C. et al. **Estratégias de desenvolvimento rural e alternativas tecnológicas para a agricultura familiar na Região Meio-Norte**. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2008., 2008.

ONU. Portugal destaca importância de agricultura familiar para sistemas alimentares sustentáveis. **ONU NEWS Perspectiva Global Reportagens Humanas**. Abril, 2021.

PATIÑO, F. (2001), **Cosechando democracia em las ciudades com la agricultura urbana. Lineamentos metodológicos para el impulso de procesos consultivos locales em agricultura urbana**. Documento Base de Orientação Política.

PENNA-FIRME, R. Mercados “Verdes” e a apropriação de terras para finalidades de conservação da natureza. **Ciência Geográfica-Bauru-XIX-Vol. XIX-(1)**: Janeiro/Dezembro, 2015.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil** – uma abordagem histórica da legislação. Brasília: 2008

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: os objetivos do desenvolvimento sustentável. dos ODM aos ODS.** Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ods.aspx>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia et al. Programa de desenvolvimento sustentável de territórios rurais. **A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe**, p. 89-114, 2018.

POLANYI, K. **A grande transformação.** 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RIBAS, A. D.; VITTE, A. C. **Da cosmologia à geografia: o curso de geografia física de Immanuel Kant e a construção metafísica da superfície da terra.** Sociedade & Natureza (Online), Uberlândia, v. 21, n. 3, p. 237-256, Dec. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132009000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jan. 2021.

REZENDE, G de C. **Agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise.** Rio de Janeiro: IPEA, 1993.

RISA, C. O agronegócio e agricultura familiar no planejamento setorial nos governos FHC, Lula e Dilma: continuidades e discontinuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 3, p. 545-573, 2021. Outubro-, pp. 545-573 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

ROCHA, N.C.; BURITY, V.T.A. **O direito humano à alimentação no mundo e no Brasil. Linha do tempo.** Nexo Políticas Públicas. 12 abr 2021 (atualizado 28 dez 2023 às 17h08). Disponível em <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/o-direito-humano-%c3%a0-alimenta%c3%a7%c3%a3o-no-mundo-e-no-brasil>. Acesso em: 24 de ago. 2023.

RODRIGUES, R. A. F. **Políticas públicas para o fortalecimento institucional do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA): uma breve análise.** 2014.

RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, Andrés; PÉREZ JACINTO, Alipio Omar. Métodos científicos de indagação e de construção do conhecimento. **Revista Ean**, n. 82, p. 179-200, 2017.

SANTANDREU, A; PERAZZOLI, A, G; DUBELING, M. Biodiversidade, pobreza e agricultura urbana na América Latina. **Revista Agricultura Urbana A transição para uma agricultura urbana ecológica: um desafio**, n. 6., 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo, Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo, Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos Ippur**, v. 2, p. 15-25, 1999.

SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, n. 5, 1988.

SANTOS, M. **O retorno do Território**. SANTOS, M; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. (orgs.). Território: globalização e fragmentação. 5.ed. São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002, p. 15-20.

SANTOS, M. C. P. Uma análise introdutória sobre a LDB e sua relação com o neoliberalismo. *A GESTÃO DA*, p. 65. s/a

SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. (org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986, p. 121-134.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SCHAEFER, J. R. **As migrações rurais e implicações pastoris**: um estudo das migrações campo-campo do sul do país em direção ao norte de Mato Grosso. São Paulo: Loyola, 1985.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: CHARÃO-MARQUES, Flávia; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93-141.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. **Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar** – o processo de realocação da produção agroalimentar em santa catarina. *ORGANIZAÇÕES RURAIS & CAMP; AGROINDUSTRIAIS*, [S. l.], v. 17, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/949>. Acesso em: 4 jan. 2024.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010/1999

SILVA, M. J. da. **Índios da Etnia Terena. Agricultura Familiar no Pantanal de Aquidauana / MS**: Limitações e Perspectivas de Desenvolvimento Sustentável, (Tese de Doutorado), 192 p., USP, São Paulo / SP, 2004.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. **Uma abordagem sobre a agricultura familiar, Pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970**. *Geografar*, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 25-45, jan./jun. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/geografar.v5i1.17780>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/17780/11607>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SOUZA, Ronaldo Tavares; CALDAS, Eduardo de Lima. Redes alimentares alternativas e potencialidade ao desenvolvimento do capital social. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 426-446, 2018. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-2_08_redes_alimentares. Acesso em: 14 set. 2020.

VIEIRA, A. B., ROMA, C. M., & MIYAZAKI, V. K. (2020). Cidades médias e pequenas: uma leitura geográfica. **Caderno Prudentino de Geografia**, 1(29), 135–156. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7415>. Acesso em 20 de out. 2024.

WANDERLEY, M. de N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.), **Agricultura Familiar: realidade e perspectivas** Passo Fundo: UPF, p. 21-55, 1998.